



Carolina Torres Gomes

**Atividade madeireira e seu papel na
construção de uma história ambiental da Mata
Atlântica colonial**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Dr. Alexandro Solórzano

Rio de Janeiro
julho de 2023



Carolina Torres Gomes

**Atividade madeireira e seu papel na
construção de uma história ambiental da Mata
Atlântica colonial**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Alexandro Solórzano

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente - PUC-Rio

Prof. José Augusto Pádua

Departamento de História - UFRJ

Prof. Lázaro Benedito da Silva

Departamento de Biologia - UFBA

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2023.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Carolina Torres Gomes

Graduou-se em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2020. É professora de Ciências e Biologia e atua como líder de STEM no Programa Aula Extra. Possui interesse e experiência em estudos sobre Botânica, Etnobotânica, História Ambiental e Educação Ambiental.

Ficha Catalográfica

Gomes, Carolina Torres

Atividade madeireira e seu papel na construção de uma história ambiental da Mata Atlântica colonial / Carolina Torres Gomes ; orientador: Alexandro Solórzano ; coorientadora: Veronica Maioli, coorientador: Rogério Ribeiro de Oliveira. – 2023.

345 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2023.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Madeiras históricas. 3. Período colonial brasileiro. 4. Etnobotânica. 5. História ambiental. 6. Mata Atlântica. I. Solórzano, Alexandro. II. Azevedo, Veronica Maioli. III. Oliveira, Rogério Ribeiro de. IV. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. V. Título.

CDD: 910

Para o meu avô Agenor,
Historiador ambiental formado pela vida e minha referência preferida.

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de pesquisas que vêm sendo realizadas desde 2019, enquanto ainda estava na graduação. Muita gente esteve envolvida em todo esse processo e como agradecer a todas talvez seja um pouco difícil, farei o meu melhor aqui ao evidenciar um agradecimento especial:

À Veronica Maioli, por todo acolhimento, ensinamento e parceria que me ofertou ao longo de todos esses anos. Para além da Etnobotânica, Veronica me mostrou o tipo de cientista que quero ser. Muito obrigada!

Ao Rogério Oliveira, por me receber sempre tão bem, me acalmar boa parte das vezes e me mostrar que tudo sempre dá certo no final. Além de referência científica, Rogério se tornou também uma referência de ser humano, com seu jeito único e leve de ver a vida. Muito obrigada por toda orientação e, é claro, também por me apresentar à Veronica!

Ao Bruno Rosado, por ter acreditado em mim quando eu já não mais acreditava e ter prontamente me apresentado ao Rogério. Esse seu carinho foi determinante e mudou tudo. Muito obrigada!

À Isabelle Pepe, por toda receptividade e ajuda antes mesmo de eu pensar em fazer mestrado na PUC. Muito obrigada!

Ao Alex Solórzano e demais professores do LaBEH (Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica) e Departamento de Geografia. Muito obrigada por receber e acolher tão bem uma bióloga se aventurando pela Geografia.

À PUC-Rio, pela bolsa concedida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A todos os bibliotecários com os quais encontrei em minhas inúmeras visitas aos acervos documentais, especialmente aos da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Muito obrigada por toda paciência e ajuda!

Aos amigos de intercâmbio, que me deram a força necessária para passar por uma pandemia longe de casa e ainda coletar os dados tão necessários para este trabalho. Obrigada por serem abrigo longe de casa!

Aos meus colegas de docência, especialmente Michelle, Virna e Karen, professoras fortes e cheias de esperança que nunca me deixaram esquecer a importância de sonhar.

Aos amigos que estão comigo há muitos anos e sempre me apoiam em todos os meus projetos e aventuras. Obrigada por me fazerem sentir que sou capaz de qualquer coisa, por tornarem os dias mais leves e a vida mais divertida. Amo vocês!

À minha família, especialmente meus avós Almir, Dalva, Agenor e Penha, por serem grandes referências em toda a minha vida. O carinho de vocês realmente torna a vida mais doce. E aos meus pais, Andréa e Anderson, que sempre me apoiaram, amaram e incentivaram de todas as formas possíveis. Sem vocês nada disso seria possível. Amo vocês mais do que consigo explicar.

Resumo

Torres, Carolina; Solórzano, Alexandro; Maioli, Veronica; Oliveira, Rogério (Advisor). **Atividade madeireira e seu papel na construção de uma história ambiental da Mata Atlântica colonial**. Rio de Janeiro, 2023. 345p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A madeira esteve presente em diversos aspectos do cotidiano das sociedades pré-industriais, e no Brasil pós chegada dos europeus, sua exploração econômica começou na Floresta Atlântica. Este trabalho visa contribuir para discussão sobre o uso das madeiras nativas da Mata Atlântica durante o período colonial brasileiro e sua contribuição para a transformação da paisagem. No levantamento sistemático realizado, 146 documentos históricos foram selecionados para análise revelando 132 nomes populares de madeiras, relacionadas a 341 possíveis espécies da Mata Atlântica, sendo 10% atualmente ameaçadas de extinção. As famílias mais representativas foram Leguminosae, Lauraceae e Apocynaceae, e as madeiras mais citadas para exportação foram jacarandá, peroba, vinhático, pau-brasil e tapinhoã, sendo Lisboa o porto de destino mais indicado. 59,5% das madeiras apresentaram uso Indefinido, 17,6% Uso Múltiplo e outros 17,6% Construção Naval. Os documentos analisados indicaram mais de 20.000 m³ de madeiras exploradas, e os locais com maiores citações de exploração foram Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Alagoas. A maioria das indicações de locais de extração de madeiras pelos nomes populares foram compatíveis com a ocorrência geográfica das possíveis espécies às quais foram relacionadas. Foi possível relacionar os anos de maior exportação de madeira a eventos históricos. A mão de obra utilizada era diversa e possivelmente segmentada, o conhecimento sobre as madeiras era pouco organizado e confuso. É de fundamental importância entender o passado para melhor compreender o presente e estudos de história ambiental podem ajudar a explicar padrões ecológicos observados na atualidade.

Palavras-chave

Madeiras históricas; Período colonial brasileiro; Etnobotânica; História Ambiental; Mata Atlântica.

Abstract

Torres Gomes, Carolina; Solórzano, Alexandro; Maioli, Veronica; Oliveira, Rogério. **Logging and its role in the construction of an environmental history of the colonial Atlantic Forest.** Rio de Janeiro, 2023. 345p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Wood was present in many aspects of daily life in pre-industrial societies, and in Brazil, after the arrival of the Europeans, its economic exploitation began in the Atlantic Forest. This work aims to contribute to the discussion on the use of wood native to the Atlantic Forest during the Brazilian colonial period and its contribution to the transformation of the landscape. In the systematic survey carried out, 146 historical documents were selected for analysis, revealing 132 popular names for wood, related to 341 possible Atlantic Forest species, 10% of which are currently threatened with extinction. The most representative families were Leguminosae, Lauraceae and Apocynaceae, and the most cited woods for export were jacarandá, peroba, vinhático, pau-brasil and tapinhoã, with Lisbon being the most indicated port of destination. 59.5% of the timber was used for undefined purposes, 17.6% for multiple purposes and another 17.6% for shipbuilding. The documents analyzed indicated that more than 20,000 m³ of wood had been harvested, and the locations with the most mentions of harvesting were Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco and Alagoas. Most of the indications of logging sites by popular names were compatible with the geographical occurrence of the possible species to which they were related. It was possible to relate the years with the highest timber exports to historical events. The workforce used was diverse and possibly segmented, knowledge about the woods was poorly organized and confused. It is of fundamental importance to understand the past in order to better understand the present, and studies of environmental history can help explain ecological patterns observed today.

Keywords

Historical Wood; Brazilian Colonial Period; Ethnobotany; Environmental History; Atlantic Forest.

Sumário

1. Introdução	0
1.1. Objetivo Geral	3
1.2. Objetivos específicos	3
2. Fundamentação Teórica	5
2.1. História Ambiental e a Transformação da Paisagem	5
3. Procedimentos Metodológicos	15
4. Resultados e Discussão	21
4.1. As madeiras nativas exploradas no período colonial brasileiro	21
4.1.1. Espécies arbóreas exploradas	22
4.1.2. Usos das madeiras	27
4.1.3. Quantidades exploradas	43
4.1.3.1. Outras formas de exportação: a madeira transformada	51
4.1.4. Locais de extração e exportação da madeira explorada	54
4.1.5. Principais períodos de exploração	66
4.2. Atores e conhecimentos envolvidos na atividade madeireira colonial	70
4.2.1. Mão de obra empregada na atividade madeireira	71
4.2.2. Quem avaliava as madeiras	83
5. Considerações Finais	96
6. Referências	99

Lista de Figuras

Figura 1 – Manifesto de carga, documento histórico, AHU_ACL_CU_017, Cx. 99\Doc. 8551, 1776.	15
Figura 2 – Esquema da pesquisa sistemática dos documentos históricos encontrados nas bibliotecas nacionais e internacionais analisadas	16
Figura 3 – Cobertura original da Mata Atlântica (verde claro) x remanescentes atuais (verde escuro), elaborado por Maria Eduarda Coelho (2023).	18
Figura 4 – Paisagem da Mata Atlântica, Rugendas, 1802-1858	21
Figura 5 – Esquema dos resultados obtidos nas análises referentes à correlação dos nomes populares e científicos	22
Figura 6 – Famílias botânicas mais representativas associadas às possíveis espécies encontradas para a Mata Atlântica	24
Figura 7 – Porcentagens das categorias de uso das madeiras indicadas nos documentos históricos consultados	28
Figura 8 – Porcentagem das possíveis espécies associadas às madeiras históricas por categoria de uso	28
Figura 9 – Carregadores de caixas de açúcar, Jean Baptiste Debret, Voyage Pittoresque et Historique au Bresil (Paris, 1834-39)	51
Figura 10 – Quantidade de documentos históricos analisados por estado	54
Figura 11 – Portos de origem da madeira brasileira exportada reportados nos documentos históricos analisados	55
Figura 12 – Variedades de nomes populares de madeiras exploradas por estado, conforme informado pelos documentos históricos	57
Figura 13 – Locais de ocorrência natural da peroba-rosa (<i>Aspidosperma polyneuron</i> Mull.Arg.), Flora e Funga do Brasil, 2023	65

Figura 14 – Ocorrência natural do jacarandá-da-bahia (<i>Dalbergia nigra</i> (Vell.) Allemão ex Benth.), Flora e Funga do Brasil, 2023	65
Figura 15 – Quantidades de documentos com dados sobre exploração madeireira da Mata Atlântica para cada ano do Período Colonial encontrado na pesquisa	68
Figura 16 – Diversidade de madeiras (por nomes populares) exploradas reportadas nos documentos históricos por ano	70
Figura 17 – Derrubada de uma floresta, Johann Moritz Rugendas, 1822-1825	70
Figura 18 – Indígenas extraíndo e carregando madeira até a costa, Biblioteca Nacional - França, 1519	76
Figura 19 – Negros serradores, Jean Baptiste Debret, 1768-1848	82

Lista de tabelas

Tabela 1 – Categorias de uso e utilidades gerais e específicas das 20 madeiras com maiores quantidades indicadas nos documentos históricos	32
Tabela 2 – Unidades relacionadas às quantidades de madeiras informadas nos documentos consultados, associadas ao número total encontrado nos documentos	43
Tabela 3 – Madeiras com maiores volumes e outras unidades informadas de quantidades	47
Tabela 4 – Resumo geral dos documentos analisados	108
Tabela 5 – Relação dos dados históricos e contemporâneos acerca das espécies com indicação de exploração	159

Lista de Abreviaturas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CR – Criticamente em Perigo

DD – Dados Insuficientes

EM – Em Perigo

IUCN – Internation Union for Conservation of Nature

LC – Pouco Preocupante

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NE – Não Avaliado

NT – Quase Ameaçado

POWO – Plants of the World

Reflora – Flora e Funga do Brasil

VU – Vulnerável

1. Introdução

O imaginário popular é permeado pela ideia de que as áreas naturais são locais intocados desde o início dos tempos, mas as ciências ambientais compreendem as florestas como áreas passíveis de modificações ao longo do tempo, podendo estas serem geradas por atores humanos ou não-humanos. Inclusive, as regiões naturais de florestas são modificadas não somente pelas necessidades básicas vitais dos humanos, mas também por seus aspectos culturais (CABRAL & BUSTAMANTE, 2016). Oliveira (2010) indica a Mata Atlântica como um dos ecossistemas mais diversos do Brasil, com diversas paisagens criadas naturalmente pela variedade de biótopos e, adicionado a isso, a construção de uma paisagem cultural que vem substituindo a paisagem natural.

Paisagem é um termo polissêmico, mas pode ser entendido como a estrutura física e espacial resultante da interação dos processos e modificações naturais e humanos, a qual é dinâmica e passível de modificações ao longo do tempo (KROPF *et al.*, 2020). Dessa forma, as florestas podem ser vistas não apenas como um conjunto de componentes naturais, mas também como uma formação espacial bastante humana e, dentre todas as florestas, a Mata Atlântica pode ser entendida como uma paisagem complexa no que diz respeito a essa interação, uma vez que os processos naturais e evolutivos apresentam uma forte marca da interação com a cultura humana (OLIVEIRA, 20120).

A Mata Atlântica é um bioma de formações não homogêneas que se estende por grande parte da costa do território brasileiro e que contém uma alta diversidade de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (MYERS *et al.*, 2000; METZGER, 2009). A interação de populações humanas com o bioma remonta à 12.000 anos (SCHEEL-YBERT *et al.*, 2020), sendo intensificada com a chegada dos portugueses e ampliada pelo processo de colonização, principalmente a partir do século XIX. Desta forma, é possível considerar que a Mata Atlântica, tal qual é conhecida atualmente, foi moldada ao longo da história através da relação entre os humanos e o ambiente, podendo ser hoje considerada um mosaico vegetal construído historicamente, tanto no meio material, quanto no meio cultural

(OLIVEIRA & ENGEMANN, 2011). Ainda que o processo de modificação da Mata Atlântica continue ocorrendo até o presente, o período colonial brasileiro, aqui considerado de 1500 a 1822 (DEAN, 1996) representou uma grande mudança na forma com que os elementos naturais eram utilizados e percebidos e, conseqüentemente, na forma com que a paisagem era transformada (MAIOLI *et al.*, 2020) adicionando, ainda, o fator velocidade no processo de devastação da floresta (SOLÓRZANO *et al.*, 2010). Nesse sentido, ao longo da Carreira da Índia, quando os portugueses aportaram no território brasileiro em 1500, a primeira impressão sobre as terras do “Novo Mundo” foi de grande espanto ao fato de que a carta de Pero Vaz de Caminha indica que “ao estender-se o olhar ao horizonte não se podia ver senão arvoredos”. No período pré-industrial, a madeira era a matéria-prima básica de praticamente todas as tecnologias e construções desenvolvidas (CABRAL, 2012; MAIOLI, 2014). E para os portugueses, que já no século XII haviam desmatado boa parte de suas reservas florestais (MARQUES, 1994), a grande abundância de espécies vegetais representava uma excelente oportunidade de renovação de seus estoques desse recurso natural (CABRAL, 2007), uma vez que à época a Mata Atlântica recobria cerca de 150 milhões de hectares (RIBEIRO *et al.*, 2009). Dessa forma, a partir das crônicas produzidas nesse primeiro contato com a então Terra de Vera Cruz, o rei português D. Manuel enviou em 1501 uma expedição de reconhecimento e é provável que este navio tenha sido o primeiro a levar a Portugal uma parte das madeiras brasileiras (DEAN, 1996), as quais futuramente seriam mais reconhecidas e cobiçadas.

A árvore que deu início à exploração econômica das madeiras da Mata Atlântica brasileira foi o pau-brasil (*Paubrasilia echinata* (Lam.) Gagnon, H.C.Lima & G.P.Lewis), pertencente à família das Leguminosas, cujo tronco possui um cerne vermelho utilizado para o tingimento de tecidos (GAGNON *et al.*, 2020) e que já era utilizado pelos indígenas da etnia tupi para tingir fibras de algodão (DEAN, 1996). Os portugueses, que já conheciam e apreciavam o “pau-brasil” asiático (*Caesalpinia sappan* L.), o utilizavam como matéria-prima para tintas e seu comércio configurava grande importância, chegando a ser utilizado inclusive como moeda em transações comerciais (MURALT, 2006). Assim, como a madeira era utilizada para fins tintureiros por toda a Europa, a descoberta de uma terra coberta por árvores corantes era economicamente animadora, ainda que esta

não fosse coberta de ouro ou prata, como demonstrado pela carta do governador-geral Diogo de Meneses ao Rei em 1609 em que este afirmava o pau-brasil como sendo uma das “verdadeiras minas do Brasil” (HOLANDA, 1995).

A exploração econômica que começou com o pau-brasil foi ampliada para outras madeiras, que ficaram posteriormente conhecidas como “madeiras-de-lei” (MAIOLI *et al.*, 2020), aqui consideradas como as que foram citadas nominalmente por alguma legislação do período colonial e também por listas confeccionadas alguns anos depois do período (BNRJ - I-28,10,44). Entretanto, com a grande diversidade da Mata Atlântica, é bem provável que a lista de madeiras utilizadas tenha sido maior que as madeiras expressas nas leis reais (ex.: pau-brasil, jacarandá, tapinhoã, jequitibá, cedro, peroba e vinhático).

De acordo com Miller (2000), os estados do Rio de Janeiro (RJ), Pernambuco (PE), Bahia (BA), Pará (PA) e Maranhão (MA) foram os principais portos de exportação de madeiras do Brasil entre os anos de 1796 e 1819, contribuindo com 39,2%, 24,3%, 22,7%, 10,9% e 2% com a extração madeireira do período, respectivamente. Esses dados são apoiados por Hutter (1986), que indica a importância dos portos do Rio de Janeiro e Pernambuco na rota ultramarina de comércio português já no século XVI para além do comércio madeireiro, através do seu papel na construção e reparo de embarcações, utilizando da madeira local. Além disso, Lapa (1968) informa que o primeiro estaleiro naval foi construído na Bahia, já em 1549 com a chegada do primeiro governador-geral e Carvalho (2006) reporta que dois milhões de árvores de pau-brasil foram extraídas nos dois primeiros séculos da colônia, bem como Dean (1996) estima que até a metade do século XVII foram derrubados mais de 1.200 km² de floresta da Mata Atlântica apenas para atender às necessidades de lenha da indústria açucareira.

Amantino (2018) indica que no século XVII somente a Companhia de Jesus já possuía uma “indústria naval” própria, especialmente em propriedades localizadas no Sergipe, Camamu e Bahia, utilizando-se madeira própria dessas regiões. Ademais, Maioli (2014) encontrou, apenas para o pau-brasil, uma exportação de 2.616.660,1 kg durante o período colonial brasileiro e Oliveira (2003) estima que desde o início da colonização foram enviadas a Portugal 1.200 toneladas da referida madeira. Somado a isso, Morton (1978) ressalta ainda a importância e a

dimensão que tomou a exploração madeireira no período ao abordar a tomada real de territórios do nordeste brasileiro e estabelecimento de um aparato administrativo próprio da Coroa para garantir a maior extração de madeira possível nos anos 1800.

Contudo, apesar de toda a importância das madeiras para a “construção” do Brasil, ainda pouco se sabe sobre as espécies utilizadas e suas formas de uso, as quantidades exploradas (MILLER, 2000; SOUZA, 2003; MAIOLI, 2014; MAIOLI *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2020) e também sobre os atores envolvidos no seu corte e comércio (KROPF *et al.*, 2020), bem como há pouco conhecimento a respeito das áreas onde ocorreu exploração de madeira (TORRES, 2020; TORRES & MAIOLI, 2021). A análise de tais aspectos demanda a integração de diferentes olhares sob o material histórico, onde estudos de história ambiental, com o seu inerente enfoque interdisciplinar, podem trazer contribuições importantes para o entendimento da transformação das paisagens (OLIVEIRA, 2007), permitindo traçar um paralelo sobre o passado e a situação atual destas áreas na atualidade. Dessa forma, o presente trabalho visa agregar e integrar informações botânicas, ecológicas, geográficas e históricas relevantes para a construção do conhecimento acerca dos processos da transformação da Mata Atlântica, a partir da exploração colonial das madeiras brasileiras nativas do bioma.

1.1. Objetivo Geral

O presente estudo pretende contribuir para o conhecimento e discussão sobre a transformação da paisagem da Mata Atlântica através da análise da exploração madeireira empreendida durante o período colonial brasileiro (1500-1822), especialmente nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

1.2. Objetivos específicos

- Sistematizar informações (nome popular, uso, quantidade extraída, local de extração e destino) das madeiras mais citadas nos documentos históricos

consultados com ocorrência para a Mata Atlântica, principalmente nos portos de BA, RJ, PE;

- Correlacionar os nomes populares a nomes científicos e os dados históricos de extração das madeiras mais citadas nos documentos históricos com o seu *status* de conservação e a distribuição geográfica atual, analisando se havia diferenças nos dados entre as fontes históricas e as botânicas/ecológicas atuais, nos estados da BA, RJ, PE;
- Contribuir para identificação dos atores envolvidos nas atividades madeireiras empreendidas durante o período colonial brasileiro na Mata Atlântica, seus papéis e atribuições;
- Analisar se os períodos de maior exportação de madeira da Mata Atlântica para Portugal podem ser relacionados a eventos históricos (ex. terremoto de Lisboa);
- Analisar mapas do Brasil produzidos durante o período colonial para identificar se houve alterações nos limites geográficos dos estados ao longo do tempo e assim realizar análises espaciais.

2. Fundamentação Teórica

2.1. História Ambiental e a Transformação da Paisagem

A História Ambiental é uma área de estudo relativamente nova, formalizada nos anos 1970 com a criação e repercussão de uma disciplina universitária com esse nome, ministrada por Roderick Nash. As discussões sobre o assunto, entretanto, haviam sido iniciadas na década anterior com a publicação de “Primavera Silenciosa” por Rachel Carson em 1962 e também “Wilderness and the American Mind” por Roderick Nash (PÁDUA, 2010). Em “Primavera Silenciosa” Carson aborda as consequências do pesticida DDT (dicloro-difenil-tricloroetano) no ambiente, especialmente depois de perceber a morte de pássaros após a pulverização do agente químico, o qual anos antes havia sido considerado uma grande revolução tecnológica e trouxe a seu inventor o Prêmio Nobel de Medicina (PEREIRA, 2012). Diante de todo o contexto político do período após a Segunda Guerra Mundial, a popularização da utilização do pesticida em plantações para o controle de pragas e a gravidade dos fatos noticiados pelo livro, a obra se popularizou e tomou proporções mundiais, trazendo assim a população para compor o debate ambiental.

A preocupação e interesse do público geral pela questão ambiental e o papel dos humanos nas mudanças que se observavam na natureza cresceu nos anos posteriores a essas publicações, incentivando Roderick Nash a criar a disciplina História Ambiental (NASH *apud* PÁDUA, 2010). É possível afirmar, portanto, que a História Ambiental nasceu da necessidade de inclusão dos humanos na discussão ambiental, e da cobrança social por um esforço científico maior para o entendimento dos desdobramentos gerados das relações complexas existentes entre humanos e não humanos no ambiente. Assim, a História Ambiental incluiu a natureza na pesquisa histórica e o humano na pesquisa ambiental, tornando-se um campo de esforços inerentemente multidisciplinares (DRUMMOND, 1991), cujo principal objetivo é entender a forma como as sociedades e culturas humanas afetam e são afetadas pelo ambiente natural em que estão inseridas, ao longo do tempo (WORSTER, 1991).

Dessa forma, na História Ambiental, a paisagem é interpretada como um documento histórico, sendo esta uma fonte completa e válida para o historiador ambiental ao passo em que traz consigo diversos indícios das sociedades e culturas passadas (SOLÓRZANO *et al.*, 2009). A área de estudo possui quatro delimitadores: i) percepção do mundo natural pelos humanos, ii) inovações tecnológicas na transformação do ambiente natural, iii) entendimento dos processos ecológicos e iv) regulação política e legislativa da natureza (WILLIAMS, 1994 *apud* SOLÓRZANO *et al.*, 2009). Como o presente trabalho aborda todas os delimitadores acima, ao abordar a percepção dos portugueses sobre a natureza colonial e seus conhecimentos acerca das madeiras da Mata Atlântica, assim como os aparatos e metodologias utilizadas na extração madeireira e as implicações da exploração através de algumas leis coloniais, considera-se este um trabalho de História Ambiental, em que suas metodologias e conceitos serão aplicados.

A História Ambiental, em sua face mais voltada para as questões ambientais, dialoga bastante com a Geografia, disciplina ampla que desde sua formação está inerentemente relacionada à junção dos acontecimentos naturais e sociais que ocorrem no espaço (RUA *et al.*, 2007; SOLÓRZANO *et al.*, 2009). A paisagem é um conceito bastante caro para “o fazer” de ambas as áreas de estudo. De acordo com Corrêa (2012), os historiadores ambientais brasileiros até o século XX direcionaram o foco dos seus estudos ao espaço geográfico, sendo capazes inclusive de descrever paisagens pretéritas e tornar mais palpáveis grupos sociais e estruturas econômicas, mas não se preocuparam em discutir o conceito de paisagem, deixando-o subentendido ao longo de seus textos. Como este, entretanto, é um termo polissêmico, torna-se necessário discutir seus significados possíveis e esclarecer qual será mais utilizado ao longo do presente trabalho.

De acordo com Besse (2014), *landscape* é a palavra que corresponde a paisagem, na língua inglesa, e esta deriva da palavra alemã *landschaft*, a qual foi utilizada por geógrafos alemães para se referir a um espaço definido e organizado. Como o conceito teve sua origem nas artes visuais mas é utilizado por diversos profissionais em seus esforços científicos, o autor elencou cinco “portas da paisagem”, ou seja, cinco possibilidades de significado e utilização do conceito de paisagem, sendo estas: i) paisagem como representação cultural e social, ii) paisagem como produção do território pelas sociedades ao longo do tempo, iii)

paisagem como um complexo que articula os elementos naturais e culturais em uma totalidade objetiva, iv) paisagem como uma experiência fenomenológica e v) paisagem como um projeto. Estas possibilidades de significado do termo não necessariamente são sobrepostas, ainda que estejam ligadas entre si, e cada área de estudo pode utilizar com maior frequência ou preferência uma “porta” específica.

Warren Dean (1996:26), no início de seu livro, conceitua a paisagem como “entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional”. Esse significado de paisagem pode ser relacionado à segunda “porta” elencada por Besse (2014), de paisagem como um território fabricado, o qual entende o termo como a soma das experimentações, costumes e práticas de um determinado grupo em um determinado período da história e está relacionado mais diretamente aos seus aspectos materiais. Nessa definição, as ações humanas são interpretadas como uma escrita paisagística na superfície da Terra, nem sempre realizada de forma consciente ou intencional. Esta visão não nega, ainda, a ideia de que a paisagem seja uma representação subjetiva, mas entende que mesmo sendo traduzida por um sistema de ideias, ela também pode ser produzida, desenhada e cuidada fisicamente e, por isso, exige um novo aparato teórico que considere a dimensão prática da fabricação e uso do espaço habitado, que reflita suas formas concretas.

Essa aplicação conceitual já é bastante utilizada em áreas como a arqueologia, por exemplo, em que as características morfológicas e materiais são utilizadas para ler a paisagem como um documento histórico e é com base nesse conceito e em sua temporalidade que alguns trabalhos de História Ambiental são realizados e também que o conceito de paleoterritório foi estabelecido (OLIVEIRA, 2007). A paisagem como território fabricado compreende que esta não é somente natural nem cultural, mas uma relação dialética das sociedades e culturas com o meio natural. Assim, a paisagem costuma ser utilizada para se referir a uma expressão espacial da relação das sociedades humanas com a natureza, na qual está incluído o componente temporal (OLIVEIRA & ENGEMANN, 2011) a qual, dessa forma, pode ser utilizada na definição do conceito de unidade geográfica e muitas vezes é vista como um sinônimo de termos como área e região (SAUER, 1925).

Outra “porta” de Besse (2014) que pode ser utilizada no fazer da História Ambiental é a terceira, que conceitua a paisagem como um complexo que articula os elementos naturais e culturais em uma totalidade objetiva. Essa interpretação relaciona a paisagem à ideia de ecúmeno, bastante utilizada pela Geografia como um todo e relacionada à porção habitada e experimentada da Terra. Apesar de atualmente algumas áreas, especialmente a Ecologia Histórica, entenderem que a maior parte dos ecossistemas, senão todos, foram afetados por atividades humanas (BALÉE, 2006), ou seja, que não há mais uma divisão clara entre o ecúmeno e o globo, essa cisão histórica acarretou consequências com relação ao entendimento da realidade referente à paisagem, com boa parte das ciências naturais compartimentalizando o mundo habitado e influenciado pelos humanos de um mundo “natural”, em que essa influência não é exercida ou é mais sutil. Nesse sentido, a ideia de ecúmeno traz à tona a pressuposição da existência de um substrato natural que é tomado pelos homens na construção da paisagem.

Apesar de realmente haver um meio físico natural cuja existência independe da ação e intervenção humana, esse conceito entende a paisagem como uma realidade em que ocorre a síntese dos processos naturais não-humanos com os projetos e processos humanos. O pensamento moderno tende então a superar a dualidade representada por uma paisagem natural e uma paisagem humana e cultural, especialmente através dos estudos de Descola (2013) e Latour (2005), e passa a adotar uma noção de hibridismo entre essas duas componentes, reconhecendo-a como uma entidade relacional do humano com o não-humano e também medial, uma vez que é em sua essência, ao mesmo tempo, totalmente humana e totalmente natural. Nesse sentido, Oliveira e Engemann (2011) consideram a paisagem uma categoria do espaço que ao associar ações passadas com as ações presentes é um produto da coevolução de sociedades humanas com o meio ambiente ou uma manifestação da relação homem-ambiente no espaço. Desse modo, é possível não somente reconhecer marcas passadas na paisagem atual como também compreender a forma como as atividades humanas do passado influenciam um ecossistema atual, seja através dos solos, da fauna e da flora e essas marcas na paisagem podem ser evidenciadas por vestígios materiais (ruínas de construções antigas, fragmentos de carvão, sambaquis, etc) ou por vestígios ecossistêmicos (estrutura, composição ou funcionalidade).

Ao discutir a importância da paisagem e sua definição, torna-se importante discutir as ideias postuladas por Carl Sauer (1925) com relação ao tema, especialmente a de que a paisagem é essencialmente o campo de estudo da Geografia, sendo o seu papel fundamental delimitar um sistema crítico sobre a fenomenologia da paisagem, e também porque a Geografia Histórica tratou dos temas da História Ambiental antes da formalização da área de estudo, possuindo assim uma relação íntima com a área (SOLÓRZANO *et al.*, 2009). Com relação ao significado da palavra para a área de estudo, Sauer (1925:23) define a paisagem como “uma área composta por associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”, reforçando mais uma vez o conceito de paisagem como uma relação dialética entre humanos e ambiente em que ambos se afetam mutuamente. O autor traz ainda, em seu trabalho sobre a morfologia da paisagem, a importância da generalização no estudo das paisagens. Como uma mera percepção das paisagens, ou qualquer outro fator ambiental que seja, não possui valor científico, o pesquisador interessado na paisagem também não pode enxergar apenas de forma meramente descritiva tal qual se faria em uma pintura, este necessita se valer de generalizações de cenas individuais e comparações entre paisagens distintas para verdadeiramente realizar uma ciência da paisagem.

Em seu trabalho “*The morphology of landscape*” (1925), Sauer divide a paisagem em anterior e posterior às modificações causadas pelas ações humanas. Denomina as paisagens anteriores a essa intervenção de paisagens naturais, nada ou pouco modificadas pelos humanos, e as paisagens posteriores de paisagens culturais, aquelas bastante ou completamente modificadas pelos humanos. As paisagens culturais, portanto, são definidas como a própria expressão da atuação humana no ambiente, sendo a cultura humana o agente modificador, a paisagem natural o meio e a paisagem cultural o resultado desse processo. Além disso, o autor ainda destaca a possibilidade da existência e configuração de uma sequência e sucessão de paisagens culturais ao longo do tempo, produzidas por culturas humanas que habitaram os mesmos locais em tempos diferentes. Por muitos anos a ciência ambiental considerou as florestas tropicais como regiões prístinas do Planeta, mas essa percepção mudou ao longo dos anos e atualmente florestas como a Mata Atlântica já são entendidas como tendo sido marcadas pela presença humana desde antes da chegada europeia (OLIVEIRA, 2021). Dessa forma, é importante

destacar que a paisagem cultural analisada no presente trabalho não é entendida pela ciência como a primeira paisagem cultural da Mata Atlântica, mas esta foi gerada a partir de uma mudança cultural ocorrida com a chegada dos portugueses no território brasileiro (MAIOLI *et al.*, 2020), o que de acordo com Sauer (1925) rejuvenesce a paisagem cultural. Sem dúvida a exploração de madeiras no período colonial constituiu um dos redefinidores da paisagem original.

O entendimento de que paisagens podem sofrer alterações ao longo do tempo é, portanto, fundamental para o fazer de estudos de áreas como História Ambiental, Geografia Histórica e também Ecologia Histórica. Embora todas essas áreas temáticas tenham elementos em comum a sua diferença se baseia no peso e importância que a primeira parte de seu binômio assume nas metodologias e pontos de partida utilizados nas análises, tendo a História Ambiental um viés analítico voltado para os processos históricos que alteraram e foram alterados pelo meio natural enquanto a Ecologia Histórica busca o entendimento de componentes ecológicos à luz dos processos históricos (SOLÓRZANO *et al.*, 2009). A Ecologia Histórica é definida por Balée (2006) como um programa de pesquisa, ou seja, uma área da ciência constituída por axiomas independentes sobre os quais apenas uma parte da comunidade científica concorda. O autor ainda indica que todo programa de pesquisa é definido por alguns postulados fundamentais, os quais no caso da Ecologia Histórica são: i) o entendimento de que todos os ambientes da Terra foram afetados e alterados de alguma forma pelos humanos (pelo menos a partir do Holoceno e o advento da agricultura), ii) os humanos não são geneticamente programados para gerar aumentos ou diminuições na diversidade natural, iii) diferentes sociedades formadas por diferentes formas de cultura, economia e política geram impactos diferentes aos ambientes com os quais interagem, podendo uma cultura impactar mais ou menos os ambientes naturais que outra cultura e iv) interações humanas com as paisagens, em seu sentido mais amplo, podem ser estudadas como um fenômeno integrativo (BALÉE, 2006).

Dessa forma, a Ecologia Histórica realiza pesquisas relacionadas a duas áreas distintas do conhecimento: i) evolução dos ecossistemas, cujo objetivo é reconstruir paleoambientes e floras fósseis, e ii) antropologia ecológica, cujo objetivo é o estudo e entendimento dos ecossistemas através de componentes humanas e suas relações com a natureza. A primeira área em que a Ecologia

Histórica se debruça está majoritariamente relacionada à ecologia e nela as informações contidas nos ecossistemas são consideradas fontes históricas e utilizadas para entender a história das sociedades passadas que habitaram o ambiente em questão. A segunda, por sua vez, está bastante relacionada à história e se utiliza do arcabouço metodológico da disciplina, considerando documentos históricos, fotografias passadas e outras obras para entender melhor como eram os ecossistemas no passado (SOLÓRZANO *et al.*, 2009). Como essa última área citada vai de encontro aos objetivos e estudos da História Ambiental, trazendo um olhar mais holístico da história em que esta não é mais apenas a história apenas dos humanos ou da natureza, mas a história das relações dialéticas entre esses dois componentes, é possível utilizar a História Ambiental, em sua forma mais intrinsecamente interdisciplinar, como a área da ciência que sintetiza todos esses esforços (OLIVEIRA, 2005).

A transformação da paisagem, como o próprio nome indica, diz respeito aos processos histórico-naturais de alteração dialética das paisagens através de seus elementos naturais e culturais e pode ser definida como a manifestação material das relações humano-ambiente (CRUMLEY, 1993). Bem como a paisagem em si, o estudo da transformação da paisagem vem crescendo nos últimos anos, e apesar de interessar a diversas áreas da ciência é descrito por Rua e colaboradores (2007) como um campo de estudo próprio da disciplina geográfica, especialmente no que diz respeito às questões ambientais em seu sentido mais estrito. Oliveira (2005: 227), por sua vez, se refere ao termo como “o fato histórico-ambiental mais evidente de toda a história”, uma vez que esta é o resultado das atividades sociais e culturais humanas geradas na natureza através do tempo histórico. Há ainda uma outra área da ciência interessada no estudo das paisagens, chamada de Ecologia da Paisagem. De acordo com Crumley (1993), esta área é definida como o estudo da estrutura, função e mudança de áreas de terra diversas compostas por interações de ecossistemas. Dessa maneira, a Ecologia Histórica pode ser a área de estudo responsável por se debruçar sobre as transformações da paisagem ao longo do tempo.

É interessante destacar, entretanto, que a História Ambiental, em seu caráter fundamentalmente interdisciplinar, possui como principal objetivo integrar a história natural à história social e a integração desta disciplina com a Ecologia de

Paisagem pode levar a um entendimento mais completo da transformação da paisagem, especialmente no que diz respeito a temas atuais como fragmentação de paisagens e redução da biodiversidade (OLIVEIRA & MONTEZUMA, 2010). Oliveira e Montezuma, em seu trabalho sobre as vantagens da integração das pesquisas de História Ambiental e Ecologia da Paisagem (2010), destacam quatro pontos acerca das vantagens e também da lógica da junção dos aparatos teórico-metodológicos dessas duas áreas, sendo estes: i) a relação entre as mudanças das interações das sociedades humanas com os ambientes e as mudanças ambientais das paisagens, ii) a larga presença humana nos ambientes terrestres, iii) a possibilidade da percepção das ações antrópicas em diferentes escalas (da mais local à mais regional) e iv) as diferentes percepções sobre a natureza empreendidas pelas diferentes sociedades ao longo do tempo. Como a História Ambiental rejeita a noção de que a vida humana na Terra ocorre sem restrições naturais e se propõe a incorporar conceitos das ciências naturais (OLIVEIRA & MONTEZUMA, 2010), como discutido anteriormente, a utilização dessa disciplina como ponto de partida nas análises realizadas no presente trabalho se dá com o entendimento de que assim é possível integrar informações sobre composição, estrutura e funcionalidade de ecossistemas às informações sociais.

Assim como no exterior, a História Ambiental brasileira emergiu em um cenário de grande interesse e cobrança popular por mais informações acerca da questão ambiental, apenas com o diferencial de ter tomado maiores proporções mais tarde, por volta dos anos 1990 (MARTINEZ, 2005). Ainda que autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro já discutissem sobre as relações socioambientais brasileiras, uma vez que a presença ambiental no cenário social brasileiro sempre foi bastante presente, autores como Warren Dean configuram na cena da produção de obras clássicas a respeito do tema (FRANCO, 2003; MARTINEZ, 2005). Além disso, Pádua (2002) em seu livro “Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)” demonstra que já existia todo um grupo de intelectuais brasileiros preocupados com a questão ambiental, de acordo com seus objetivos e entendimentos à época, desde o período colonial, especialmente no que dizia respeito aos processos de produção agrícola e melhor aproveitamento da terra. O autor demonstra, portanto, que uma percepção histórica sobre os processos

ambientais derivados das interações entre a sociedade e o ambiente era empreendida, mesmo que esse esforço intelectual iniciado ao fim do período colonial não possa ser chamado propriamente de História Ambiental (PÁDUA, 2010).

José Augusto de Pádua e Alessandra Carvalho (2020), em um esforço de analisar a produção da História Ambiental *stricto sensu* brasileira a partir de livros autorais, elencam uma série de autores que produziram contribuições importantes para o campo, em suas mais variadas possibilidades de análise no que diz respeito aos ecossistemas brasileiros. Na divisão temática de ‘floresta’ elencada pelos autores, especialmente relacionada às florestas da Mata Atlântica e Amazônia, nomes como Warren Dean, José Augusto Drummond, Shawn Miller, Rogério Ribeiro de Oliveira e Diogo Carvalho de Cabral são levantados como contribuidores. Esses mesmos autores são utilizados para compor as bases teórico-metodológicas do presente estudo. Pádua e Carvalho (2020) apontam diferenças de abordagem entre as obras dos autores analisados, indicando a adoção de uma perspectiva declencionista¹ de Warren Dean ao apontar a destruição da Mata Atlântica como o motor da produção da sociedade brasileira desde antes da chegada dos colonizadores até o século XX, além da adoção de uma grande escala temporal de análise. No entanto é oportuno citar que, segundo Marco *et al.* (2023), a exploração madeireira, ao contrário de empreendimentos históricos como a cana de açúcar e o café, não provocaram a destruição da Mata Atlântica em escala continental. O fato da exploração da madeira se dar geralmente sob a forma de coleta seletiva (e não o corte raso) favorece a conservação do tecido florestal como um todo. Segundo paisagens favoráveis à biodiversidade e aumentam a conectividade entre manchas de habitat e mantém habitat suficiente para garantir a persistência da biodiversidade a longo prazo.

Drummond foi apontado pelos autores (PÁDUA & CARVALHO, 2020) como responsável por trazer inovação no que diz respeito à delimitação espacial, uma vez que o mesmo se ocupou do estudo da questão ambiental de um estado brasileiro apenas em seu livro “Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro”, além da adoção de uma perspectiva menos declencionista que a de Dean

¹ Ideia de que no início da história ou período as condições socioambientais são melhores do que no final.

ao abordar igualmente o tema da conservação ambiental. Miller, por sua vez, trouxe a novidade de um enfoque temporal mais definido ao estudar a exploração madeireira empreendida durante o período colonial. Rogério de Oliveira e Diogo Cabral são analisados pelos autores através de coletâneas que organizaram. A coletânea de Oliveira traz consigo não só uma delimitação espacial mais restrita como a inovação de abordar uma floresta urbana, enquanto a de Cabral se volta para uma análise mais ampla da Mata Atlântica. Discussões mais aprofundadas sobre as contribuições dos autores citados para o presente trabalho serão realizadas mais adiante.

Face de todo ao exposto, a importância da História Ambiental na realização de esforços analíticos que mobilizam diversos temas relativos à sociedade e natureza se torna evidente, não só em temas de caráter mais global, mas especialmente em temas relacionados à história brasileira, uma vez que esta é fundamentalmente indissociável dos ecossistemas. A maior parte da população brasileira reside no limite espacial atribuído à Mata Atlântica (SCARANO & CEOTTO, 2015), e mesmo com toda a devastação já empreendida ao longo dos séculos de ocupação, com diversas mudanças tendo ocorrido na forma das sociedades se relacionarem com essas florestas, a interação com seus agentes não humanos continua a ocorrer. Assim, como no passado colonial era impossível não estabelecer relações com os elementos florestais na vida cotidiana (PÁDUA & CARVALHO, 2020) é uma missão semelhante pensar sociedade ou natureza nesse período sem pensar nas relações estabelecidas entre essas duas esferas da realidade, no que a História Ambiental pode ser utilizada como área integrativa dos conhecimentos científicos naturais e sociais para o melhor entendimento destes contextos.

3. Procedimentos Metodológicos

A fim de levantar informações sobre as madeiras históricas foi realizada uma pesquisa sistemática em quatro bibliotecas nacionais e internacionais, a saber: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (RJ-Brasil), Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa-Portugal). Para tal, utilizaram-se diversas palavras-chave (ex. madeira, pau, construção naval, corte, etc) indexadas no título, resumo ou corpo do texto, muitas vezes combinadas, utilizando-se operadores booleanos ("E" e "OU"). A busca documental realizada com a finalidade de identificar os atores envolvidos nas atividades madeireiras seus papéis e atribuições foi realizada apenas na base *online* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNDigital) e no Arquivo Histórico Ultramarino. As palavras-chave utilizadas nas buscas nos acervos de cada biblioteca, bem como seus resultados, podem ser observadas nos Anexos (Tabela 4).

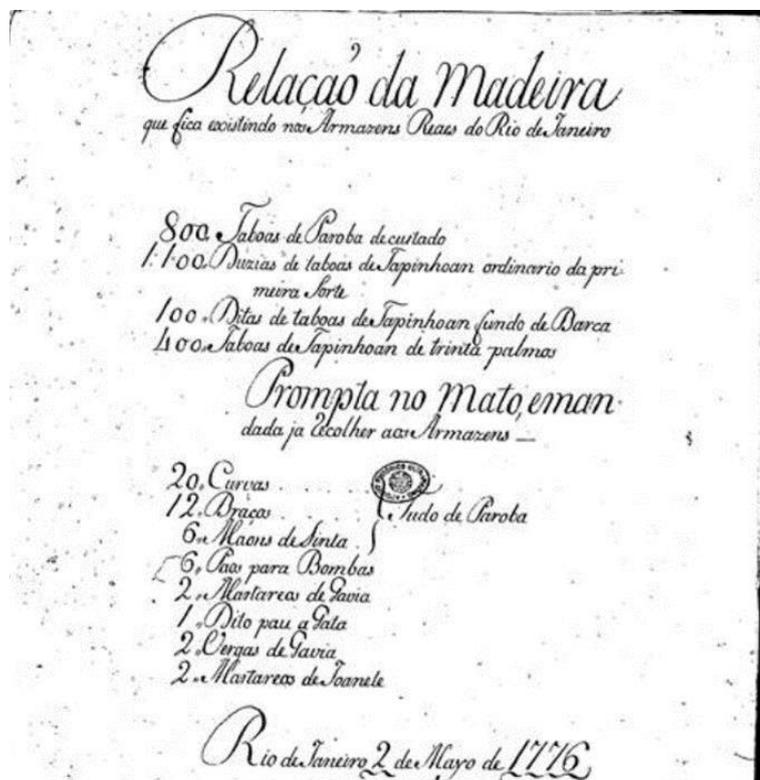


Figura 1. Manifesto de carga, documento histórico. Fonte: AHU_ACL_CU_017, Cx. 99\Doc. 8551, 1776.

Na busca pelas madeiras históricas foram utilizadas 39 combinações de palavras-chave resultando em 284 documentos (Figura1), dos quais 138 foram descartados por não possuírem informações relacionadas ao tema do presente estudo. Os 146 documentos remanescentes foram analisados e sistematizados conforme tipo de informação fornecida: nome da madeira, quantidade exportada, uso da madeira, local de extração, ano e local exportação, associado a alguma lei ou parecer, indicação de trabalhadores, etc (Figura 2). As palavras-chave que resultaram em mais documentos foram “madeira” (44 documentos resultantes, 29 analisados), “Porto do Rio de Janeiro” (32 documentos resultantes, cinco analisados), “construção naval” (30 documentos resultantes, dez analisados), “relação das madeiras” (18 documentos resultantes, 15 analisados) e “corte de madeira” (15 documentos resultantes, quatro analisados).



Figura 2. Esquema da pesquisa sistemática dos documentos históricos encontrados nas bibliotecas nacionais e internacionais analisadas.

As madeiras indicadas nos documentos históricos foram agrupadas conforme nome popular, os quais são citados nesse trabalho com grafia idêntica (*ipsis litteris*) à encontrada nos documentos, inclusive indicando as diferentes grafias encontradas, e foram associadas aos possíveis nomes científicos de acordo com bibliografia especializada (e.g. CORRÊA (1941), CARVALHO (2003, 2006, 2008, 2010, 2014), FONSECA *et al.* (2005), MAIOLI (2014), SILVA *et al.* (2020), SILVA *et al.* (2022), FLORA E FUNGA DO BRASIL (2023), POWO (2023)), os quais foram analisados e checados quanto à grafia, autoria, taxonomia, distribuição geográfica e origem (ocorrência natural no bioma Mata Atlântica) na base *online* da Lista da Flora e Funga do Brasil- Re flora (2023) e no *Plants of the World Online* - POWO (2023), quando os dados não foram encontrados na primeira base.

Por conta das corruptelas e diferentes grafias das madeiras indicadas nos documentos históricos, alguns nomes populares não obtiveram resultados nas bases consultadas. De forma que foram pesquisadas variantes ortográficas de seus nomes populares nas bases do Re flora e do POWO (ex.: Judeo - citado no documento histórico - e pau-judeo - procurado), e cujos nomes científicos resultantes foram listados como correlações possíveis. Outras análises e posteriores adaptações nomenclaturais também foram necessárias, como por exemplo a madeira citada no documento histórico como “Pau mamaluco”, que não foi encontrada nas literaturas contemporâneas de referências, mas em Corrêa (1941) havia a indicação de “Pau-mulato”. Assim, optou-se por seguir com as espécies indicadas para “Pau-mulato” visto que mamaluco (ou mameluco) era uma palavra muito utilizada para designar pessoas “mulatas” e mestiças (BOTH DA SILVA, 2014).

Com relação à classificação de ocorrência das madeiras históricas como pertencendo ao domínio do bioma Atlântico, os locais de extração (associados aos nomes populares) citados nos documentos históricos foram cruzados com os limites dos estados brasileiros atuais, porém considerando o limite da Mata Atlântica original (Figura 3).

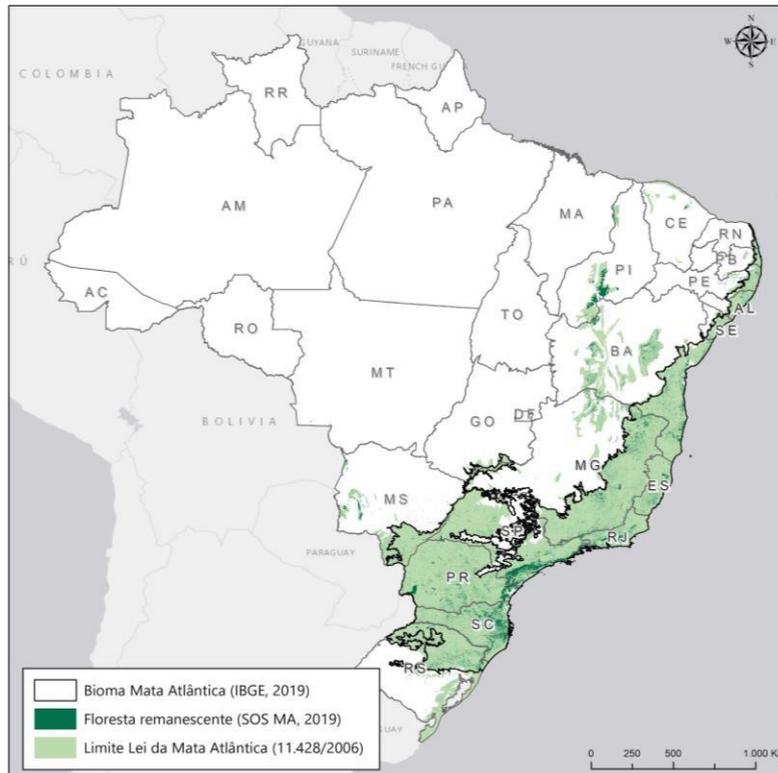


Figura 3. Cobertura original da Mata Atlântica (verde claro) e os remanescentes atuais (verde escuro). Elaboração: Maria Eduarda Coelho (2023).

A compatibilidade histórica e ecológica entre as ocorrências das possíveis espécies relacionadas aos nomes populares e as ocorrências indicadas nos documentos históricos foi checada, ao avaliar se havia uma relação positiva entre os locais de extração informados nos documentos históricos (chamada daqui em diante de compatibilidade histórica) e os locais de ocorrência das possíveis espécies relacionadas aos nomes populares informados nos documentos históricos (chamada daqui em diante de compatibilidade ecológica). Assim, as madeiras foram classificadas em quatro categorias de compatibilidade: i) compatibilidade para a Mata Atlântica (quando os dados históricos e ecológicos eram compatíveis), ii) compatibilidade para outro bioma que não a Mata Atlântica (segundo a mesma lógica de i) mas para outros biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal), iii) incompatibilidade dos locais de ocorrência (quando os dados históricos e ecológicos não eram compatíveis); e iv) compatibilidade incerta (quando não foi possível associar o nome popular histórico a nenhuma possível espécie ou o documento histórico não informou o local de origem).

Para estimar a atividade madeireira por estado, ou seja, o local/região de extração da madeira e portos de exportação informados nos documentos históricos, foi somada a quantidade de madeira citada para cada local/região citado, com a posterior associação com estados atuais. A mesma metodologia foi utilizada para estimar a atividade madeireira por ano informado nos registros históricos.

As madeiras encontradas nos documentos históricos tiveram diversas utilidades relatadas e foram agrupadas em oito categorias de uso (adaptado de ALBUQUERQUE *et al.*, 2014; MAIOLI, 2014 e SILVA *et al.*, 2020): Construção Naval (madeiras utilizadas para construir partes de navio ou outras embarcações), Construção Civil (madeiras utilizadas para construir casas e outras edificações), Carpintaria (madeiras utilizadas em obras gerais de reparos ou na produção de produtos utilizados no dia-a-dia, como carros, cofres, barris, etc), Marcenaria (madeiras utilizadas na fabricação de móveis e outros objetos como soquetes, varais, paus de barraca, etc); Tinturaria (madeiras utilizadas para extração de corantes); Combustível (madeiras utilizadas como lenha ou carvão); Uso Múltiplo (madeiras com mais de uma utilidade ou categoria) e Indefinido (documentos não indicaram uso específico). As categorias de uso mais representativas foram calculadas com base na quantidade de possíveis espécies inseridas em cada categoria.

Para calcular o volume de madeira foi necessário, primeiramente, que os documentos históricos informassem as medidas de comprimento, largura e grossura ou área e altura (no caso de toras). De posse dos valores, foi preciso converter as unidades de medidas (apresentadas nos documentos majoritariamente em pés, polegadas e palmos) para o Sistema Métrico, mais especificamente para metros. Em seguida, o cálculo do volume foi realizado utilizando a fórmula do paralelepípedo (comprimento x largura x altura) para madeiras reportadas como exportadas em pranchas (quando não era especificado o formato da madeira, assumiu-se que esta era uma prancha), ou a fórmula do cilindro (área da base x altura), quando indicada a exportação de toras. Após o cálculo dos volumes, o valor total encontrado era multiplicado pela quantidade de pranchas ou toras informadas nos documentos históricos.

A classificação sistemática adotada para as espécies segue o *Angiosperm Phylogeny Group - APG IV* (2016), exceto para a família Leguminosae, considerada como uma família única de acordo com Polhill *et al.* (1981). Os critérios de inclusão de uma espécie para análise foram: ser nativa do Brasil, possuir hábito arbustivo-arbóreo (lenhoso) e constar como espécie válida no Reflora ou do POWO. Os *status* de conservação das espécies foram verificados nas Listas de flora ameaçada de extinção da *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN, 2022) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2008), além das indicações presentes no Reflora (2023).

4. Resultados e Discussão

4.1. As madeiras nativas exploradas no período colonial brasileiro



Figura 4. Paisagem da Mata Atlântica. Fonte: Rugendas, 1802-1858.

Diferentemente das homogêneas matas europeias, as florestas brasileiras são formadas por uma imensa variedade de árvores que possuem madeiras de excelentes qualidades (MAIOLI, 2014) (Figura 4). Assim, no decorrer do processo de colonização os portugueses descobriram o valor das madeiras da Mata Atlântica e iniciaram um processo de exploração desse valioso recurso (SILVA *et al.*, 2020). No entanto, deve ser feita a ressalva que geralmente as matas no domínio atlântico apresentam com altíssima diversidade de espécies (riqueza) e baixa densidade de indivíduos (abundância). Esta alta diversidade com baixa densidade de espécies madeireiras foi um empecilho à uma exploração comercial efetiva. Ao contrário, florestas temperadas apresentam alta abundância com baixa riqueza, facilitando a identificação e o comércio (DRUMMOND, 1991). Ainda assim, é possível afirmar que a sociedade brasileira foi iniciada e desenvolvida a partir das suas florestas e que a madeira foi o recurso natural mais utilizado pela Coroa portuguesa em seus negócios de além-mar (CABRAL, 2006), principalmente nos primeiros anos de colonização. Desta forma, neste tópico serão apresentados e discutidos dados extraídos das análises documentais referentes à exploração das madeiras nativas da

Mata Atlântica durante o período colonial, como as possíveis espécies exploradas, seus usos, as quantidades extraídas e exportadas, os locais e os períodos de extração.

4.1.1. Espécies arbóreas exploradas

Os 146 documentos históricos analisados citaram 132 madeiras pelos nomes populares que podem corresponder a 457 nomes científicos (ANEXOS - Tabela 5). Deste total, 38 possíveis espécies foram por não atenderem aos critérios básicos de seleção (item 3, página 17). Das 419 espécies restantes, 341 são nativas da Mata Atlântica (Figura 5), sendo que espécies relacionadas a mais de um nome popular nos documentos históricos e os táxons não totalmente identificados (ex.: *Ocotea* spp.) foram contabilizados apenas uma vez, o que indica que o número de espécie possivelmente poderia ser maior. Das 55 famílias botânicas encontradas para a Mata Atlântica as mais representativas foram Leguminosae - Papilionoideae (57 espécies), Lauraceae (30 espécies), Leguminosae - Caesalpinioideae (29 espécies), Apocynaceae (22 espécies) e Leguminosae - Mimosoideae (21 espécies) (Figura 6).

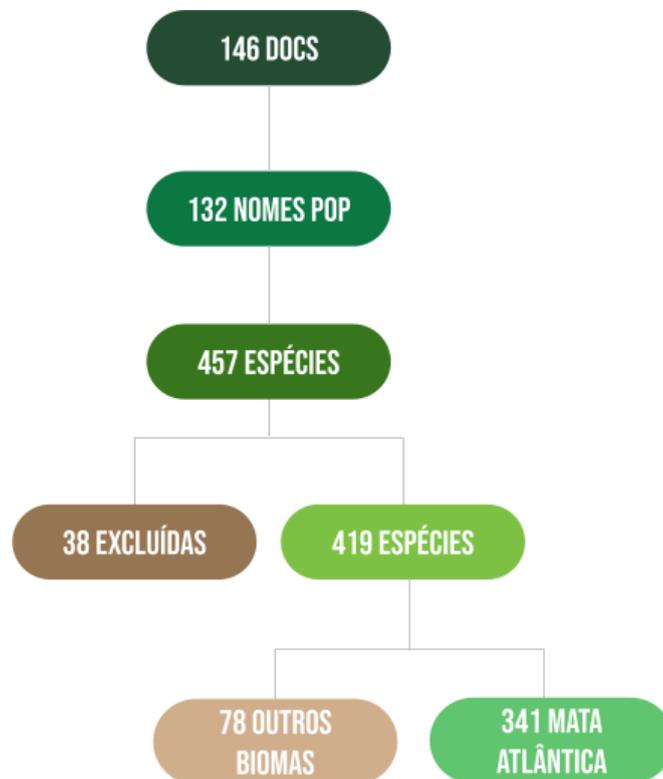


Figura 5. Esquema dos resultados obtidos nas análises referentes à correlação dos nomes populares e científicos.

Os nomes populares mais citados nos documentos foram: tapinhoam (23 documentos), peroba (19 documentos), pau-brasil (10 documentos), jacarandá (nove documentos) e vinhático (oito documentos). Ambas quantidades de espécies e de nomes populares encontradas no presente estudo foram maiores do que as relatadas em estudos similares. Maioli (2014) encontrou um total de 129 nomes populares relacionados a 620 nomes científicos, sendo que destas 126 madeiras e 445 espécies eram da Mata Atlântica. Da mesma forma, Silva *et al.* (2020), em sua pesquisa documental sobre as madeiras brasileiras enviadas para Portugal durante o período colonial, encontraram apenas 15 madeiras com base na análise de cinco documentos históricos. O número de famílias botânicas encontradas foi muito próximo ao encontrado por Maioli (2014) (58 famílias), e as mais representativas também foram similares. As famílias botânicas mais representativas neste estudo são atualmente reconhecidas como as mais ricas, abundantes e diversas da Mata Atlântica (STEHMANN *et al.*, 2009) e também são reconhecidas por possuírem múltiplas utilidades em construções (PAULA & ALVES, 1997), o que indica que as madeiras mais exploradas no período colonial também podem ter sido as mais abundantes e frequentes no bioma.

Souza (2021) indica ainda que as espécies das famílias Leguminosae e Myrtaceae costumam fazer parte da regeneração natural de áreas florestais perturbadas por ações antrópicas, especialmente nas que participaram de ciclos históricos, o que demonstra outro possível motivo dessas famílias aparecerem como as mais representativas nos documentos históricos, uma vez que ao longo do período colonial foram formados fragmentos florestais e diversas áreas entraram em regeneração natural (OLIVEIRA & SOLÓRZANO, 2014). É interessante ressaltar, ainda, que diversas madeiras brasileiras receberam o nome de pau-brasil, além da espécie a que comumente se atribui o nome vernacular (*P. echinata* (Lam.) Gagnon, H.C.Lima & G.P.Lewis) (MURALT, 2006), o que reforça a ideia de que diversas madeiras brasileiras foram exploradas desde o início da ocupação portuguesa do Brasil.

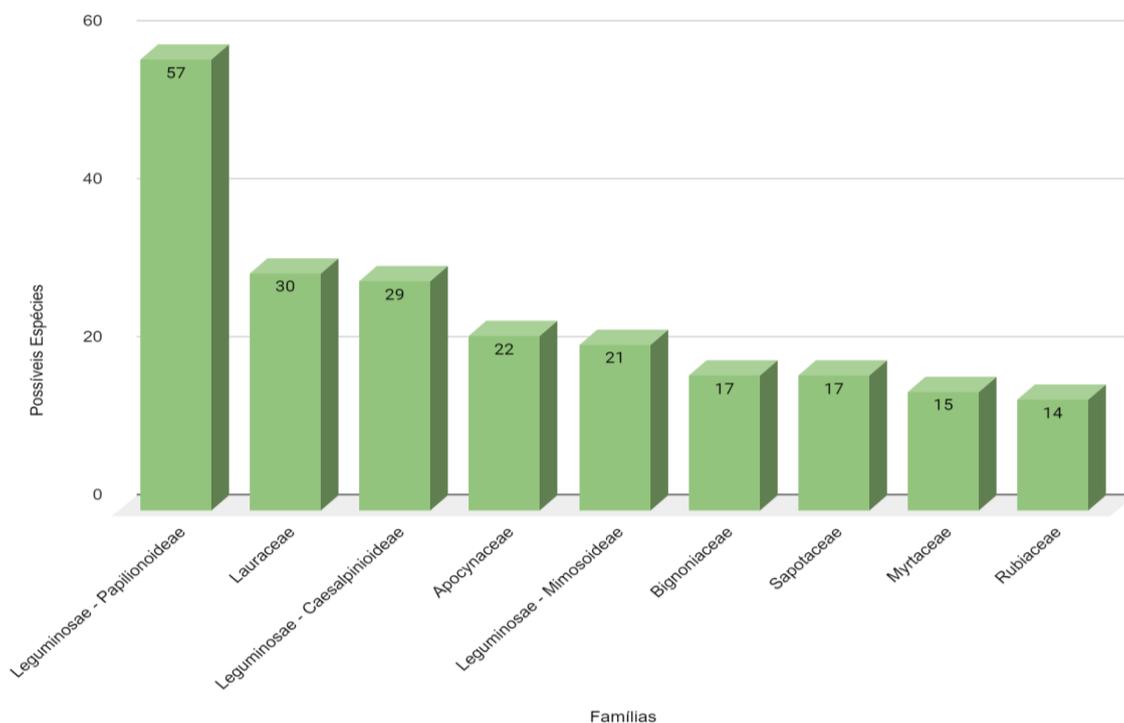


Figura 6. Famílias botânicas mais representativas associadas às possíveis espécies encontradas para a Mata Atlântica.

33 das 341 espécies nativas da Mata Atlântica (10%) são apontadas como tendo algum grau de ameaça pelas listas consultadas, sendo 19 espécies indicadas como Em Perigo (EN), 15 espécies indicadas como Vulneráveis (VU) e uma espécie indicada como Criticamente em Perigo (CR). Todas as madeiras citadas em maior frequência pelos documentos, com exceção do vinhático, são relacionadas a pelo menos uma possível espécie com algum grau de ameaça (Anexos – Tabela 4). Embora a quantidade de espécies atualmente ameaçadas possa parecer baixo, o fato de as madeiras mais citadas nos documentos histórico estarem atualmente ameaçadas reforça a associação de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos com os motivos que levaram as espécies da Mata Atlântica à ameaça (STEHMANN *et al.*, 2009), que tais motivos tiveram início ainda no período colonial e podem ser observados até hoje. Vale a pena ressaltar, ainda, que todos os critérios atualmente utilizados para considerar uma espécie como ameaçada de extinção podem ser relacionados a usos pretéritos (MAIOLI, 2014).

Interessante ressaltar que todas as madeiras consideradas ameaçadas atualmente foram associadas a alguma lei ou decreto histórico proibindo ou

restringindo seu corte (MAIOLI *et al.*, 2020), madeiras “de lei”, as quais eram reservadas ao uso exclusivo da Coroa, demonstrando a grande atenção da Coroa Portuguesa às madeiras nativas (BNRJ - 07,04,063 - Manuscritos; AHU_ACL_CU_017, Cx. 76\Doc. 6929 (1); BNRJ - I-28,10,43 - Manuscritos; BNRJ - I-28,10-44 - Manuscritos). Nesse sentido, uma troca de cartas entre Gomes Freire de Andrade e o Rei de Portugal, em 1739, indica que:

“Devido ao grande consumo de Tapinhoam no Rio de Janeiro o Rei torna proibida a retirada dessa madeira para fora do Reino e comércio para que não falte tapinhoam para as naus da armada.” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 31\Doc. 3266 (1)).

Outros documentos históricos indicam que o grupo das “madeiras de lei” pode ter sido muito mais abrangente do que se tem ideia, como a Carta de (D. Maria I) para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, em 1798, dizendo que:

“a Fazenda Real poderia tirar um grande rendimento das madeiras do Brasil e, por isso, declarava que *eram propriedade da Coroa todas as matas da costa e das margens dos rios que desembocassem no mar e proibia que se desse sesmaria nesses sítios*, ordenando ao governador que se informasse dos modeos para se restituir as sesmarias já dadas, indenizando os proprietários com terras no interior, *impondo a obrigação de conservarem as madeiras estabelecendo severas penas contra os incendiários e destruidores das matas*. Ordenava, também, que se levantassem mapas das regiões compreendidas e que o governador enviasse amostras das madeiras, indicando os nomes e propriedades.” (AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 55\Doc. 4193 (1) - grifo nosso).

Alguns documentos históricos analisados corroboram com dados de escassez no passado colonial. Já em 1736 o tapinhoã, possivelmente correspondente à espécie *Mezilaurus navalium* que atualmente é ameaçada de extinção, era retratado como difícil de encontrar nas matas de Pernambuco e Bahia devido ao “total consumo do comércio devassador a Inglaterra e Holanda” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 28\Doc. 2970 (1)). O vinhático era indicado como sendo abundante em 1818 apenas nas comarcas de Ilhéus e Alagoas. Joaquim José da Cruz em sua memória a respeito do melhor modo de se procederem os cortes de madeira nessas comarcas, relembra a ordem real de que as ditas “madeiras de lei” fossem

cortadas apenas para fins comerciais estabelecidos com o Arsenal Real (BNRJ - II-33,34,18 - Manuscritos).

Nesse mesmo documento, Joaquim José da Cruz ainda relata que as sesmarias das comarcas de Ilhéus e Alagoas haviam sido dadas, apesar das ordens estabelecidas, por volta 5 anos e indica o quanto tal fato configurava “grande dano e prejuízo à conservação dos tabuados de vinhático e potumujú”, que só ocorriam em abundância no Distrito. De acordo com o relato, a medida tomada pela Coroa mediante a reclamação foi a liberação do corte das madeiras citadas, além do oiti, por parte dos “vassalos” desde que estes a vendessem apenas para os Arsenais Reais.

Nota-se, portanto, que já no período colonial a exploração intensiva das madeiras brasileiras causou uma escassez a ponto de gerar leis “conservacionistas”, no sentido de proteção destas madeiras para usufruto, e lucro, exclusivo da coroa. Em poucas décadas, percebe-se a transformação do discurso de que “ao estender-se o olhar ao horizonte não se podia ver senão arvoredos” (MARQUES, 1944; CABRAL, 2007) para “(...) não tem achado nestes destritos aonde se tem procurado nem hum só pao que seja maciço, todos são ocos no seu âmagó” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 71\Doc. 6539). Pádua (2002), em seu livro ‘Um sopro de destruição’, ao discorrer sobre o pensamento ilustrado e a crítica ambiental existente no Brasil ao final do período colonial aponta para um viés bastante utilitarista do ambientalismo colonial brasileiro. De acordo com o autor, existiam intelectuais preocupados com a questão ambiental no Brasil, os quais possuíam até mesmo influência política suficiente para gerar leis e políticas públicas ‘conservacionistas’, entretanto essa preocupação partia de um entendimento de que a ‘conservação’ dos recursos naturais geraria um melhor aproveitamento destes e, conseqüentemente, um maior lucro.

No entanto, pela grande extensão da Mata Atlântica no passado, não é possível afirmar se a escassez de madeira era generalizada, especialmente se considerada a característica seletiva do corte na indústria madeireira, e a contradição dos documentos históricos sobre o tema (MAIOLI, 2014). Entretanto, a junção da atividade madeireira com a atividade agrícola, ou seja, a realização de cortes rasos com aproveitamento de madeiras específicas pela

indústria madeireira e a queima das demais para fertilização do solo pela indústria agrícola (CABRAL, 2012) pode ter causado grandes danos para as florestas do bioma. Nesse sentido, as leis ‘conservacionistas’, especialmente sobre as madeiras mais apreciadas, posteriormente conhecidas como madeiras de lei, eram pouco ou nada respeitadas, uma vez que estas atrapalhavam o aproveitamento da terra por pequenos produtores rurais e possuíam uma fiscalização bastante limitada (CABRAL, 2004). Assim, a criação de leis ‘conservacionistas’, ainda que com cunho utilitarista e exploratório, descoladas da realidade física e material brasileira pode ter contribuído para a manutenção de uma mentalidade de desvalorização da floresta (MILLER, 2000) além de ter criado uma aversão a medidas protetivas dos recursos naturais, os quais podem ser observados até a atualidade, especialmente em ambientes de disputa como a Amazônia e Cerrado.

4.1.2. Usos das madeiras

A maioria das madeiras indicadas pelos documentos históricos não tinham informação de uso específico, sendo categorizadas como de uso Indefinido (78 madeiras), seguida por Uso Múltiplo (23 madeiras) e Construção Naval (23 madeiras) (Figura 7). Essa ordem se mantém quando a análise é feita pelas possíveis espécies associadas aos nomes populares, sendo as mais representativas as categorias de uso Indefinido (157 espécies) e Uso Múltiplo (140 espécies) (Figura 8). No entanto, se analisarmos as combinações de uso específico por cada espécie possível dentro da categoria Uso Múltiplo teremos: Carpintaria e Construção Naval (38 espécies); Carpintaria, Marcenaria e Construção Naval (31 espécies); Construção Civil e Construção Naval (31 espécies); Carpintaria e Marcenaria (17 espécies); Carpintaria, Marcenaria, Construção Civil e Construção Naval (15 espécies); Carpintaria, Construção Civil e Construção Naval (sete espécies); Carpintaria, Construção Civil, Tinturaria e Combustível (cinco espécies); Construção, Construção Civil e Construção Naval (três espécies).

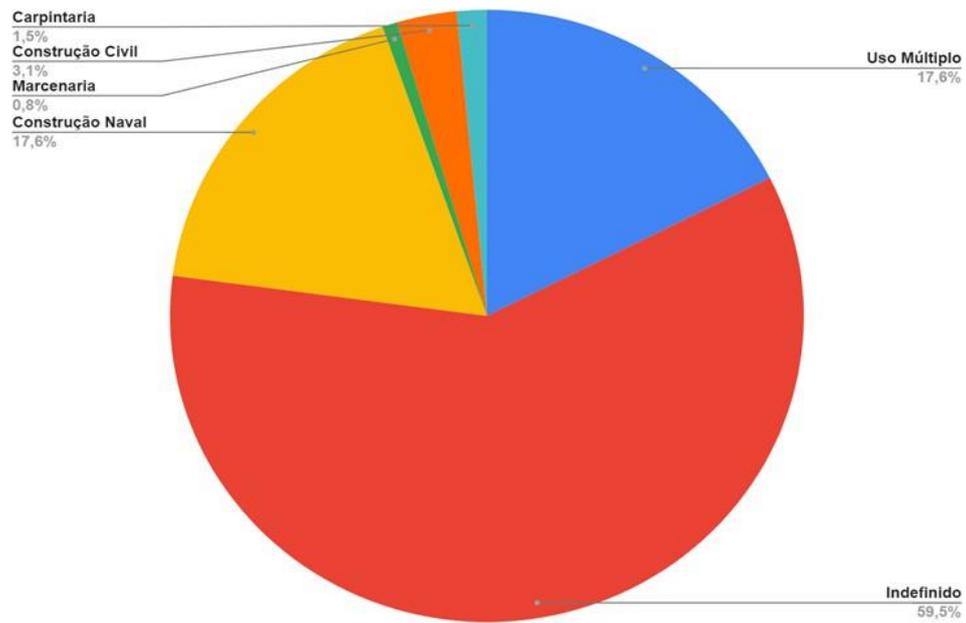


Figura 7. Porcentagens das categorias de uso das madeiras indicadas nos documentos históricos consultados.

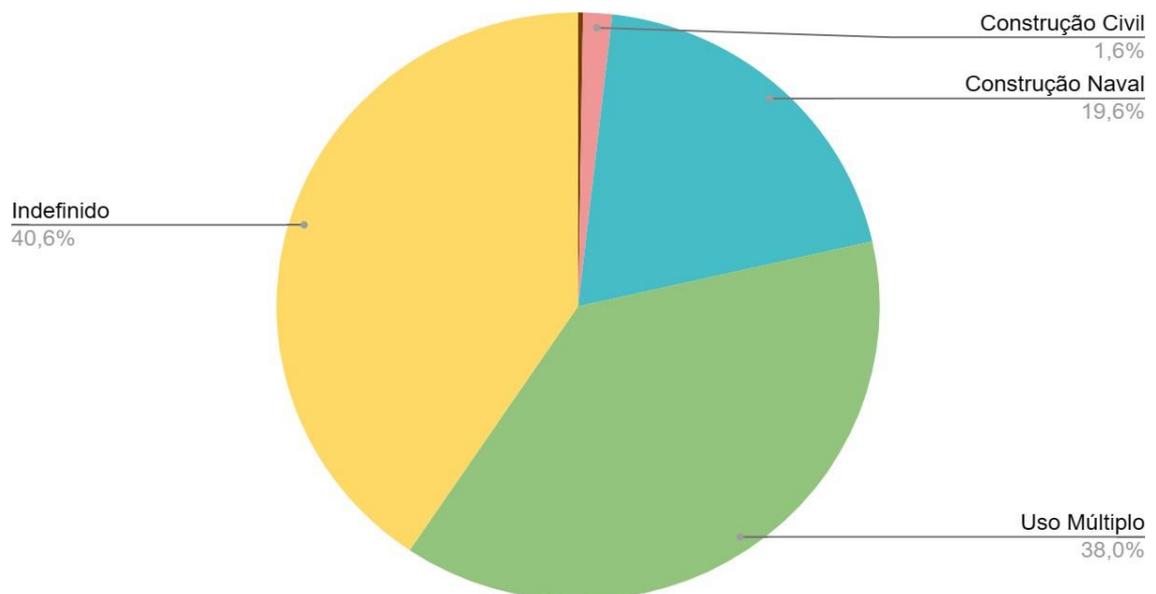


Figura 8. Porcentagem das possíveis espécies associadas às madeiras históricas por categoria de uso.

A grande quantidade de madeiras com uso Indefinido, ou seja, sem indicação de uso nos documentos históricos, pode estar relacionada tanto ao desconhecimento das madeiras brasileiras e suas propriedades (decorrente da sua biodiversidade), quanto a uma utilização tão ampla e notória que os documentos dispensavam a indicação de uso. Com relação a falta de conhecimento das utilidades das madeiras, um Ofício do intendente dos Armazéns Reais, de 1784, sobre o exame e aprovação das madeiras relata que na ribeira de uma cidade do Pará (provavelmente Belém):

“(…) não há mestre nem oficial com inteligência para poderem examinar e aprovar as madeiras, que se recolhem no Arsenal para serem remetidas aos Arsenaes Reais da Corte, e conferi-las com as relações das encomendas feitas de ordem de S. Magestade, e assim mesmo não há oficiais capazes de se conservarem na Ribeira para trabalharem na factura e concerto das canoas destinadas a carga das Charruas (…)” (ANTT - PT/TT/PREE/2/120).

Ainda nesse sentido, um Ofício de Luís de Vasconcelos e Sousa a Martinho de Melo e Castro, no mesmo ano, relatou que:

“(…) nesta matéria tudo é desordem; porque nem aqui se observa o tempo próprio para cortar as madeiras, sem se-lhes-dá o tempo proporcionado para secarem, nem se percebem as melhores, as mais curvas, nem finalmente se-lhes sabem os nomes de modo que não variem conforme os diversos distritos, ignorando-se pela maior parte os seus verdadeiros préstimos.” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004).

Apesar de alguns dos documentos indicarem não haver um aprofundado conhecimento dos portugueses sobre as madeiras brasileiras, estas eram onipresentes na vida cotidiana da época, sendo o início do período colonial o denominaram como a “Era da Madeira” (CABRAL, 2012). Nesse momento da história quase todos os utensílios e construções se baseavam na madeira ou dela se utilizavam (MILLER, 2000). Assim, a grande diversidade de espécies arbóreas na Mata Atlântica também pode ter contribuído para a ausência de documentação, uma vez que relatar tantas utilidades demandaria muito tempo e talvez se configurava desnecessário, dado seu caráter ordinário e de usos múltiplos, como indicado no presente estudo. Os dados de Cabral (2007) corroboram com esta interpretação ao

informar que no período pré-industrial a importância da madeira tendia a nem ser mencionada pelos contemporâneos em seus relatos documentais.

Essa múltipla utilidade e emprego onipresente de uma única espécie pode ser observada na Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, de Baltazar da Silva Lisboa, em que o autor afirma que as madeiras serviam “tanto para o arsenal Real da Marinha, como para as Fragatas que se construirão nesta cidade, e para a obra do Paço” (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos). Mendes e Louzada (2018) corroboram essas informações, ao trazer dados de que Baltazar da Silva Lisboa, em 1803, se referiu às madeiras da comarca de Ilhéus como muito vantajosa por poder ser aplicada tanto na construção naval, quanto na construção civil e mobiliário.

Por outro lado, o conhecimento existente sobre a matéria-prima ainda parecia estar limitado a pessoas específicas que lidavam diretamente com a madeira, como indica um ofício de 1768 do Conde de Ajambuja ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar que relata o conhecimento dos “nomes e préstimos das madeiras indicadas por pessoas que tem construído e feito construir diferentes obras” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 85\Doc. 7543 (1)). Um ofício do governador da capitania de Pernambuco ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar em 1778 por sua vez, reforça a noção de que havia apenas algumas pessoas detentoras desse conhecimento, tidas quase como “especialistas” portugueses das madeiras brasileiras ao afirmar que:

“Em observância desta Real Ordem mandei vir logo à minha presença hum tanoeiro, que como perito no seu ofício, me declarasse quaes erão as madeiras produzidas nesta capitania, que o uzo e a experiencia tinhão aprovado de melhor para o ministerio de Aduelas (...)” (AHU_ACL_CU_015, Cx. 131\Doc. 9896 (1)).

Em um estudo sobre as utilizações de madeiras da Bacia do Rio Macacu (RJ), Cabral (2006) relata que as madeiras locais indicadas nos documentos históricos eram empregadas de 58 formas diferentes dentro de sete categorias de construção indicadas pelo autor (Construção Naval, Construção Civil, *Woodworking*, Indústria Açucareira, Navegação Fluvial, Transporte Terrestre e Instrumentos de Trabalho). Além disso, o estudo ainda traz a informação de que 44% das árvores catalogadas eram utilizadas como algum tipo ou qualidade de

“tábua”, uma designação genérica utilizada para representar madeiras planas que podiam apresentar diferentes grossuras e comprimentos. As informações encontradas no referido estudo, portanto, reforçam a multiplicidade de usos das madeiras da Mata Atlântica, uma vez que foi possível separar a utilização das madeiras em sete categorias de construção e grande parte destas apresentaram também uma indicação de uso “genérico”. Maioli (2014), estudando as madeiras utilizadas para construção no período colonial, também indica que 41% das madeiras identificadas em suas análises de construções históricas apresentavam usos múltiplos. A indicação da multiplicidade de usos das madeiras da Mata Atlântica tanto pelos documentos quanto por outros autores indica a grande versatilidade e qualidade que as madeiras brasileiras possuíam, sendo consideradas assim ‘pau para toda obra’ (CABRAL, 2006).

A grande utilização das madeiras brasileiras na atividade de construção naval se deve a dois grandes fatores. Primeiro pelo fato de os navios serem o principal meio de transporte e comunicação entre continentes e representarem meios de dominação e soberania tanto no comércio quanto na proteção militar e segurança nacional (MILLER, 2000; MAIOLI *et al.*, 2020). Em segundo lugar, o primeiro empreendimento português no Brasil foi a criação de um porto e estaleiro na Bahia em 1549 para fabricação e reparo de embarcações destinadas às rotas da Índia (LAPA, 1968), ressaltando o histórico e importância dos navios para a construção do Brasil.

O início dessa atividade, entretanto, configurou-se tanto de forma estatal, através do estaleiro real que iniciou suas atividades realizando reparos em navios da Carreira da Índia, e privada, através do incentivo de construção de navios por particulares (LAPA, 1968; MORTON, 1978). Embora Lapa (1968) indique que a instauração de estaleiros em terras brasileiras não tenha sido um ponto pacífico, uma vez que os latifundiários donatários das capitanias realizaram pressão contra a medida, pelo medo da concorrência que o empreendimento geraria sobre os recursos florestais por eles utilizados na fabricação de lenha e culturas de cana-de-açúcar.

Das 20 madeiras com maiores quantidades reportadas nos documentos históricos (Tabela 1), 12 apresentaram Uso Múltiplo. Destas, o pau-brasil e

vinhático foram as que mais apresentaram utilidades gerais (quatro e cinco utilidades gerais respectivamente), enquanto que a sucupira e vinhático foram as que apresentaram mais utilidades específicas (17 e 21 respectivamente). Esses dados demonstram a qualidade das madeiras da Mata Atlântica brasileira para uma ampla gama de préstimos, especialmente para construções, sendo assim consideradas “pau para toda obra”, conforme já discutido anteriormente. Por outro lado, a imensa diversidade de árvores na Mata Atlântica pode, em certa medida, ter dificultado um uso extensivo das mesmas uma vez que a variabilidade das propriedades físicas das madeiras dificultaria uma escolha de acordo com finalidades específicas.

Tabela 1. Categorias de uso e utilidades gerais e específicas das 20 madeiras com maiores quantidades indicadas nos documentos históricos.

Nome popular da Madeira	Categoria de Uso	Utilidade geral	Utilidades específicas
Brasil; Brazil; Pao brasil; Pau brasil; Pau-brasil	Uso Múltiplo	Uso Carpinteiro	esteios
		Uso Civil	pau para eixos de reparos
			vigas
			frechaes
		Uso Tintureiro	tintas
		Uso Energético	bom carvão
Cacao	Indefinido	-	-

Camassari	Uso Múltiplo	Uso Naval	Taboado Cossueiras
		Uso Civil	barcal
			ripas
Canela; Canella	Construção Naval	Uso Naval	taboado
			remos
Canella capitão	Construção Naval	Uso Naval	pranchão para reparos de Artilharia
Canela parda	Construção Naval	Uso Naval	Taboado para guaritas, carros de farinha, cofres de baterias e de campanha
			Pranchão para reparos de artilharia
Canela preta; Canella preta	Construção Naval	Uso Naval	Taboado para guaritas, carros de farinha, cofres de baterias e de campanha
			Pranchão para reparos de artilharia
Ipê			pau de cizo

Ipê	Uso Múltiplo	Uso Carpinteiro	pau pau para eixos de reparos pau para cubos
		Uso Naval	paus para cubos dos reparos
			pranchão para reparos de Artilharia
Jacarandá; Jacarandasam	Uso Múltiplo	Uso Carpinteiro	taboados
			toras
		Uso Naval	forro
			coussoeiras
			paus para eixos de reparos
		Uso Marceneiro	tábuas
vigas			
		Uso Carpinteiro	caixão

Louro, Loiro, Pau louro	Uso Múltiplo	Uso Naval	tábuas
Louro pardo; Louro preto	Uso Múltiplo	Uso Carpinteiro	Reparos de campanha, paus de barraca, hastes de soquete
		Uso Naval	pranchão para reparos de Artilharia
		Uso Marceneiro	Taboado para guaritas, carros de farinha, cofres de baterias e de campanha
Mãgalo; Mangaló; Mangabos	Construção Naval	Uso Naval	pranchão para reparos de Artilharia
Oiti	Construção Naval	Uso Naval	taboado
Óleo Caboraiba; Óleo Caboraiba; Olio Caboraiba	Uso Múltiplo	Uso Carpinteiro	pau para eixos de reparos
		Uso Naval	pranchão para reparos de artilharia
Óleo Vermelho	Uso Múltiplo	Uso Naval	pranchão para reparos de artilharia
		Uso Carpinteiro	pau para eixos de reparos
		Uso Carpinteiro	pranchas

Paroba; Paroba de Fora; Peroba; Peroba do campo	Uso Múltiplo	Uso Civil	taboado
		Uso Naval	aduelas
			costado
			fundo de fragata
			curvas
			espaldão
			mãos de sinta
			braços de carretas de artilharia
			pranchão de reparo de artilharia
Sapocaia; Sapucaia	Construção Naval	Uso Naval	pranchão para reparos de artilharia
Sebastião d'arruda	Indefinido	-	-
Sucupira	Uso Múltiplo	Uso Carpinteiro	capelo de roda
		Uso Civil	taboado
			tábuas

Sucupira; Socopira	Uso Múltiplo	Uso Naval	aposturas
			busardas
			cadaste
			cavernas
			curvas
			gios
			mão de sinta
			paus para cubos de reparos
			pau para roda de proa
			pranchão para reparos de artilharia
			primeiros, segundos e terceiros braços
			quilha
			vaos
			sinta direita

Tapinhoan; Tapinhoam; Tapinhoã; Tapinhã	Uso Múltiplo	Uso Naval	forro de embarcações
			fundo de barca
			taboado de forro
		Uso Carpinteiro	caixas
			pipas
			táboas
fundo de tonéis			
agoadas			
Vinhático	Uso Múltiplo	Uso Carpinteiro	taboado
			caixaria para açúcar
		Uso Marceneiro	paus de barracas

Vinhático	Uso Múltiplo		taboado para guaritas, carros de farinha, cofres de baterias e de campanhas
		Uso Civil	vigas e vigotas
			caibros de cazas e engenhos
			tirantes de engenho
			frexaes
			pranchas
			asteas de soquetes
		Uso Naval	remos
			cousueiras para reparos de campanha
			cintas
			curvas
			barcal de refugo
soalho			
váus			

Vinhático	Uso Múltiplo	Uso Naval	enximéis
			mastreação
			latas
			esópan

Algumas madeiras sem indicação de uso nos documentos históricos eram conhecidas por terem outras utilidades além do uso madeireiro, como a Ipecuanha (BNP - COD. 10491), cujo uso medicinal era tradicional dos povos nativos do Brasil e posteriormente foi difundido na Europa. As raízes da planta eram utilizadas pelos indígenas como purgantes, especialmente em casos de envenenamento, e seu uso começou a ganhar popularidade na Europa apenas a partir do século XVII, quando o filho do rei da França Luís XIV foi curado de uma disenteria por um remédio feito a partir da ipecacuanha (SILVA FILHO, 2021). Assim, durante os séculos XVII e XVIII a Ipecacuanha e outras plantas medicinais brasileiras ganharam visibilidade e importância na Europa, especialmente na França. Essas informações ajudam a compreender o motivo da exportação, em 1812, de 567,3 kg da planta da Bahia para Lisboa.

A palmeira foi outra árvore utilizada para outros fins além do madeireiro. Em um ofício de 1751, o Conde de Authoguia relata que o objetivo dos “canarins” ficarem na cidade da Bahia era “que se empreguem os benefícios da Palmeira a fim de se utilizarem como o fazem na Ásia, principalmente em relação à extração de licor (Urraque)”, mas como a maior parte das Palmeiras da cidade eram na verdade coqueiros, não era possível extrair suco suficiente para produzir o licor (AHU_ACL_CU_005, Cx. 2\Doc. 167 (1)). O ofício indica ainda que Palmeiras sem frutos eram utilizadas para fins madeireiros e que sua madeira era “tão resistente quanto o ferro”. O autor relata que outras partes da planta também eram utilizadas em construções navais e civis, ao menos no estado da Bahia, como as folhas, as cordas e os frutos (coquilhos).

“As folhas das palmeiras cobrem as casas do campo, que se chama ‘cenzalas’, com outras chamadas sapé, seriricas e pindobas, que são as do coqueiro. Das mesmas usão para tapar parede mas dellas não se fazem esteiras, e nem há necessidade porque aqui não se cobrem as embarcações. Quanto as cordas, também das palmeiras bravas, que dão o coquilho, se tira a casca, que se desfaz em fios, a que chamam piassaba, a que torcem e dela se dão as amarras e cabos de toda a maior grossura, de que se servem embarcações ainda de maior grandeza. Há mais outras cascas de árvores a que se chamam imbira e imbiriba que se torcem e servem para o mesmo uso. As folhas secas das palmeiras são utilizadas para cobrir as naus de guerra e toda a sorte de embarcações para preservar das muitas chuvas do inverno. A madeira serve somente para fazer esteios (...) e por ser o pau muito direito e muito comprido fazem canos para regar as hortas e jardins.” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 2\Doc. 167 (1)).

Oliveira (2012), ao pesquisar a configuração das roças brasileiras do período colonial, também encontra relatos de uso de diversas partes da palmeira em construções civis nessas regiões menos urbanas em que as matas que circundam o terreno da construção atuam de forma determinante na escolha dos materiais e das técnicas empregadas na obra. Desse modo, é possível que o objetivo do Conde de Authoguia (AHU_ACL_CU_005, Cx. 2\Doc. 167 (1)) fosse justamente entender se esses outros usos observados para a planta eram rentáveis, uma vez que a planta é referida no documento como possuindo poucas utilidades e o grande objetivo da colonização era gerar lucros para a metrópole portuguesa (PÁDUA, 2005). Da mesma forma, Engemann *et al.* (2005) indicam o uso de palmeiras do gênero *Bactris* (aricanga) na construção de telhados, especialmente como ripas e caibros, o qual persiste até os dias atuais.

Apesar de não apresentar dados numéricos sobre sua exportação, talvez por conta das palavras-chave utilizadas na pesquisa documental, a quina, também chamada de “casca de anta” e “pau para tudo”, foi outra madeira encontrada com uso não madeireiro. O documento encontrado que se refere a esta madeira (AHU_ACL_CU_017, Cx. 165\Doc. 12275) menciona a exportação de “amostras” da casca da árvore, parte utilizada para fins medicinais, e solicita sua análise “pois esta apresenta algumas diferenças em relação aos desenhos de quina enviado”. O documento relata ainda que foram enviadas ordens para os coronéis das capitânicas de Minas Gerais e Goiás, regiões em que há indícios da ocorrência da árvore, para que “informem acerca desta planta mais detalhadamente”, deixando claro que ainda

em 1798 o conhecimento do governo português acerca da quina era pouco ou quase inexistente, sendo esta uma planta de uso popular:

“(…) sobre o descobrimento da árvore de Quina, principalmente na Serra, e que nos está vizinha, de que não resulta mais que a notícia se uma árvore, a que o povo dá o nome de casca de anta e outros de pau para tudo; da qual achando-se na Serra, umas maiores e outras mais pequenas, mandei extrair a porção de casca, que agora remeto em um caixão a respeitável presença de V. Ex. juntamente com alguns ramos e folhas.” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 165\Doc. 12275).

Estevam (2021) indica que posteriormente, durante os séculos XVIII e XIX, a quina, cujas cascas possuíam propriedades medicinais utilizadas no “tratamento de febres intermitentes, cólicas e outras moléstias”, foi parte do projeto de imperialismo ecológico português, quando a Coroa incentivou sua procura pelo território brasileiro com o objetivo de se tornar independente do monopólio espanhol do comércio da planta. Dessa forma, os dados de procura da quina reforçam a noção da ciência setecentista de que era necessário estar atento a todo “recurso” natural que pudesse ser aproveitado (BONATO, 2014) e indica ainda que a história ambiental do período colonial brasileiro vai muito além dos gêneros agrícolas aclimatados, possuindo diversas camadas e perspectivas ainda a serem abordadas, além de demonstrar o interesse dos colonizadores para além das plantas de uso madeireiro.

4.1.3. Quantidades exploradas

O volume total calculado a partir dos valores de comprimento, largura e grossura indicados nos documentos foi de 20.300,48 m³ associados aos 132 nomes populares com citação de extração para a Mata Atlântica (ANEXOS – Tabela 5). Como não havia uma unidade de medida padrão para as madeiras reportadas nos documentos históricos consultados, foram encontradas 35 diferentes unidades de medidas utilizadas para se referir às quantidades de madeiras exploradas, sendo as de maior ordem numérica: Quilogramas (6.248.434 - transformados de outras unidades como arrobas), sem unidade determinada (101.620), taboado (40.108,5), feixes de piassaba (20.000) e toras de jacarandá (13.838). Todos os valores encontrados para as diferentes unidades de medidas encontradas nos documentos são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Unidades relacionadas às quantidades de madeiras informadas nos documentos consultados, associadas ao número total encontrado nos documentos.

Unidade Informada ²	Quantidade total encontrada nos documentos
Aduela	5.150
Barril (de peroba)	2
Braço	129
Caibro (de mangue)	1.744
Capelo	1

² Unidade/ formato informado nos documentos consultados

Carrada (de sucupira) ³	19
Casca (de mangue)	200
Caverna	1
Cinta (de vinhático)	200
Coussoeira	673,5
Cruzados	4.960,30
Curva	56
Dúzia	1.723
Dúzia de tabuado	10.753
Eixo (de peroba)	23
Feixe (de piassaba)	20.000
Lata (de vinhático)	200
Mastro	161
Pau	4.974
Pau redondo	118

³ O termo se refere ao volume de carga de um carro de bois (em torno de 4 m³. Fonte: Engemann *et al.* 2005)

Pranchão	23.852
Quilograma (kg)	6.253.474
Remo	54
Rolo	21
Sarrafo (de amarelo)	23
Sem unidade determinada	102.451
Tabuado	40.149
Tábua	12.965
Talhão de quilha	9
Tora (de jacarandá)	13.838
Trincanil	1
Vara (de parreira)	2.997,50
Vau (de vinhático)	210
Vega	1
Verga	8

Viga	140
------	-----

O cálculo das estimativas das quantidades de madeiras extraídas durante o período colonial com base nas informações fornecidas pelos documentos históricos precisou ser dividido de acordo com as “unidades de medida” apresentadas pelos documentos. Portanto, só foi possível calcular o volume extraído para madeiras cujas medidas eram apresentadas e os outros cálculos de quantidades precisaram ser divididos pelas unidades apresentadas, somando-se apenas os valores de unidades iguais. Algumas das madeiras com maiores quantidades encontradas foram Sucupira (3.780,96 m³), pau-brasil (5.034.190 kg), vinhático (19.321 taboados), tapinhoã (6.771 tábuas) e canela parda e canela preta (5.400 pranchões cada) (Tabela 3). É possível notar que diversas madeiras apresentam mais de uma unidade informada, como o vinhático (apresenta cinco das sete unidades informadas representadas na Tabela 3), o jacarandá (apresenta quatro das sete unidades informadas) e as canelas parda preta (apresentam três das sete unidades informadas representadas na Tabela 3).

Atualmente, o volume de madeira estimado para a Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro é de 220 milhões de m³ considerando áreas florestadas (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2018). Sendo assim, ao comparar os valores das análises documentais do presente estudo com o volume atual de madeiras apenas para o estado do Rio de Janeiro, percebe-se que os primeiros estão subestimados. Essa disparidade pode ser consequência da falta de informação e falta padrão na apresentação das medidas das madeiras nos documentos ou uma provável subnotificação da real atividade madeireira que ocorria na Mata Atlântica durante os mais de três séculos de colonização portuguesa. Além, é claro, das limitações de busca/palavras-chaves da amostragem da presente pesquisa, uma vez que foram considerados apenas os documentos encontrados nas buscas realizadas.

Vale ressaltar que muitas madeiras de lei mais conhecidas e até hoje apreciadas, como jacarandá, tapinhoã e pau-brasil, não tiveram quantidades específicas indicadas pelos documentos históricos encontrados. Apesar desse fato ter impossibilitado a realização do cálculo de seus volumes, não pode ser

considerado, entretanto, que estes não foram extraídos em grandes quantidades. A indicação da extração de 5.034.190 kg de pau-brasil e 13.838 toras de jacarandá, sendo 12.000 toras de jacarandá exportadas apenas em 1799, corroboram o quanto essas madeiras foram exploradas durante o período colonial, mesmo que os dados documentais, por muitas vezes, dificultem a visualização da exploração total.

Tabela 3. Madeiras com maiores volumes e outras unidades informadas de quantidades.

Nome popular da madeira	Maiores volumes (m³)
sucupira; socopira	3.780,96
óleo vermelho	2.781
peroba; peroba do campo; paroba de fora	1.918,63
louro pardo; louro preto	1.690,95
vinhático	1.186,49
sapucaia; sapocaia	1.115,66
Nome popular da madeira	Maiores valores de quilogramas (kg)
brasil; brazil; pao brasil; pau-brasil	5.034.190
jacarandá; jacarandassam	1.072.900
cacao	63.690

sebastião d'arruda	32.490
Nome popular da madeira	Maiores quantidades de taboado
vinhático	19.321
canela parda	9.600
canela preta	9.600
jacarandá; jacarandassam	1.331
Nome popular da madeira	Maiores valores de paus
ipê	1.218
vinhático	1.106
óleo caboraíba; óleo caborauba	800
jacarandá; jacarandassam	520
óleo vermelho	400

Nome popular da madeira	Maiores quantidades de pranchão
canela parda	5.400
canela preta	5.400
sapucaia; sapocaia	2.400
ipê	1.601
canella capitão	1.600
óleo caboraíba; óleo caborauba	1.600
sucupira; socopira	1.600
óleo vermelho	1.600
mangaló; mǎgalo; mangabos	1.600
Nome popular da madeira	Maiores quantidades de tábuas
tapinhoan; tapinhoã; tapinhã	6.771
peroba; peroba do campo; paroba de fora	4.430
jacarandá; jacarandassam	796

sucupira; socopira	352
vinhático	330
Nome popular da madeira	Maiores quantidades de dúzias de tabuado
camassari	5.045
vinhático	2.250
louro; loiro	2.084
oiti	600

Ao todo, sete das 16 madeiras indicadas com maiores quantidades e volumes extraídos (43,75%) possuem ao menos uma possível espécie em alguma ameaça de extinção atualmente (ANEXOS – Tabela 5). Tomaz (2010) aponta que um aspecto ecológico estrutural frequente da Mata Atlântica atual é a grande quantidade de espécies representadas por poucos indivíduos. Com base nos documentos históricos e quantidades de madeiras citadas no presente estudo, (tapinhoã - AHU_ACL_CU_017, Cx. 28\Doc. 2970 (1), vinhático - BNRJ-II-33,34,18-Manuscritos, sucupira - AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508 (1), sapucaia e jacarandá - AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508 (1), peroba - AHU_ACL_CU_017, Cx. 133\Doc. 10534 (1) e AHU_ACL_CU_017, Cx. 133\Doc. 10534 (1), óleos - AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (1)) pode-se inferir que espécies consideradas raras hoje podem ter sido mais abundantes no

passado, e que o uso intenso dessas árvores certamente contribui para seu *status* atual.

Ademais, a fragmentação florestal decorrente de atividades antrópicas é considerada atualmente uma das principais formas de ameaça à biodiversidade e suas consequências são ainda mais preocupantes em regiões de fragilidade ambiental em decorrência de uma exploração contínua ao longo dos séculos, como ocorre na Mata Atlântica (PASCHOAL *et al.*, 2021). Logo, essas informações sugerem que a fragmentação de habitats foi possivelmente iniciada pelas atividades madeireiras pretéritas e desempenharam um papel significativo na trajetória reprodutiva das espécies mais exploradas ao longo dos anos, contribuindo para seus *status* de conservação atuais.

4.1.3.1. Outras formas de exportação: a madeira transformada



Figura 9. Carregadores de caixas de açúcar. Fonte: Jean Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Bresil* (Paris, 1834-39).

Embora o volume em madeira bruta encontrado no presente estudo tenha sido pequeno se comparado com a grande extensão da floresta atlântica do período colonial, esses dados foram obtidos através de um esforço amostral o qual não se debruçou de forma intencional sobre outras formas de exportação de madeira, como as que já haviam sido transformadas em objetos. As madeiras exploradas também poderiam ser exportadas sob a forma de móveis, altares, pipas, barris e caixotes, que possivelmente tiveram a exportação em quantidades irregulares. As caixas utilizadas para transporte de açúcar (Figura 9) representaram uma forma de uso da madeira constante, de longa duração e com valores bastante significativos (LAPA, 1968; Engemann *et al.* 2005). Segundo estes autores, o produto final do engenho era o açúcar, que era acondicionado em caixas para exportação para Europa. De acordo com Schwartz (1999), estas caixas possuíam uma capacidade entre 350 e 500 kg de açúcar para exportação, sendo geralmente empregado o jequitibá e o camaçari nos engenhos da Bahia. O estudo de Engemann *et al.* (2005) deteve-se sobre o processo construtivo destas caixas, bem como a quantidade e a qualidade de madeira requerida. Este estudo foi baseado no Engenho do Camorim, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro e operante entre os séculos XVII e XIX. Com referência à madeira empregada para este fim, este estudo revelou os seguintes aspectos:

1. A partir dos dados anuais de produção de açúcar (entre 220 a 320 toneladas) do engenho do Camorim devem ter sido fabricadas, por safra, de 400 a 600 caixas de madeira para a exportação do açúcar, supondo-se que cada uma transportaria em média 550 kg de açúcar.
2. Cada caixa (feita a partir de pranchões de 3 cm) demandaria, segundo estes autores, um volume de madeira da ordem de 0,21 m³ por caixa. Assim, o conjunto das caixas necessárias à exportação do açúcar produzido em uma safra consumiria anualmente de 56 a 84 m³ de madeira serrada em tábuas. Para se obter esta madeira seria necessário o abate anual médio de 12 árvores com diâmetro superior a 70 cm.
3. Ainda segundo estes autores, não há referência, nos manifestos de carga das embarcações utilizadas no trajeto Lisboa-Rio de Janeiro, no período colonial, do retorno das caixas ao Brasil para reaproveitamento. Assim, é

razoável pensar que essas caixas ou a sua madeira permaneciam em Portugal ou nos portos de destino do açúcar exportado.

Estes dados dizem respeito somente ao engenho do Camorim, no Rio de Janeiro. No entanto, para se ter uma ideia global do impacto da atividade açucareira sobre a Mata Atlântica deve-se ter em conta que, somente na Capitania do Rio de Janeiro no início do século XVIII, existiam mais de uma centena engenhos em funcionamento (OLIVEIRA & FRAGA, 2011). Ou seja, multiplicando-se pelo número de engenhos existentes no período colonial em capitanias que produziam açúcar do Nordeste ao Sul do país depreende-se que a quantidade de madeira utilizada na construção das caixas de açúcar era considerável. São disponíveis sob a forma de documentos apenas os dados relativos à produção de açúcar e não à madeira gasta na construção das caixas para exportação (ENGEMANN *et al.*, 2005). Este dado pode ser obtido por vias indiretas – dividindo-se a exportação total de açúcar (seja de uma região ou de uma época) pelo volume médio das caixas usadas. A utilização de madeiras pela indústria açucareira era tamanha, que Lapa (1968) indica a existência de diversos conflitos entre senhores de engenho e produtores da indústria madeireira, especialmente da produção naval, reforçando assim que uma das formas de grande exportação de madeiras brasileiras pode ter sido através dessa indústria.

Nesse sentido, os documentos consultados no presente trabalho indicaram a exportação de 12.360 caixas de açúcar do Brasil para Portugal entre os anos de 1759 e 1820. Entretanto, os documentos não informam os nomes das madeiras utilizadas para produzir as caixas de açúcar. Além disso, os documentos informaram também a exportação de 1.048 barris para Portugal durante os anos de 1760 a 1784, utilizados para o carregamento dos mais variados tipos de produto (mel, farinha, pólvora, etc) e construídos de madeira de amarelo, peroba e piquiá-banana.

4.1.4. Locais de extração e exportação da madeira explorada

Os documentos históricos indicaram a existência de alguma extração ou atividade madeireira nos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, circunscritos ao bioma Mata Atlântica, e Maranhão e Pará, relativos ao bioma Amazônico. Os estados com o maior número de documentos históricos com indicações de atividade madeireira foram: Rio de Janeiro (68 documentos), Bahia (17 documentos), Pernambuco (15 documentos) e Alagoas (14 documentos) (Figura 10).

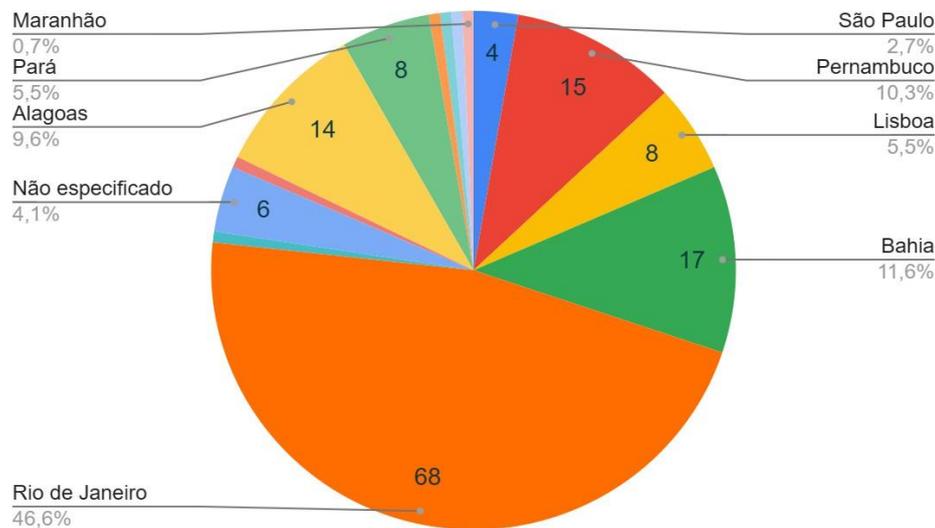


Figura 10. Quantidade de documentos históricos analisados por estado.

Dentre esses estados, porém, os portos mais indicados pelos documentos foram: Rio de Janeiro (49 documentos), Pernambuco (23 documentos), Jaraguá (nove documentos) e Bahia (sete documentos) (Figura 11).

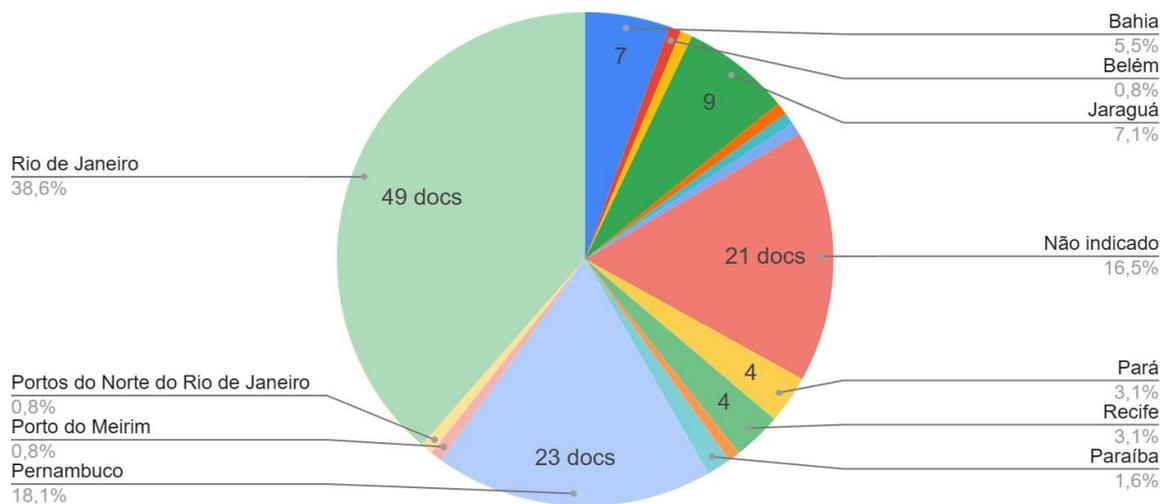


Figura 11. Portos de origem da madeira brasileira exportada reportados nos documentos históricos analisados⁴.

A exploração territorial portuguesa no Brasil foi empreendida inicialmente na região nordeste do Brasil, sobretudo no estado da Bahia com a criação de um porto e estaleiro real já em 1549 (LAPA, 1968). O porto do Rio de Janeiro, por sua vez, assim como a cidade, adquiriu destaque apenas ao final do período colonial, com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro e estabelecimento do porto do Rio de Janeiro como porto único, medidas instituídas pelo Marquês de Pombal (RALIN & PORTO, 2020). Miller (2000) indicou os portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia como os que mais contribuíram para a exportação de madeira brasileira no período de 1796 a 1819 (39,2%, 24,3% e 22,7% respectivamente), mas os resultados aqui apresentados diferem um pouco dos encontrados pelo autor, tendo o porto do estado de Alagoas (Jaraguá) em terceiro lugar ao invés da Bahia. Talvez essa diferença seja relacionada às extensões temporais dos dados utilizados por Miller (2000), tendo o autor estudado um período de 23 anos (1796-1819) enquanto o presente trabalho explorou um período de 280 anos (1541-1821), ou esteja relacionado às palavras-chaves utilizadas na busca por documentos históricos do presente estudo.

Contudo, Dias (2007) também indica que a Bahia exportou menos madeiras que Rio de Janeiro e Pernambuco e que a elite daquela região desempenhou um

⁴ Resultados referentes às quantidades de indicações de saída de madeiras dos portos de origem reportados nos documentos consultados.

papel importante na oposição à exportação e/ou transporte da madeira para outras capitâneas. Segundo o autor, a elite baiana era composta por senhores de engenho que defendiam o uso das madeiras locais na indústria açucareira, na construção de carros de boi, como lenha para as caldeiras ou na queima indiscriminada para fertilizar o solo para plantações. Essa informação também é indicada por Morton (1978) e Cabral (2012). Ressalta-se também, que pode ter havido viés da pesquisa, uma vez que não foram consultadas bibliotecas nordestinas.

As madeiras encontradas nos documentos foram indicadas como sendo exportadas para os seguintes portos de destino: Angola, Bahia, Bahia/Lisboa, Bahia, Pernambuco, Pará/ Lisboa, Lisboa (Portugal), Porto (Portugal), Rio de Janeiro, Vianna⁵ (vila no Espírito Santo ou em Maranhão), Benguelha (Angola), Faial (Ilha da Madeira, Portugal), Figueira⁶ (Figueira da Foz em Portugal ou município no Paraná), Ilhas (provavelmente de domínio português), Nova Colônia do Sacramento (Uruguai [BNRJ - ARC.004.03,037 - Cartografia]), Portugal e Rio Grande (atual Rio Grande do Norte⁷). Os portos de destino mais indicados nos documentos, ou seja, aqueles para os quais havia maior quantidade de indicações individuais de madeiras enviadas foram Lisboa (2.302 indicações), Bahia (536 indicações), Bahia/Lisboa (241 indicações) e Bahia, Pernambuco, Pará/Lisboa (134 indicações).

Os portos indicados com alguma dualidade (Bahia/Lisboa e Pará/Lisboa) possivelmente indicavam navios que antes de chegar ao porto de destino final, Lisboa em ambos os casos, realizavam uma parada no “meio do caminho” para se abastecer de suprimentos e também, muito provavelmente, para carregar ainda mais a embarcação com insumos de valor comercial, como as madeiras. Nesse sentido, Lapa (1968) compara o porto da Bahia a “um pulmão pelo qual a colônia respirava”, pois estava localizado quase que estrategicamente no meio do litoral brasileiro e era facilmente acessado por navios que desejavam se abastecer, possuía recursos na

⁵ Localidade não encontradas nos mapas analisados, estima-se que estes possam ser os locais correspondentes atualmente por possuírem municípios com estes nomes.

⁶ Localidade não encontradas nos mapas analisados, estima-se que estes possam ser os locais correspondentes atualmente por possuírem municípios com estes nomes.

⁷ Dois mapas do final do século XVIII (BNRJ - ARC.003,04,006 - Cartografia e BNRJ - ARC.007,05,017 - Cartografia) indicam a existência de um porto chamado Rio Grande na região nordeste, correspondente ao território atualmente considerado como pertencente ao Rio Grande do Norte. O documento que indica o envio de madeiras para o porto do Rio Grande data de 1804.

forma de matérias-primas e proporcionava socorros eventuais através de sua praça de guerra. Esta informação corrobora com a indicação de Miller (2000) para o porto da Bahia como um dos principais portos de exportação de madeira, demonstrando a importância das madeiras brasileiras para a manutenção de todo o aparato colonial português.

Os portos com mais variedade de madeiras citadas nos documentos históricos foram o Rio de Janeiro (45 nomes populares), Bahia (22 nomes populares), Pernambuco (15 nomes populares) e Santa Catarina (14 nomes populares), conforme indicado na Figura 12. Considerando a diversidade de espécies madeireiras da Mata Atlântica (no sul da Bahia era possível encontrar ao menos 270 espécies em um hectare - DEAN, 1996), a quantidade de nomes populares encontrados pode ser considerada como pouco expressiva. Dean (1996) indica que mesmo ao final do período colonial os conhecimentos a respeito das madeiras da Mata Atlântica, adquiridos ao longo dos anos e das relações com indígenas, caboclos e africanos, os portugueses não os utilizavam para fins comerciais e milhares de árvores permaneciam sem nome e diversas espécies não tinham suas utilidades conhecidas. Por outro lado, Lapa (1978) relata que a preferência pela madeira brasileira por parte dos portugueses, especialmente no que diz respeito às construções navais, foi tão grande que chegou a gerar o abandono dos pinhais de Leiria, anteriormente indispensáveis para a atividade.

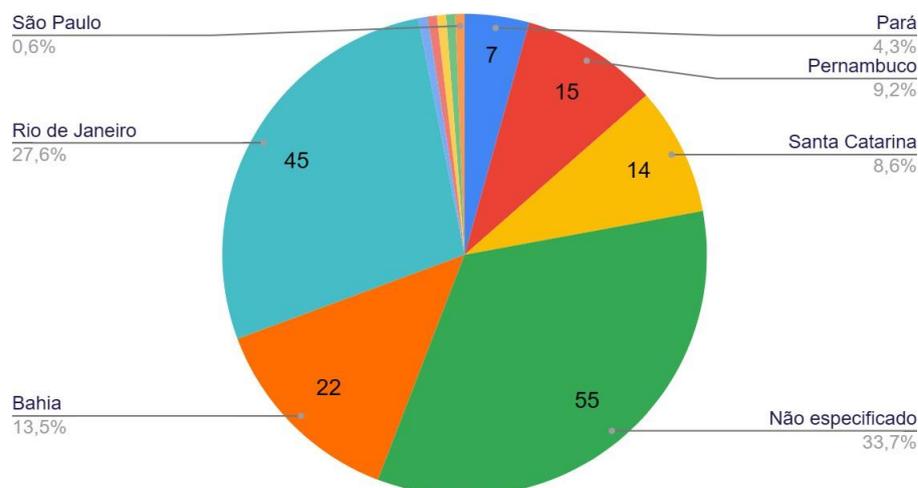


Figura 12. Variedades de nomes populares de madeiras exploradas por estado, conforme informado pelos documentos históricos.

Alguns documentos informaram as localidades específicas de corte e extração de madeiras no interior dos estados. Para o Rio de Janeiro foram citados cortes nas “matas da Posse e de Macacú” (BNRJ - 07,04,1955 -Manuscritos), provavelmente localizados na região que hoje corresponde ao município de Cachoeiras de Macacu (BNRJ - ARC.012,03,004 - Cartografia), além de “Campos dos Goytacazes”, “matas do Colégio e Papocaya em Tapacurá” (BNRJ - 07,04,1955 - Manuscritos). Também foram indicados cortes em Ilha Grande (BNRJ - I-32,12,020 - Manuscritos), às margens e na nascente do Rio Carioca (BNRJ - I-28,32,4 - Manuscritos), no “Engenho Novo, próximo à Fazenda São Roque” (BNRJ - II-33,32,34 - Manuscritos), Cabo Frio, Cantagalo, Macaé e Guapi (AHU_ACL_CU_017, Cx. 162\Doc. 12145 (1)), além das várzeas do Rio São Francisco (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 3\Doc. 518 (1)).

Com relação ao estado da Bahia, os locais especificados nos documentos como possuindo atividades madeireiras são os rios Jurucucú, Kahen, Rio Grande, Rio das Caravellas e São Matheus (AHU_ACL_CU_005, Cx. 34\Doc. 6429 (1)), além das matas dos rios Sant’Ana, Furado, Rio da Esperança, Fundão, Cachoeira da Vila, Rio Taquipé (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)) e das vilas de Cairu, na comarca de Ilhéus, e Vila de Jaguaripe (AHU_ACL_CU_005, Cx. 89\Doc. 17464 (1)). O povoado de Jequiú (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)), o Rio das Contas, as matas de Nazaré (BNRJ - II-34,5,29 - Manuscritos), Morro de São Paulo (BNRJ - 22,02,051 - Manuscritos), Porto Seguro (AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508 (1)), Vila de Nova Olivença (AHU_ACL_CU_005, Cx. 122\Doc. 24001 (2)), Vila de Marahú, Vila de N. S. das Cândia de Barcelos e Vila de Prado (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (1)) são outras regiões específicas com relatos de boas madeiras para serem exploradas.

Pernambuco teve indicações de apenas uma localidade específica onde ocorriam atividades madeireiras, sendo esta a Bahia de Jaraguá (AHU_ACL_CU_015, Cx. 83\Doc. 6900; BNRJ - 07,04,15 - Manuscritos), assim como Santa Catarina, cuja indicação específica foi dos “matos Maribê” (BNRJ - 07,04,031 - Manuscritos).

A maioria dos nomes populares apresentou compatibilidade entre a localidade informada pelo documento histórico e a distribuição geográfica das

possíveis espécies relacionadas. Ou seja, dos 110 nomes populares que tiveram pelo menos uma possível espécie correlacionada, 54 nomes populares (49%) apresentam compatibilidade para o bioma Mata Atlântica, sendo que 50 destes (92,6%) apresentam compatibilidade entre pelo menos um estado de ocorrência na relação entre documento histórico e espécie possivelmente relacionada, 54 nomes populares (49%) apresentam compatibilidade incerta, ou porque não foram relacionados a nenhuma espécie possível ou porque não tiveram o local de origem da madeira indicado pelo documento histórico, 3 nomes populares (2,7%) apresentam compatibilidade de biomas que não são a Mata Atlântica (Amazônia, Caatinga, Cerrado ou Pantanal) e 2 nomes populares (1,82%) apresentam incompatibilidade.

Com relação às possíveis espécies relacionadas aos nomes populares, das árvores com maiores indicações de exploração, 22 das 25 possíveis espécies relacionadas ao jacarandá possuíam correlação dos dados históricos com os dados ecológicos de ocorrência geográfica (dados de ocorrência para a Mata Atlântica), possuindo apenas três possíveis espécies com incompatibilidade de biomas (dados históricos indicando coleta na Mata Atlântica e dados ecológicos indicando ocorrência em outros biomas). A peroba, por outro lado, apresentou compatibilidade histórica e ecológica de 11 das 21 possíveis espécies para a Mata Atlântica e 10 possíveis espécies apresentam incompatibilidade de biomas (dados históricos para a Mata Atlântica e dados ecológicos para outros biomas). O vinhático apresentou correlação histórica e ecológica para cinco das nove possíveis espécies relacionadas a ele, além de três incompatibilidades (dados históricos para a Mata Atlântica e dados ecológicos para outros biomas) e uma incerteza (dados ecológicos não encontrados). O pau-brasil e o tapinhoã, por outro lado, apresentaram compatibilidade histórica e ecológica total para todas as suas possíveis espécies relacionadas.

O jacarandá, uma das madeiras mais citadas pelos documentos históricos e também uma das que apresentou maiores quantidades exploradas, foi indicado por estes como tendo ocorrência nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, sendo considerada uma árvore muito comum (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004). E de fato, Rio de Janeiro e Bahia foram os estados com mais indicações de retirada desta madeira, tendo alguns

documentos inclusive se referindo ao jacarandá dessas localidades como de maior qualidade e tamanho, como indicado no ofício do vice-rei do estado do Brasil ao secretário de estado da Marinha e Ultramar no ano de 1784:

“(…) Como sucede com o jacarandá, que sendo tão comum, como se sabe, está asentando que o dos Campos dos Goytacazes excede pela sua superior qualidade e grandeza a todos os mais. Entretanto fico cuidando em remeter semelhante collesam das madeiras de Santa Catarina e Rio Grande, ainda que estas vão aqui chegando em tal confuzam, que duvido poder remete-las com a mesma ordem, e clareza sem uma extraordinaria demora.” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004).

Além disso, um ofício do ouvidor de Porto Seguro (AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508 (1)), de 1764, indica que uma das paragens do Rio São Matheus era chamada de “paragem do jacarandá”, o que pode indicar a abundância que provavelmente havia da árvore nesta região. Outra informação curiosa encontrada nos documentos consultados acerca do jacarandá é a sua menor venda em relação ao pau-brasil, no entendimento do donatário da capitania de Itamaracá no ano de 1657. No documento, em que o autor pede a equiparação de valor da madeira de jacarandá ao pau-brasil em Pernambuco, Itamaracá e Bahia, ele relata:

“(…) O dito pao de jacarandá não tem sahida alguma, com que vem a ficar muito impossibilitado para se aliviar das dívidas contrahidas no serviço de V. Magestade (...) e porque hoje o pao Brazil tem hoje a melhor sahida; pede a V. Magestade seja servido comutalhe a merce de 20 mil quintais de pao Jacarandá, em equivalente quantia de pao Brazil. E dando-se vista ao procurador da fazenda de V. Magestade da petição e provisão do Marquês, respondes, que o pao Brazil se tem concedido por estanque a Companhia do Comércio, na forma do cap. 25 de sua instituição. (...)” (AHU_ACL_CU_015, Cx. 7\Doc. 598 (1)).

Apenas por esse requerimento não é possível deduzir se o jacarandá era visto por todos os comerciantes de madeira como de menor valor ou prestígio que o pau-brasil, se esse foi um entendimento particular do início do período colonial brasileiro, se o autor se refere ao jacarandá proveniente de Itamaracá e Pernambuco, ou ainda se esse foi apenas um artifício argumentativo utilizado pelo autor para conseguir um valor maior pela madeira. De toda forma, esse documento demonstra a ocorrência de jacarandá em Pernambuco e Itamaracá, além da Bahia.

Com relação às localidades específicas, nos documentos analisados, o jacarandá foi relatado com ocorrências para Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004), Rio Grande (AHU_ACL_CU_005, Cx. 34\Doc. 6429 (1)), Rio São Matheus (BNRJ I-31,29,006 - Manuscritos), Rio Maruhy (AHU_ACL_CU_005, Cx. 122\Doc. 24001 (2)) e Rio Itanhem (AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508), na Bahia e Distrito da Cananea (BNRJ - 07,04,063 - Manuscritos), em São Paulo.

Com relação à qualidade do jacarandá, o ofício de Luís de Vasconcelos e Sousa em 1784 faz referência ao jacarandá como madeira inferior à da guarapiapunha, relatando que esta era de superior qualidade, e era queimado como lenha, enquanto que o jacarandá, mais inferior, era reservado (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004). Esses registros demonstram a contradição associada aos conhecimentos e os préstimos das madeiras. Por outro lado, um ofício de José Sanches de Brito ao secretário de estado da Marinha e Ultramar no ano de 1765 (AHU_ACL_CU_017, Cx. 76\Doc. 6929 (1)) relata que a madeira de jacarandá possuía a melhor qualidade para a produção de itens de marcenaria e carpintaria. Nesse documento o autor se refere à madeira pelo nome de “jacarandátan” e indica ainda a existência de outra espécie chamada “jacarandáporanga”, a qual, de acordo com o relato, diferia pouco da primeira. É possível que ao longo do tempo a percepção sobre a qualidade e usos do jacarandá, bem como das espécies associadas a este nome popular, tenham sofrido alterações mediante o acúmulo de conhecimentos desenvolvidos sobre as madeiras brasileiras pelos colonizadores, processo esse, entretanto, que aparenta ter ocorrido de forma distinta para diferentes setores da sociedade e locais da colônia, uma vez que o secretário de estado da Marinha e Ultramar enxerga a qualidade do jacarandá de forma diferente de um negociante de navio e também o juiz de Índia e Mina. É impossível afirmar, entretanto, se o autor se refere realmente a duas espécies distintas ou a duas variedades botânicas de jacarandá.

Diversos autores reforçam como as informações documentais acerca das madeiras brasileiras do período colonial são confusas e contraditórias (CABRAL, 2007; AMANTINO & CARDOSO, 2013; MAIOLI, 2020). Além disso, é possível que a comparação realizada faça referência a uma “inferioridade” comercial, e não necessariamente de qualidade da madeira, visto que o pau-brasil, era comercializado tanto pelo seu uso madeireiro quanto pelo uso de seu corante o que

deveria agregar valor. A exploração de jacarandá (12.000 toras de jacarandá foram exportadas apenas em 1799 - AHU_ACL_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)) pode estar relacionada a uma possível facilidade de corte da madeira além de um possível valor comercial interessante, ainda que inferior ao pau-brasil. A madeira do jacarandá é altamente apreciada na atualidade, sendo utilizada na produção de mobiliário de luxo (SILVA & COSTA, 2014), especialmente por conta de sua qualidade, durabilidade, bom acabamento e facilidade de ser trabalhada (CARVALHO, 2003). Assim, é possível que a espécie não tenha recebido mais crédito documental por não possuir um valor comercial tão específico quanto o pau-brasil, ainda que esta tenha sido bastante explorada durante o período, ou haja outras fontes referência não encontradas. Outra informação contraditória é a de que o jacarandá era considerado como uma madeira de lei (BNRJ - I-28,10,44 - Manuscritos), ou seja, era uma madeira cuja extração constituía monopólio da Coroa (CABRAL, 2007). Entretanto, para serem de monopólio real, as madeiras deveriam ser, antes de mais nada, extremamente úteis e valiosas, contrariando a informação de que a madeira tinha pouco préstimo.

A peroba também foi outra madeira nativa indicada com diversos usos e apresentou um dos maiores volumes e quantidades de tábuas de madeira exploradas. Esta foi descrita pelos documentos históricos como ocorrendo nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. O Rio de Janeiro foi o estado mais indicado pelos documentos que citaram a peroba, sendo o estado de origem de 12 documentos que abordam dados de exploração da madeira, e Pernambuco foi o segundo estado com mais citações da madeira.

Alguns lugares específicos de ocorrência da peroba foram indicados pelos documentos, como Cabo Frio, Macaé, Cantagalo e as cabeceiras de Macacú e Guapi (AHU_ACL_CU_017, Cx. 162\Doc. 12145 (1)), Campos dos Goytacazes (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004; AHU_ACL_CU_017, Cx. 133\Doc. 10534 (1)) e o extremo sul da capitania do Distrito da Guanabara (BNRJ - 07,04,063 - Manuscritos), as matas da Posse, Papocaya e Colégio nos distritos de Tapacurá e Macacú, todos no Rio de Janeiro, sendo as regiões indicadas como tendo “a maior parte das árvores de paroba, ficando uma ou outra mais para o interior do sertão” (Cartas sobre a Construção de um Bergantim em 1800, BNRJ - 07,04,1955 - Manuscritos). Essa referência informa ainda que havia sido ordenado no nome do príncipe de Portugal que parassem o corte de peroba, pois já havia muitas pessoas

encarregadas da função e as madeiras estavam perecendo às “injúrias do tempo”, indicando a ocorrência de uma exploração maior do que a atividade comercial real era capaz de absorver. Em São Paulo foram indicados o distrito de Iguape, os rios Pariqueroçu, Jacupiranga e Grande Rio Juquiá (BNRJ - 07,04,063 - Manuscritos) e em Minas Gerais, Vila Rica em Ouro Preto (BNRJ - I-26,01,012 n°004 - Manuscritos).

O “Plano que foi aprovado pelo General Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça emitido à Secretaria de Estado Dos Negócios Ultramarinos em 1789 sobre rios e mattos que deverão ficar reservados para os cortes reais na costa do mar na Capitania de São Paulo” (1789) indica que apesar da abundante ocorrência de peroba nos rios do Distrito de Iguape era necessário procurar pela madeira. Boa parte dos documentos que abordavam a exploração de peroba referiam-se ao quão escassa a madeira estava se tornando, o que gerava grande dificuldade de manutenção do ritmo do processo de exportação dessa madeira para Portugal em virtude da necessidade de uma interiorização progressiva para obtenção da árvore. Pelos documentos, é possível perceber que a peroba era uma madeira muito apreciada, que foi explorada de forma intensa por diversos anos e cuja exploração valia todo o trabalho a mais da busca nos sertões. Um Ofício do vice-rei do Estado do Brasil ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar informando a impossibilidade de dar cumprimento às ordens régias relativas ao embarque de madeiras de peroba, devido às dificuldades financeiras encontradas pela Fazenda Real para corte, pagamento a seus donos e transporte das encomendas ao porto do Rio de Janeiro, do ano de 1788 relatava que:

“(…) Expedindo-se imediatamente os navios necessários para o Destrito dos Campos dos Goitacazes *em grande distância desta Cidade* [do Rio de Janeiro], aonde só se encontram páos de Peroba do melhor préstimo, para deles se aprontar o referido taboado; *não obstante as grandes dificuldades de se poder completar huma boa e suficiente quantidade* pelos embarcos, que se-me-tem representado, e não posso deixar de acreditar, por serem notorioz nesta Cidade, e naquele Destrito, donde vierão as encomendas desta madeira. (...) Mas ficando reduzida ao último dezamparo huma d'aquellas fábricas, que inteiramente se desvanecêo, por não poder sustentar as grandes despezas com trabalhadores e serradores e com as *penozas condusoens, por ficarem os paos de Paroba na distância de quatro, cinco e, e mais légoas pela terra dentro ao embarque do Rio, que obriga a maiores aproveitos de carros e bois além de embarcassoens próprias para o transporte para esta Cidade;* apenas naquele destrito subexiste huma unica fabrica. (...) Com esta

promessa totalmente incerta se-vai cuidando na falta do referido taboado, *que se he muito mais laboriozo, do que o das encomendas antecedentes, por ser de trez, quarto, cinco e seis polegadas de grosso, que dá grande trabalho pela precisam, e dificuldade se-multiplicarm mais lindas de serra*, e por consequencia não deixará também de merecer outro deiferente preço e regulassam, do que este agora se tem arbitrado: e segundo os avizos, que vem vindo dos Campos só com a demora de seis mezes se-poderá aprontar alguma prova do referido taboado, que obrigará a mandar de propozito huma embarcassam de Sua Magestade para o conduzir por não razão ao girpo daquela navegar nenhum capaz e própria para o transportar para esta Cidade." (AHU_ACL_CU_017, Cx. 133\Doc. 10534 (1) - grifos nossos).

Mediante os relatos documentais é possível perceber uma diferença entre a ocorrência dessas espécies, uma vez que o jacarandá é descrito com ocorrência mais ao nordeste do Brasil (Bahia) e a peroba com ocorrência mais ao sul (Santa Catarina). A diferença de distribuição biogeográfica narrada pelos documentos históricos é a mesma indicada pelos dados ecológicos, indicando uma relação histórico-ecológica dos dados. Colombo (2004), apesar de indicar a distribuição da peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron* Mull.Arg.) da Bahia ao Paraná, sinaliza uma maior ocorrência nas regiões sul e sudeste (Figura 13). Além disso, a peroba-do-campo (*Paratecoma peroba* (Record) Khulm.) é indicada por Lohmann (2020) como ocorrendo apenas nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Para o jacarandá, apesar da *Dalbergia brasiliensis* Vogel não possuir indicação de ocorrência para o estado da Bahia (FLORA E FUNGA DO BRASIL, 2023), *Dalbergia nigra* (Vell.) Allemão ex Benth. possui o sul da Bahia como maior zona de ocorrência (FLORA E FUNGA DO BRASIL, 2023) (Figura 14). Essas diferenças de distribuição indicadas nos documentos históricos são, portanto, ocasionadas por diferenças biológicas entre as espécies, como seus fatores limitantes relacionados ao solo, clima e pluviosidade.



Figura 13. Locais de ocorrência natural da peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron* Mull.Arg.). Fonte: Flora e Funga do Brasil, 2023. Cores representam as diferentes regiões brasileiras de ocorrência da espécie (Roxo: Sul - Paraná; Vermelho: Sudeste - Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo; Amarelo: Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso do Sul; Laranja: Nordeste – Bahia, Rio Grande do Norte).



Figura 14. Ocorrência natural do jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra* (Vell.) Allemão ex Benth.). Fonte: Flora e Funga do Brasil, 2023. Cores representam as diferentes regiões brasileiras de ocorrência da espécie (Roxo: Sul – Paraná; Vermelho: Sudeste - Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo; Laranja: Nordeste - Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Sergipe).

Ademais, o fato de boa parte dos nomes populares apresentarem compatibilidade incerta (ou seja, não ser possível afirmar exatamente, ou até mesmo inferir, se os nomes populares indicados realmente se referiam às espécies a eles relacionadas) apenas reforça, mais uma vez, como os documentos históricos referentes à exploração madeireira do período colonial muitas vezes são vagos e imprecisos, impossibilitando análises mais incisivas e profundas, conforme já descrito por outros autores (CABRAL, 2007; MAIOLI, 2020).

4.1.5. Principais períodos de exploração

Os documentos consultados apresentaram uma extensão temporal de 280 anos, sendo o mais antigo datado de 1541 e o mais recente de 1821. Como boa parte dos documentos consultados continham informações sobre madeiras extraídas e/ou exportadas, foi possível inferir aproximadamente os anos em que houve maior exploração madeireira na Mata Atlântica (Figura 15), sendo estes: 1757 (oito documentos), 1810 (sete documentos), 1759 e 1776 (cinco documentos).

É interessante perceber que o período que contém a maior quantidade de documentos sobre exploração de madeiras da Mata Atlântica (1757) é posterior ao terremoto que destruiu a cidade de Lisboa em 1755. No período, as casas eram basicamente feitas de madeira, especialmente após a técnica de construção implementada pelo Marquês de Pombal em que estas eram construídas através da instalação de quadros de madeira preenchidos por pedras, para que as paredes fossem mais resistentes a terremotos e incêndios (MAIOLI, 2014). Assim, é possível inferir que havia a necessidade de madeira para a reconstrução de Lisboa, bem como a necessidade de atividades que gerassem recursos financeiros advindos das frotas de navios portugueses vindos da colônia brasileira (CABRAL & CESCO, 2007).

A construção naval em Lisboa com madeiras brasileiras no ano de 1757 é relatada por um Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva, que falava sobre as negociações da madeira na capitania de Pernambuco e as dificuldades no pagamento da madeira, provavelmente consequente do terremoto de 1755:

“É verdade que como nas relações que tem vindo se não encomendadas mais, que as madeiras groças, que se empregam na construção dos navios compreendendo a mesma quantidade de madeira que se pode tirar das pernas, sobras e galhas das árvores de que saem as primeiras, não faz tanta conveniência aos seus manufatores por ser desperdício (...) se ampare as das maiores e muito mais, quando sem estas, ou pau-brasil para cunhar as grandes se não pode carregar. O parecer do mês antecessor sobre virem navios buscarem as madeiras à Bahia de Jaraguá é sem dúvida que conduz muito para evitar uma grande parte do desembolso, do preço a que até agora alegavam como se vê da conta nº 1 coluna 1, porém se sua magestade resolvesse ter duas charruas, proporcionadas a semelhante qualidade de carga, que pela sua construção, não só se navegam com metade da equipagem de que necessita um navio, mas demanda menos fundo, cestas (...) viessem a frota e se separassem na altura respectiva a buscar o dito porto aonde se achassem prontas a borda de água, e de baixo de tilheyro, que para isso deve haver carregando-as imediatamente.” (AHU_ACL_CU_015, Cx. 83\Doc. 6900).

Além disso, em sua memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus (1803), Baltazar da Silva Lisboa indica que em 1776 houve a necessidade de enviar maiores remessas de madeira para Lisboa, além da preocupação em se observar as dimensões pedidas por Lisboa para que não houvesse nenhum desperdício como “havia ocorrido anteriormente”. Ainda que não se saiba ao certo o que motivou uma maior necessidade de Lisboa por madeiras em 1776, esse ano antecedeu o afastamento do Marquês de Pombal da administração governamental portuguesa (MACIEL & NETO, 2006). Assim, três dos quatro anos com maiores quantidades de documentos referentes à exploração madeireira pertencem ao período pombalino (1750 - 1777) (RIBEIRO, 2012), o qual foi marcado por uma grande preocupação governamental em inventariar as riquezas das colônias portuguesas (PEREIRA, 2016), podendo ser este o fator que colaborou para a maior documentação das extrações madeireiras empreendidas.

Se por um lado em 1757 as madeiras brasileiras foram importantes para reconstrução física e econômica de Lisboa após o terremoto de 1755, em 1810 estas muito provavelmente foram usadas para a construção de estruturas de acomodação para a Família Real, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1808, uma vez que mais de dez mil pessoas chegaram à região e transformaram a cidade na capital imperial de Portugal nas Américas (MEIRELLES, 2015). Todos os documentos analisados para o ano de 1810 indicam a exploração de madeira de construção civil ou naval e em 1817 foi decretada uma minuta que proibia a exploração madeireira

ao redor das nascentes do Rio Carioca (BNRJ - I-28,32,4 - Manuscritos), informações que reforçam a hipótese de que a atividade madeireira foi alta nesse período por conta da chegada da Família Real ao Brasil.

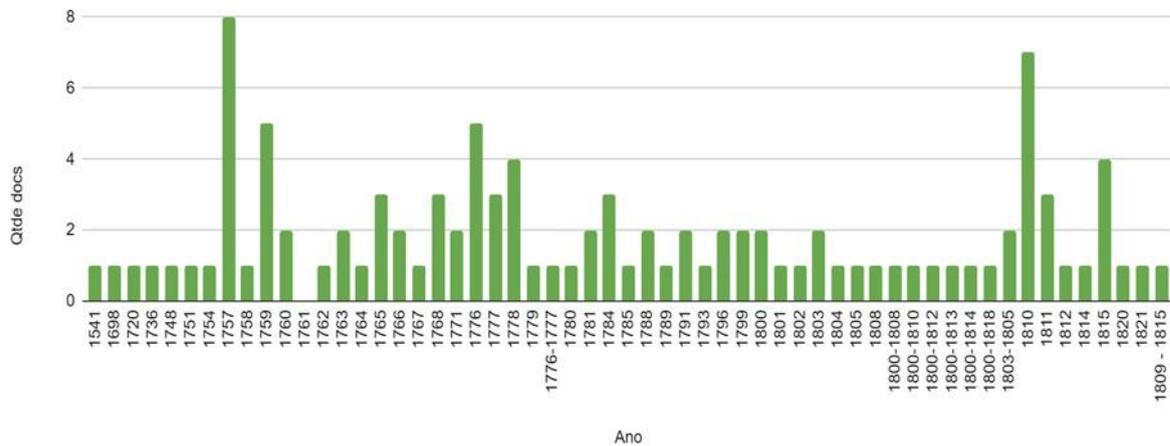


Figura 15. Quantidades de documentos com dados sobre exploração madeireira da Mata Atlântica para cada ano do Período Colonial encontrado na pesquisa.

Ao relacionar os anos dos documentos históricos analisados com a diversidade de madeira encontrada (132) temos o ano de 1815 com o máximo de 20 tipos de madeiras reportadas (Figura 16). Os outros anos com maiores valores de diversidade de madeiras exploradas foram 1799 (16 tipos de madeiras), 1803 (15 tipos de madeiras) e 1776 (12 tipos de madeiras).

É interessante perceber que 1810 é um dos anos com maior relato documental de exportação de madeira, bem como 1815 é o ano que com a indicação de exportação da maior variedade de madeiras, havendo uma diferença temporal de apenas 5 anos entre estes. O início do século XIX foi marcado por grandes eventos e mudanças na administração colonial, iniciados em 1808 com a mudança da família real e toda a corte portuguesa para o Brasil, mais especificamente para o Rio de Janeiro, além da abertura dos portos brasileiros para as “nações amigas” (LEITE, 2019; ALMEIDA, 2002). Além disso, em 1810 foi realizado um tratado entre Portugal e Inglaterra que determinava o pagamento de uma taxa de apenas 15% de impostos sobre as mercadorias desembarcadas no Brasil para os ingleses, de 16% para os portugueses e 24% para outras nações. Esse tratado, assinado por Portugal e Inglaterra, indicava ainda que “*os vassallos das duas partes poderão*

negociar, viajar, residir ou estabelecer-se em todos e cada um dos portos, cidades, vilas, países, províncias ou lugares quaisquer que forem" (ALMEIDA, 2002).

Como os ingleses estavam aptos a explorar os recursos naturais brasileiros mais livremente e deveriam pagar impostos apenas sobre os artigos de monopólio real, como era o caso do pau-brasil (ALMEIDA, 2002), é compreensível que tenha havido um aumento na exploração e comércio destas importantes matérias primas, e apesar dos valores de 1810-1815 serem destacados, não foram buscas específicas sobre o transporte de madeira para portos ingleses, o que pode ser um esforço intencional bastante interessante para estudos futuros. Porém pode ter havido alguma competição entre as nações, embora muitas madeiras de lei fossem de monopólio exclusivo da coroa portuguesa. Além disso, no que diz respeito ao aumento da diversidade de madeiras exploradas demonstrado nos documentos, é possível ainda que este tenha sido também um desdobramento das consequências do terremoto de 1755 ocorrido em Lisboa, já que a cidade necessitou ser reconstruída. Essa reconstrução durou anos e os portugueses não podiam se limitar a um conjunto pequeno de madeiras conhecidas mediante a urgência da situação. Por fim, a própria vinda da família real para uma região na Mata Atlântica em 1808 pode ter contribuído para o aumento na diversidade das espécies de madeiras exploradas, uma vez que uma das tarefas desse deslocamento foi o de reconhecer as necessidades e demandas dos agentes locais (LEITE, 2019). Além disso, as maiores indicações de diversidade de espécies exploradas datam a partir do século XVIII, o que pode representar o conhecimento adquirido ao longo de dois séculos de exploração colonial.

Algumas das espécies que compõem a diversidade expressa na Figura 16 são exploradas em praticamente todo o período, como o tapinhoã, que está presente em todas as décadas a partir do ano de 1698, de acordo com os documentos analisados no presente estudo. O jacarandá, por sua vez, teve sua exploração iniciada depois, na década de 1750, enquanto o pau-brasil teve sua exploração realizada mais no início do período.

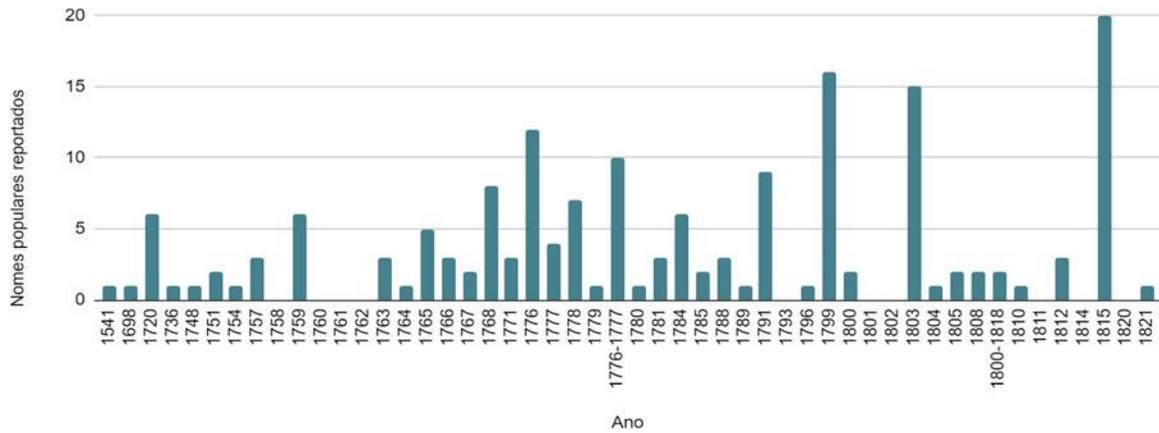


Figura 16. Diversidade de madeiras (por nomes populares) exploradas reportadas nos documentos históricos por ano.

4.2. Atores e conhecimentos envolvidos na atividade madeireira colonial



Figura 17. Derrubada de uma floresta. Fonte: Johann Moritz Rugendas, 1822-1825.

A questão dos agentes envolvidos no empreendimento da exploração da madeira, assim como a do conjunto de técnicas utilizadas remete diretamente à questão da paisagem e da sua transformação. A paisagem pode ser conceituada como a forma espacial que resulta da interação dos seres humanos e as variantes naturais (KROPF *et al.*, 2020), de forma que o componente cultural inerente aos

processos humanos é essencial para o bom entendimento das variáveis que contribuíram para as transformações empreendidas nas paisagens até que estas se tornassem o que são hoje. A interação de humanos com a Mata Atlântica ocorre há mais de 12.000 anos (RUÍZ *et al.*, 2017), de modo que a paisagem deste bioma demonstra a presença, e não a ausência, dos seres humanos (OLIVEIRA & SOLÓRZANO, 2014). Como o estudo da História Ambiental é baseado principalmente no entendimento do papel desempenhado pela natureza na cena cultural das sociedades humanas (SOLÓRZANO *et al.*, 2010), o presente tópico pretende apresentar e discutir dados obtidos nos documentos históricos consultados sobre as pessoas que se relacionavam diretamente com a floresta através da atividade madeireira (Figura 17), em seus diferentes aspectos, buscando entender como esta atividade era socialmente organizada e os impactos dessas relações na estrutura social material e imaterial.

4.2.1. Mão de obra empregada na atividade madeireira

O aparato real foi mencionado em alguns dos documentos analisados, tendo sido citados como envolvidos nos cortes reais atores como oficiais, oficiais inferiores, mestres, soldados falquejadores, serradores, juízes conservadores, administradores, fabricantes e inspetores. Além desses, o carpinteiro e o tanoeiro também foram indicados pelos documentos como tendo alguma relação com os cortes reais, mas estes foram relacionados a atividades de avaliação das madeiras já cortadas que deveriam ser enviadas para a Metrópole. Até o século XVII, o comércio de madeiras real atuava como um modelo de encomendas, em que a Coroa enviava encomendas das madeiras e quantidades desejadas aos governadores, diversas vezes com especificações das matas e das características específicas das madeiras, e estes passavam os pedidos para comerciantes particulares, os quais efetivamente as extraíam e transportavam (MORTON, 1978; DIAS, 2007). Esse modelo, entretanto, contava com pouca ou nenhuma fiscalização ou supervisão, de modo que não raramente ocorriam “descaminhos” e desperdícios nas atividades de corte das madeiras (AHU_ACL_CU_015, Cx. 2\Doc. 110; BNRJ - I-31,30,27-Manuscritos).

Desse modo, a partir do século XVIII foram instauradas as primeiras feitorias reais nas matas da Bahia, cujo principal objetivo era obter madeira para suprir as necessidades da marinha portuguesa (LAPA, 1968; DIAS, 2007). De acordo com Cabral (2007), as feitorias ou cortes reais eram a unidade básica do aparato madeireiro da Coroa Portuguesa e contavam com uma hierarquia na qual os inspetores e juízes conservadores eram os responsáveis por todo o funcionamento da exploração madeireira, ou seja, estavam no topo da hierarquia. O autor indica ainda que esse cargo já existia na Metrópole e foi “importado” para a Colônia, adquirindo em terras brasileiras algumas novas características como a responsabilidade por maiores extensões de terra e a associação de certa honra ao cargo.

Nessa perspectiva, a memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, de 1803, indica que “os incubidos do fabrico de madeira eram chamados administradores” e também que

"(...) nomeados os administrados nada recebiam de ajuda de custos, se contentavam pelos elogios e distinções feitos e também porque podiam vender algumas madeiras e taboados que fabricavam com os seus escravos. (...) Os cortes eram feitos nas matas mais propícias aos portos e rios navegáveis, as madeiras fabricadas por este método eram transportadas em barcos de particulares para a ribeira desta cidade onde, depois de examinadas e medidas, eram avaliadas e se procedia a um ajuste com a pessoa autorizada, e a quem se pertencia, de quem se lavrava o termo presente que depois de assinado pela competente parte poderiam pegar o pagamento na Caza da Real Fazenda. (...) Os fretes destas cargas eram pagam pelas próprias partes, em consequência dos tratos feitos com os mestres e donos das embarcações que as transportava, sem que a Real Fazenda nisso interferisse.” (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos).

Sobre os administradores dos cortes reais, Cabral (2007) indica que estes eram nomeados para cortes específicos, geralmente pertenciam de uma elite local e deveriam ser subordinados aos inspetores e juízes conservadores, mas que na prática não era bem assim que funcionava. O documento acima exposto apresenta um panorama das vantagens práticas de ser nomeado administrador, como a possibilidade de lucrar com um comércio paralelo de madeiras, cargo este que no papel não possuía grandes benefícios já que nem era remunerado pela coroa e ainda contava com a necessidade de arcar com os custos de fabrico e transporte das

madeiras reais. Morton (1978), entretanto, aponta que apesar de não receberem salários, os administradores dos cortes recebiam pagamentos nas ordenanças, relacionadas ao aparato militar e policial da colônia. Para mais, o autor ainda indica que os administradores lucravam não somente com o comércio de madeira que faziam com seus escravos, conforme descrito no trecho documental acima, mas que estes reclamavam salários de trabalhadores inexistentes, deixavam de pagar trabalhadores e também comercializavam a madeira real para particulares.

Talvez toda essa organização de comércio paralelo da madeira real tenha motivado um dos relatos descritos na memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, em 1803:

“(…) Algumas pessoas foram designadas para inspecionar esses cortes de madeira. Eles observavam a direção das derrubadas, examinavam os paos, alinhavam as madeiras, a fim de terem as dimensões pedidas por Lisboa e *para não haver desperdício, como havia ocorrido anteriormente* (pedaços úteis de madeira ficaram pela mata)”. (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos; Grifo nosso).

Em seu trabalho sobre o aparato real de extração madeireira na Bahia colonial, Morton (1978) descreve que a atividade contava também com uma classe de atores chamados de fabricantes, a qual configurava como a mais numerosa. De acordo com o autor, os fabricantes eram grandes proprietários de terra, bem como os administradores, sendo estes muitas vezes familiares ou associados. Uma diferença entre esses dois grupos de atores, porém, é que os fabricantes, como o nome revela, eram declaradamente produtores de madeira. A memória apresentada por Joaquim José da Cruz, a respeito do melhor modo de se procederem os cortes de madeira nas comarcas de Ilhéus e Alagoas, de 1818, sugere que a coroa não só estava ciente da existência e do papel dos fabricantes, como incorporou esse grupo no seu aparato madeireiro:

“Os fabricantes de madeiras deveriam ajustar os preços com o Juiz Conservador e, os fabricantes se contentando com o "preço razoável" poderiam utilizar a Real Fazenda (destinando o justendente da marinha) como armazéns em que guardariam as madeiras para vendê-las aos particulares que os quisessem por preços "proporcionados". Assim, somente o Arsenal teria as madeiras e poderia dispor delas quem do Arsenal carecer, a fim de

suavizar os preços das Obras Reais.” (BNRJ - II-33,34,18 - Manuscritos).

Oficiais, soldados falquejadores e serradores foram citados na memória sobre os cortes de madeira na capitania do Rio de Janeiro, de 1800, como sendo os primeiros enviados pela Real Fazenda para os pontos de extração nas matas. Entretanto, seu comportamento em relação aos locais de corte foi descrito como descuidado e gerador de desperdício:

“(…) ao chegarem nas matas de destino, tratam tudo como "território alheio" e por isso há grande destruição. Quando cortar uma grande árvore não tomam cuidado para que ela caia da forma mais adequada e, assim, essa ao cair destrói outras árvores ao redor.” (BNRJ - I-11,1,19 - Manuscritos).

Aparentemente esses atores, além dos mestres, pertenciam a grupos militares da coroa e eram designados para trabalhar nos cortes. É possível que essa falta de cuidado relatada tenha sido o motivo pelo qual a coroa tenha preferido, muitas vezes, realizar negócios com os fabricantes. Esses atores, entretanto, desempenhavam outro importante papel para a manutenção dos cortes reais, em especial os oficiais, que juntamente aos administradores foram estimulados a atuar na expulsão e prisão de roceiros. Estes atores atrapalhavam o funcionamento dos cortes reais por serem pequenos produtores de alimentos que utilizavam o método de coivara em suas produções, muitas vezes em territórios florestais reclamados como sendo de posse da coroa (MORTON, 1978). Esse conflito com os lavradores apareceu em alguns dos documentos consultados, como em um requerimento de 1798, que informa:

"A maior parte das mattas do termo d'esta villa [Marahú] estão em capoeiras, pois que os Jesuítas tiverão n'ellas grandes fabricas e apenas para o noviciado, se topão algumas mattas grossas e no Caibro, revestidas de tapinhoans, sapocayas, piquiz, inhahibaz, oleos e algumas sucupiras, as quaes se devem vedar para não serem destruidas a ferro e fogo pelos lavradores." (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (1)).

Assim, em 1797, já havia sido emitida uma declaração de posse de todas as matas das costas e das margens dos rios por parte da coroa. Essa declaração postulava que:

“(…) eram propriedade da Coroa todas as matas da costa e das margens dos rios que desembocassem no mar e proibía que se desse sesmaria nesses sítios, ordenando ao governador que se informasse dos modeos para se restituir as sesmarias já dadas, indenizando os proprietários com terras no interior, impondo a obrigação de conservarem as madeiras estabelecendo severas penas contra os incendiários e destruidores das matas (...), pois, caso contrário, em poucos anos a marinha estaria sem recursos pela falta de madeira. Estabelece a pena de prisão por um ano, e sequestro dos bens necessários para pagarem três vezes os prejuízos que tivessem ocasionado nas matas.” (AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 55\Doc. 4193 (1)).

O trabalho de corte propriamente dito era realizado nas feitorias reais por indígenas, os quais eram modestamente remunerados quando tinham suas habilidades manuais reconhecidas (MORTON, 1978). Nesse sentido, com relação aos atores envolvidos nas atividades madeireiras no período colonial brasileiro, especificamente, 11 documentos encontrados mencionaram o emprego da mão-de-obra indígena, e cinco indicaram a utilização de escravos nas mesmas atribuições. No geral, os documentos que indicavam a utilização de índios nas atividades madeireiras estavam relacionados ao aparato monárquico, como ofícios, ordens régias ou outros requerimentos emitidos pela Coroa requerendo a extração de madeira (BNRJ - 22,02,051 - Manuscritos).

Por outro lado, os documentos que abordavam a utilização de escravos, em grande parte, estavam relacionados à extração de madeiras de particulares (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos). A utilização dos indígenas para o corte e também para o reconhecimento e indicação das melhores árvores madeireiras parece lógico, visto o notório conhecimento do local e das espécies pelos povos nativos (AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508). Os relatos encontrados nos documentos indicam ainda que os indígenas eram considerados “ágeis para todo o gênero de serviço, excelentes falquejadores e bons torneiros” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 122\Doc. 24001 (2)), além de “em todas as obras de mão habilidosos” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (1)). Quanto à forma de pagamento, os documentos indicam que os indígenas eram trabalhadores livres e assalariados,

pagos em panos ou em aguardente (BNRJ - 03,4,22 - Manuscritos; AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (3)).



Figura 18. Indígenas extraíndo e carregando madeira até a costa. Fonte: Biblioteca Nacional - França, 1519.

Outro fator que potencialmente influenciava a seleção de indígenas para trabalhar nos cortes reais era a relação estabelecida entre algumas etnias e os portugueses através do escambo e da dependência indígena dos utensílios de ferro fornecidos pelos colonizadores, antes mesmo de fazerem do Brasil sua colônia (DEAN, 1996). Eram os indígenas que identificavam as árvores de valor comercial na mata, as cortavam e as transportavam até o mar (Figura 18) para os portugueses nos anos que antecederam a ocupação efetiva do território brasileiro em uma perspectiva colonial, uma vez que estes não tinham grandes conhecimentos sobre o território recém ocupado (AHU_ACL_CU_005, Cx. 132\Doc. 26332 (1)). É

importante lembrar que o padrão de diversidade da flora brasileira é a ocorrência de espécies em baixa densidade populacional, geralmente formando populações esparsas (MAIOLI, 2014). Assim, o conhecimento dos indígenas devia ser algo relevante.

Conforme o estabelecimento dos cortes reais aumentava, o número de populações indígenas diminuía. Dessa forma, conforme o período colonial se aproximava do seu fim, mais trabalhadores livres das vilas e cidades eram contratados para trabalhar nas feitorias, sendo inclusive grande parte deles de ascendência indígena (MORTON, 1978), o que pode ter influenciado na passagem do conhecimento nativo e ajudado no trabalho de manuseio e identificação das madeiras exploradas.

É importante destacar o papel fundamental que a Companhia de Jesus desempenhou no emprego de mão-de-obra indígena nos cortes de madeira, sendo ressaltada no Ofício de 1764 do Ouvidor de Porto Seguro (Thomé Couceiro de Abreu) para o Ministro dos Negócios do Ultramar (Francisco Xavier de Mendonça Furtado) em que relatava como os índios eram “convenientísimos, pelos exemplos que lhes derão os celebrados Jesuítas” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508). A igreja católica era um dos poucos setores sociais com condição de reivindicar uma colonização para além da exploração econômica e ainda no século XVII utilizou sua influência para implementar um projeto de colônia que incluísse a conversão das populações nativas e a formação de uma sociedade fiel e fundamentalmente católica (PÁDUA, 2004). Assim, os Jesuítas visavam a incorporação dos indígenas na sociedade que estava sendo criada, facilitando a apropriação dos conhecimentos desses povos sobre o ambiente natural.

Como alguns jesuítas enxergavam nas Américas o ideal de natureza não corrompida, estes entendiam que os indígenas não precisavam necessariamente ser escravizados para se converterem ao cristianismo e como estes eram livres quando os europeus os encontraram, não conheciam a escravidão (OLIVEIRA, 2015). Desse modo, os padres da companhia de Jesus atuaram intensamente na criação de aldeias onde os nativos passavam por um intenso processo de conversão à fé e aos costumes cristãos. Esse processo ocorreu de forma tão intensa que as aldeias passaram a configurar uma espécie de centro onde integrantes de outras camadas

sociais poderiam adquirir e explorar a mão-de-obra indígena, de forma que Sebastião Pestrelo em um ofício a Gaspar de Sousa, em 1625, indica que

“para se reduzirem os inconvenientes e os descaminhos, que se fazem nos cortes do Pao Brasil, até se embarcar para este Reyno, será conveniente emcomendar aos religiosos da Companhia de Jesus, o corte do Pao, compete aguardasalhe, até se embarcar nos navios que saem, e que não arrisca o inconveniente em se empregarem dematária, visto se ordenado a boa conservação dos mattos, e bem comum daquele estado, e melhoração dos índios que tem a seu cargo, o que resultará em benefício de conversão” (AHU_ACL_CU_015, Cx. 2\Doc. 110).

Assim, ainda que os jesuítas fossem ideologicamente opostos à escravização indígena, eles próprios acabavam por explorar o trabalho dos nativos de forma bastante semelhante ao modelo de escravocrata, uma vez que exigiam das populações indígenas “abrigadas” nas aldeias a cargas de trabalho não remunerado (DEAN, 1996). Dessa forma a igreja se beneficiou duplamente ao conquistar de uma só vez novos fiéis, força de trabalho gratuita (não-remunerada), terra e rendimentos.

É possível que uma das grandes motivações da contrariedade da Companhia de Jesus à escravização de nativos fosse financeira. Um ofício do ouvidor da Comarca de Ilhéus (Balthasar da Silva Lisboa) para Rodrigo Coutinho, de 1799, descreve que a maior parte das matas da vila de Cairú, na Bahia, estavam em capoeiras, matas secundárias, devido às grandes fábricas que os jesuítas nelas tiveram (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)). É interessante destacar que ainda nesse documento, escrito por um dos principais doutores de Coimbra nascidos na Bahia e considerado um dos principais autores da crítica ambiental do período (PÁDUA, 2004), descreve as consequências do desmatamento gerado pela exploração de madeira realizada pelos padres da Companhia de Jesus mas indica a necessidade de “vedar” as terras poupadas pela atividade dos jesuítas para “não serem destruídas a ferro e fogo pelos lavradores” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)). Através desse relato é possível identificar, então, uma diferenciação na visão da destruição gerada por parcelas mais poderosas da sociedade, sendo essa menos grave do que a proporcionada por atores de camadas mais baixas.

Ainda que os documentos existentes relatem a atividade madeireira pela monarquia portuguesa, é preciso considerar a possibilidade da realização desta atividade também por produtores rurais. Afinal estes possuíam três opções econômicas diante da paisagem da Mata Atlântica: a derrubada e queima para beneficiamento do solo em contextos agrícolas, a exploração da madeira ou a manutenção de sua conformação original em um contexto de “preservação” para o futuro (MILLER, 2000). Assim, ainda que a partir do século XVII a Coroa Portuguesa tenha reclamado para si a posse de todas as madeiras de importância econômica, em um primeiro momento as de utilidade para a construção naval localizadas, nas margens do mar e de rios navegáveis (MAIOLI, 2014), esta não possuía os aparatos necessários para uma real e rigorosa fiscalização em um contexto em que o deslocamento era de grande dificuldade (CABRAL, 2004). Desse modo, é possível que a vastidão e a conformação natural da Mata Atlântica brasileira tenham atuado no sentido de propiciar o desenvolvimento de uma indústria madeireira privada, que de acordo com Dean (1996), era fortemente organizada e capaz de ludibriar agentes da administração real, através de um pequeno número de madeireiros, serradores e tropeiros, que eram os reais atores deliberativos sobre os pormenores da atividade madeireira empreendida.

O desenvolvimento de uma indústria madeireira privada pode também ser entendido como derivado de um caráter de “terceirização”, baseado em um sistema em que tanto a Coroa quanto particulares se beneficiava da utilização de recursos encontrados na América Portuguesa. Em sua memória sobre o modo de se procederem os cortes de madeira nas comarcas de Ilhéus e Alagoas, Joaquim José da Cruz relata que:

“Foram dadas as Sesmarias (nas comarcas de Ilhéus e de Alagoas) apesar das ordens estabelecidas, bem como o Sítio da Lage nas cabeceiras de Jequirisá, há mais ou menos cinco anos, e isso configura grande dano e prejuízo, não só aos moradores do Distrito, como à conservação dos taboados de vinhático e potumujú, que só nele havia em abundância. As permissões já acarretaram a destruição de todas as matas daqueles sítios, porque não só as madeiras são excepcionais para construção, mas a ambição dos fabricantes particulares as tem desolado, bem como as do Jequirisá porque a Vossa Magestade ordenou que em benefício comum de seus vassallos eles podem cortar os taboados de vinhático, potumujú e oiti, não os vendendo se não para o Real Arsenal” (BNRJ - II-33,34,18 - Manuscritos).

Essa relação inicialmente acabou gerando não apenas uma prerrogativa para a atuação de particulares em atividades estatais, mas também um padrão de relacionamento que foi levado adiante no período colonial, uma vez que os processos de extração e exportação da madeira tinham suas realizações custeadas por particulares, em geral donatários das capitâneas hereditárias e sesmarias, as quais podem também ser entendidas como outra forma de “terceirização” da colonização brasileira.

A realização da atividade madeireira por lavradores no período colonial, portanto, além de ter sido relatada nos documentos consultados (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)), pode também ser entendida como prática comumente difundida quando se considera o padrão de expansão da fronteira agrícola brasileira, em que madeiras de alto valor comercial são extraídas como parte do processo de “limpeza do terreno”. Logo, o desenvolvimento de uma atividade madeireira por pequenos produtores rurais, seja ela para a manutenção de uma subsistência de sua propriedade com a utilização da madeira na construção de objetos do cotidiano, ou para comercialização podem ser consideradas uma realidade desses atores no período em questão (CABRAL, 2004).

A busca nas bases documentais utilizando a palavra-chave “escravo” encontrou apenas três documentos (dois do AHU e um da BNRJ), entretanto, documentos encontrados em buscas utilizando outras palavras-chave como “corte de madeira” e “madeira” possuíam também informações acerca da utilização de mão-de-obra escrava, ao que tudo indica africana, em atividades relacionadas à indústria madeireira. Assim, dos oito documentos que fazem alguma referência ao emprego de mão-de-obra escrava nas atividades madeireiras, metade se refere a escravos e bois como um conjunto a ser utilizado no transporte das madeiras e apenas dois documentos fazem referência ao emprego destes em atividades de corte de madeira (BNRJ- I-30,19,010 nº001 - Manuscritos; BNRJ- I-31,30,27 - Manuscritos).

O fato de os escravos serem, muitas vezes, citados nos documentos em conjunto com bois, como na Memória dos cortes das madeiras na capitania do Rio de Janeiro: “O transporte das madeiras de construção deburradas pela Real Fazenda era custeado pelos lavradores locais, que cediam escravos e bois para carregar as

madeiras das matas até os portos”, pode demonstrar a pouca valia dos negros no período, considerados como animais, e que, portanto, poderia contribuir para funções inferiores e mais desgastes e perigosos (OLIVEIRA, 2015), nesse caso o transporte de madeiras.

A utilização da força de trabalho escravo para a efetiva produção de madeira, através do corte e falquejamento (Figura 19), mencionada apenas em cinco dos documentos consultados (AHU_ACL_CU_017, Cx. 162\Doc. 12145 (1), AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2), BNRJ- I-31,30,27 - Manuscritos, AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (3) e ANTT - PT/TT/PREE/2/120), aparece geralmente em um contexto de extração madeireira realizada por particulares. Nas Memórias sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a este respeito se têm expedido, regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependência até o dia 1 de Agosto de 1803 de Baltazar da Silva Lisboa (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos), o autor indica que uma das vantagens de ser nomeado administrador dos cortes reais era a possibilidade de venda de “madeiras e taboados que fabricavam com os seus escravos”, indicando a utilização desse tipo de mão-de-obra em uma “indústria privada”. Por outro lado, o Ofício de Matias José Ribeiro, intendente dos armazéns reais, sobre exame e aprovação das madeiras que se remetem aos armazéns reais (ANTT - PT/TT/PREE/2/120), indica a necessidade de “auxiliar com alguns índios” o mestre da Fábrica de madeiras, Joaquim Vicente, por “não ter força de escravatura suficiente para aquele prezado trabalho”, demonstrando que ambos indígenas e africanos eram utilizados.



Figura 19. Negros serradores. Fonte: Jean Baptiste Debret, 1768-1848.

Como já mencionado anteriormente, a Coroa portuguesa não possuía um aparato próprio para realizar as atividades de extração e transporte das madeiras das quais a mesma, em 1534, declarou posse e por isso utilizam uma estrutura disponibilizada por particulares. Desse modo, é possível dizer que a atividade madeireira estatal era na verdade a contratação de serviços particulares para a realização dos cortes, podendo estes serem indígenas, com quem podiam realizar acordos de forma direta ou através dos jesuítas, ou então grandes proprietários de terra, os quais em geral possuíam escravos africanos, que empregavam na efetiva realização do trabalho dentro das florestas (DIAS, 2010).

Além disso, é possível considerar que havia uma diferenciação na utilização e emprego de índios e escravos africanos nos cortes de madeira, no sentido de que os índios eram preferidos para os cortes de madeira referentes à indústria madeireira enquanto os escravos africanos eram mais utilizados para os cortes de madeira relacionados à agricultura, ou seja, na limpeza dos terrenos que seriam utilizados para as plantações, de onde algumas madeiras de melhor qualidade e valor econômico poderiam ser comercializadas, como indica o ofício do ouvidor da Comarca de Ilhéus (Baltasar da Silva Lisboa) a Rodrigo de Sousa Coutinho:

“(...) pois que entrarão a empregar nos cortes seus escravos, a comprar bois para os arrastos, os dinheiros que entravam para S.M. para serviços dos cortes lhes facilitaram os meios de adquirir e lhes grangearam uma superioridade na agricultura” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)).

4.2.2. Quem avaliava as madeiras

O assunto avaliação das madeiras apareceu em diversos documentos consultados, em sua grande maioria se referindo a uma dúvida de como esta deveria ser realizada para que se identificasse o “préstimo”, a qualidade e até mesmo o quanto valia cada madeira. Entende-se que os portugueses adquiriram diversos conhecimentos sobre o território brasileiro e seus recursos naturais com os povos originários, através da convivência e observação dos costumes indígenas (DEAN, 1996). É possível, entretanto, que esse processo de apropriação e entendimento dos conhecimentos acerca da flora brasileira tenha perdurado por quase todo o período colonial, uma vez que em 1784 o Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, ainda reclamava que “nesta matéria tudo é desordem”:

“(...) Para algum dia poder chegar-se a esse fim, e para muitos outros últimos, que hão de descobrir-se a proposição, que se forem conhecendo, e experimentando as ditas madeiras, determinei que se examinem todos os matos, distribuida esta diligência por cada hum dos capitães, para que do seu distrito me remetesse amostras de cada huma das madeiras, que nele se-achasse, *remetendo-lhe o modelo de hum mapa, no qual se declare os nomes das madeiras, a maior ou menor quantidade naquele distrito, o maior cumprimento e grossura das táboas e o préstimo, ou uso que era conhecido, advertindo-lhe que, havendo algumas cujo nome ou préstimo não for sabido, assim mesmo o declarasse, pondo no mesmo mapa.*” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004 - Grifo nosso).

Dessa forma é possível perceber que mesmo depois de dois séculos de exploração das madeiras brasileiras os portugueses não possuíam um sistema organizado de catálogo, identificação e avaliação de uma das matérias-primas mais exploradas durante o período, sendo este um dos principais objetivos da administração pública a partir dos anos 1700 com a implementação das feitorias reais (PEREIRA, 2016). Nesse mesmo sentido, um documento de 1784 informa que na ribeira da cidade (provavelmente Belém, pois o documento é do Pará) “não há

mestre, nem oficial com inteligência para poderem examinar e aprovar as madeiras”, o que impossibilitou a produção de um documento das madeiras enviadas para os Arsenais Reais de Lisboa. Além disso, o ofício ainda indica uma escassez de trabalhadores dos cortes reais e também dos reparos de embarcações naquele estaleiro, e informa que esse fator levou o próprio mestre daquela ribeira a ir “no matto aprontar as madeiras”, tal qual um empreiteiro (ANTT - PT/TT/PREE/2/120). Essas informações dão uma indicação do motivo dos registros das madeiras extraídas e exportadas serem tão escassos e confusos, conforme já indicado por outros estudiosos do tema (CABRAL & CESCO, 2007; MAIOLI, 2020).

Em 1790, um Ofício de D. José Francisco de Noronha indica que o jacarandá foi confundido com pau-brasil por comerciantes de madeira:

“Por força de denuncia que perante mim deu Jozé Gomes Ferreira, negociante e dono do navio Tetis vindo do Rio de Janeiro de que no mesmo navio lhe vinhão carregados por Francisco Antônio 530 toras de pao jacarandá, que prezumia ser de pao brazil segundo a prática que tivera com o capitam Manoel Carneiro dos Santos procede a prizão contra este exame que com efeito achei ser pao brazil e por isso o fiz descarregar para a Casa da Índia, donde se acha entregue. O capitam depois de negar nas primeiras perguntas que lhe fiz que houvesse dito ao denunciante do navio o que elle afirmara, todavia acareados ambos, veio a confessar que era vero e haverlhe referido aquela desconfiança em que estava já desde o Rio de Janeiro. Não se prova contudo que tivesse a menor participação nesta remessa, *nem pude averiguar qual fosse a rasão porque o carregador do Rio remetera hum pao prohibido sem lhe ser pedido* nem ele mesmo o remeter por sua conta, mas pelo dono e denunciante.” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 137\Doc. 10852 - Grifo nosso).

Esse documento corrobora que o conhecimento acerca das madeiras brasileiras, ainda em 1790, não era completamente elucidado a ponto de os responsáveis pelos carregamentos comerciais destas não saberem diferenciar o jacarandá do pau-brasil. No entanto, vale ressaltar que a confusão relatada no Ofício pode ter relação com a morfologia das espécies, visto que ambas madeiras podem ser de possíveis espécies da família Leguminosae, com folhas pequenas, tronco ranhurado com casca externa pardo-acinzentada. No entanto, um olhar mais atento denotaria que tanto a cor da casca interna quanto do cerne das duas madeiras é bem

distinta (pau-brasil é pardo-rosada e cerne de cor vermelha ou vermelha-alaranjada, e do jacarandá avermelhada, com cerne pardo-escuro arroxeadado com listras pretas) (CARVALHO, 2003).

Ralin e Porto (2020) apontam que, apesar de o Brasil ter gerado grande curiosidade europeia à época de sua “descoberta”, os portugueses produziram pouco conhecimento científico sistematizado nos primeiros anos de colonização por conta de um certo desprezo pelos conhecimentos indígenas, vistos como selvagens e logo escravizados. Conhecimentos científicos formais começaram a ser produzidos por franceses e holandeses, que ocuparam parte do território brasileiro por alguns anos. A construção de um conhecimento científico português foi empreendida pelos jesuítas, os quais chegaram na colônia em meados do século XVII (DEAN, 1996). Os padres da Companhia de Jesus foram responsáveis pela produção de boa parte dos estudos de história natural, etnologia, cartografia e topografia, entretanto, como uma de suas atribuições era a educação indígena com base em preceitos cristãos, os conhecimentos adquiridos e incorporados dos povos originais foram bastante limitados (RALIN & PORTO, 2020).

Uma lógica colonial bastante confusa, a qual se apropria apenas de parte do conhecimento nativo sobre as madeiras ao mesmo tempo em que supervaloriza o conhecimento colonial “civilizado” pode ser observado em alguns relatos documentais. Assim, ainda que um ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil tenha afirmado em 1768 que “Os nomes e préstimos das madeiras indicadas foram conhecidas por pessoas que tem construído e feito construir diferentes obras”, outros documentos indicavam que boa parte da avaliação das madeiras era realizada apenas quando estas chegavam em Lisboa (AHU_ACL_CU_017, Cx. 85\Doc. 7543 (1); AHU_ACL_CU_017, Cx. 72\Doc. 6614). Como na memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, de Baltazar da Silva Lisboa, de 1803:

"(...) [antes das novas regras para o corte de madeiras e a conservação das matas] as madeiras fabricadas por este método eram transportadas em barcos de particulares para a ribeira desta cidade [Lisboa] onde, depois de examinadas e medidas, eram avaliadas e se procedia a um ajuste com a pessoa autorizada, e a quem se pertencia, de quem se lavrava o termo presente que depois de assinado pela competente parte poderiam pegar o pagamento na Caza da Real Fazenda" (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos).

Dessa forma, um ofício de 1768 do conde de Ajambuja ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar (AHU_ACL_CU_017, Cx. 85\Doc. 7543 (1)) indica que a partir daquele ano as madeiras deveriam ser examinadas por dois carpinteiros, antes de serem carregadas nos navios, e o pagamento deveria ser feito por metros cúbicos, uma vez que havia encontrado dúvidas durante o exame da madeira. Além disso, houve também a indicação de que um tanoeiro também realizou atividades de avaliação das madeiras em Pernambuco no ano de 1778, pois este era “perito no seu ofício” (AHU_ACL_CU_015, Cx. 131\Doc. 9896 (1))

O documento dá a entender que além de ser perito no seu ofício, o tanoeiro, profissional que fabrica tonéis, pipas e barris, também foi o profissional consultado pelo governador de Pernambuco para saber quais eram as madeiras extraídas naquela capitania, demonstrando um parco controle governamental a respeito das informações relacionadas à atividade madeireira. Essa falta de domínio sobre a forma de avaliar as madeiras, seus préstimos e qualidades por parte da administração governamental pode ter sido um fator que gerou certo desperdício de matéria lenhosa em alguns momentos.

Além disso, o documento indica que essa avaliação deveria ser feita antes das madeiras serem carregadas nos navios de exportação, o que sugere um corte raso das madeiras, uma vez que apenas após o corte se observava se as madeiras extraídas eram próprias ou não para o emprego na construção. Nesse sentido, a memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus de Baltazar da Silva Lisboa, de 1803, demonstra que a partir de 1776 pessoas foram designadas para inspecionar os cortes de madeira. Essas pessoas observavam a direção das derrubadas, examinavam os paus e alinhavam as madeiras, para que estas tivessem as dimensões pedidas por Lisboa e não haver desperdício, como havia ocorrido anteriormente, com pedaços úteis de madeira deixados pela mata (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos). Lapa (1968), indica ainda que foram enviados de Portugal ao Brasil mestres de carpintaria, os quais eram responsáveis pela escolha, corte, arranjo e transporte das madeiras. Assim, é possível que essa regulamentação estatal dos cortes tenha proporcionado uma atividade madeireira mais baseada em cortes seletivos.

Outra informação curiosa sobre a avaliação das madeiras data de 1750, do Livro II de decretos, alvarás, resoluções de sua majestade, despachos do Conselho

da Fazenda sobre os gêneros da América ou Índias Orientais (ANTT - PT/TT/ER/A-W-F/029/1873), e indica que todo pau-brasil inferior que entrasse na Casa da Índia, oriundo do Rio de Janeiro e Bahia, deveria ser queimado. Ainda que soe estranho a própria Coroa mandar queimar pau-brasil sendo esta uma madeira muito apreciada na Europa para a confecção de tintas, especialmente para as roupas da Realeza, uma possibilidade de explicação seria a ideia de que o melhor pau-brasil era o oriundo de Pernambuco (DIAS, 2018). Na memória acerca das madeiras do Brasil, de Gambier (1811), o autor indica que os portugueses prezavam mais pelas madeiras do norte por serem mais duráveis, ainda que estas fossem mais trabalhosas (BNRJ - I-32,12,020 - Manuscritos). O autor não comenta o motivo das madeiras do norte serem mais trabalhosas, mas é possível que esse fator esteja relacionado à grande exploração madeireira desenvolvida ao longo do período colonial e a exaustão das matas das margens dos rios navegáveis e próximas aos centros urbanos, o que chegou a acarretar uma certa escassez de pau-brasil durante o período colonial (Biblioteca Nacional de Portugal - [168]).

É possível, ainda, que a ordem para queimar o pau-brasil inferior que chegasse na Casa da Índia em 1750 tenha sido motivada pela falta de espaço de armazenamento de pau-brasil, pois o documento (ANTT - PT/TT/ER/A-W-F/029/1873) também indica que:

“Nesta casa da Índia há dois payoes destinados para o recebimento e guarda do pau brasil, nos quais se acham 6000 quintais, pouco mais ou menos, vindos nos anos de 1749-1750, remetidos pelo contratador do corte deste gênero. O contratador do consumo d'elle não tem tirado algum, haverá quase 6 meses, devendo extrair 15000 quintais em cada um ano nas formas das condições de seu contrato, conforme os quais lhe falta por tirar até o São João passado mais de 24000 quintais. Na frota de Pernambuco, da qual se acham já dois navios no Rio desta cidade, e os mais poderão entrar todos os dias, se espera uma grande porção deste gênero. Para a descarga e arrecadação dele é preciso haver payoes, aonde se recolha os que há nessa casa [...]”.

Problemas logísticos na Casa da Índia foram reportados neste mesmo documento já no ano de 1625, quando o Provedor da Fazenda e Casa da Índia, Luís da Sylva, informou que todos os guardas estavam ocupados e também

“(...) hora serem necessárias algumas pessoas para assistirem em os Navios do Brazil, que entrem nesse porto, e trouxerem pao vermelho para a vigia e descarrega dele, e das mais mercadorias, que deverem direitos a Fazenda de Sua Magestade.” (ANTT - PT/TT/ER/A-W-F/029/1873).

Assim, é possível que a queima do pau-brasil tenha sido considerada em um momento de ânsia por resolver o problema logístico enfrentado no ano de 1750. Além disso, mandar o “contratador” queimar o pau-brasil “inferior” que chegasse à Lisboa poderia ser ainda uma forma de garantir o esforço deste para a extração apenas dos melhores paus, o que muito provavelmente não era mais uma tarefa tão simples em 1750, com as matas ciliares dos rios já bastante desfalcadas (AHU_ACL_CU_017, Cx. 28\Doc. 2970 (1); AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508; AHU_ACL_CU_017, Cx. 133\Doc. 10534 (1)). Ainda assim, queimar uma madeira nobre e muito apreciada não somente pelos portugueses, mas por outras nações europeias (MURALT, 2006), por falta de logística soa inusitado, especialmente para uma nação cuja Coroa faturava bastante com o comércio da madeira há mais de 200 anos.

Silvia Federici (2004) expressa que o período de expansão colonial coincide com o início do capitalismo, no século XV. Desse modo, é possível que a intenção de queimar pau-brasil tenha sido originada pela pretensão de geração de uma especulação de preços, uma vez que durante o século XVIII o monopólio do comércio de pau-brasil representou 2,35% do faturamento da Fazenda Real de Portugal (DIAS, 2018), tanto que em 16 de maio de 1753 foi emitida uma resolução a fim de “manter algum daquele pao que se pretendia queimar por constar ser muito capaz de servir para tintas” (ANTT - PT/TT/ER/A-W-F/029/1873). Como produzir tinta do pau-brasil “excedente” em 1750 não foi o primeiro impulso português é possível inferir que esta nação não estava tão acostumada a realizar a manufatura e, provavelmente, apenas comercializava a madeira para outros países europeus que possuíam uma indústria têxtil mais desenvolvida. Este dado é corroborado por Muralt (2006) e Dias (2018), autores que indicam que uma grande produção de tinta de pau-brasil foi empreendida em Amsterdam durante os séculos XVII e XVIII.

Todavia, mesmo que os portugueses não dominassem a produção de tinta e quisessem aumentar o valor do pau-brasil que comercializavam, soa contraditório

sequer cogitar queimar madeira quando os relatos de escassez de madeira já estavam se tornando presentes na documentação portuguesa. No presente trabalho o relato de escassez de madeira mais antigo encontrado data de 1736 e reporta a escassez da madeira de tapinhoã nas matas de Pernambuco e Bahia devido ao “comércio devassador a Inglaterra e Holanda” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 28\Doc. 2970 (1)). Com relação ao pau-brasil, entretanto, foi encontrada uma Carta do Rei ao Governador do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa, o qual esteve no cargo de 1612 a 1617 (CONSENTINO, 2009), indica:

"[...] sou informado que a capitania de Pernambuco tem muito pau brasil dos troncos das árvores que de que se tirou no tempo que corria por contraradores, que por usarem nas condições que punham as pessoas a quem o compravam, que lhe dariam pau roliço e maciço, se não cortava mais as vergontas novas e por serem mais fáceis, e assim ficaram os troncos grossos no matto sendo os que se tem por melhores *pela qual razão se danificam as matas e ficavam tão desbaratadas que podiam brevemente faltar*; pelo que vos mando, e aos que se sucederem nesse governo, e assim ao provedor mor da minha fazenda no dito estado, e mais provedores dele, que todo o pau brasil que se encarregar na dita capitania de Pernambuco por conta da minha fazenda, ou por contrato, seja roliço e não vergotas (em caso que o haja) por ser melhor e de mais efeito para as tintas, e as árvores delgadas irão crescendo e assim poderá o dito pau nunca faltar; e se vos oferecer nesta matéria alguns inconvenientes os apontareis avisando-me de tudo muito particularmente." (Biblioteca Nacional de Portugal - [168] - Grifo nosso).

Desse modo, ainda que o documento não relate uma escassez da madeira, este aponta para sua possível falta futura e ainda indica a necessidade de uma atitude conservacionista para que a madeira corante não faltasse. Entretanto, como a relação colonial desenvolvida com a Mata Atlântica foi pautada na percepção de que a floresta era um “oceano verde sem limites” (PÁDUA, 2005, p.157) é admissível que essa percepção tenha tomado conta da lógica vigente e sobrepujado os relatos de escassez. A ideia de um país sem limites, principalmente no que se refere às florestas perdurou durante vários ciclos econômicos. No Vale do Paraíba do Sul (RJ, MG e SP), por exemplo, cafezais improdutivos por conta do solo eram abandonados e novos cultivos eram implantados em áreas de floresta (KROPF *et al.*, 2020).

O relato documental possibilita também identificar uma preferência por madeiras mais grossas, ainda que estas pudessem ser mais difíceis de extrair. Nessa lógica, diversos documentos relatam a procura e a descoberta de matas com madeiras apreciadas de “excelente qualidade e grossura extraordinária” (BNRJ - I-31,29,006 - Manuscritos). No entanto, aparentemente para madeiras de alta apreciação era recomendado que fossem utilizadas diversas partes da árvore que não somente o tronco. Nas cartas sobre a construção de um bergantim em 1800 o autor recomenda ao mestre da ribeira e ao senhor das terras de onde se extraíam as madeiras que “também utilizem as raízes da paroba, os restos do tronco e os galhos mais corpulentos porque tudo servia vantajosamente para a construção naval” (BNRJ - 07,04,1955 - Manuscritos). É bem possível, contudo, que essa recomendação tenha sido feita por uma questão de melhor aproveitamento das madeiras, uma vez que os relatos de escassez estavam se tornando mais frequentes e que o pensamento ilustrado da crítica florestal estava se consolidando à época (PÁDUA, 2005).

Outro critério aparentemente utilizado para avaliar as madeiras era a sua resistência. Em uma carta sobre viagens feitas à capitania da Paraíba à procura de melhores madeiras para a construção naval, em 1797, o autor relata:

“O melhor tempo para cortarem as madeiras para o Real Arsenal é o verão, nos meses de Agosto a Janeiro e Fevereiro, conforme a estação do tempo. Nunca será conveniente abrir os cortes no final de Fevereiro, *porque as fibras das grandes árvores se acham fracas nessa época.*” (BNRJ - I-29,19,065 - Manuscritos - Grifo nosso).

A questão da resistência das madeiras, ou falta dela, é reportada ainda como um fator chave na construção naval:

"(...) porque se não tem achado nestes destritos aonde se tem procurado nem hum só pao que seja maciço, todos são ocos no seu âmago e por esta causa os reputa inúteis e incapazes, o mestre Antônio da (...) tem vindo a Ribeira entendendo-se que poderiam servir, porém examindo-lhes se acham todos com a mesma mácula a que eu presencio." (AHU_ACL_CU_017, Cx. 71\Doc. 6539).

Esse mesmo documento relata ainda que a grande dificuldade em obter madeiras para os talhões de quilha se devia ao fato de “que as árvores da região não tinham a *resistência* necessária, o que atrasava a feitura da referida nau” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 71\Doc. 6539 - Grifo nosso).

A discussão sobre a melhor época para a realização dos cortes das madeiras é abordada por outros dois documentos (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004; BNRJ - II-33,34,18 - Manuscritos), tendo sido inclusive retratada como “extremamente necessária” (BNRJ - II-33,34,18 - Manuscritos). Há também a indicação da necessidade de conhecimento da “física das árvores” por parte do juiz conservador, para o corte não ser realizado “em tempo incompetente ou em ocasião que o pau estivesse em ruínas” (BNRJ - II-33,34,18 - Manuscritos).

No decorrer da análise dos documentos consultados foi possível perceber que diversos profissionais foram citados com algum tipo de relação com a avaliação das madeiras, seja para estabelecer seu valor comercial, identificar a melhor madeira a ser empregada em determinada construção ou então identificar as madeiras encomendadas nas matas. Conforme já citado anteriormente, o carpinteiro foi um profissional indicado como referência na determinação do valor comercial das madeiras (AHU_ACL_CU_017, Cx. 85\Doc. 7543 (1)), bem como o tanoeiro foi apontado como o ator que possuía os conhecimentos acerca da aplicabilidade das madeiras nas diferentes construções (AHU_ACL_CU_015, Cx. 131\Doc. 9896 (1)), o juiz conservador foi apontado também como um sujeito que deveria ter algum conhecimento sobre as propriedades das madeiras (BNRJ - II-33,34,18 - Manuscritos).

O papel do provedor da Casa da Índia também pode ser considerado como de avaliador uma vez que este determina o destino do pau-brasil com base em sua qualidade (ANTT - PT/TT/ER/A-W-F/029/1873). Além disso, os mestres das ribeiras (AHU_ACL_CU_017, Cx. 71\Doc. 6539) e administradores dos cortes (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos) também foram indicados como atores que atuavam na avaliação das madeiras, seja de forma direta identificando as de melhor aplicação nas matas ou avaliando-as depois de extraídas. É possível observar, portanto, que o conhecimento acerca das madeiras brasileiras não era tão concentrado e individualizado na figura de um só profissional como se poderia

achar, uma vez que os documentos apontam ao menos seis profissionais distintos lidando diretamente com a questão.

A citação apenas de atores europeus pelos documentos históricos como detentores dos conhecimentos necessários para realizar uma avaliação das madeiras é indicado por Campos (2019) como relacionado ao conceito de *terra nullius*, bastante discutido por Balée (2008), e que se refere à visão portuguesa colonialista de que os territórios coloniais eram vazios já que os indígenas que os habitavam desde antes da chegada dos europeus não apresentavam uma relação de apropriação alienável. Dessa forma, ainda que os colonizadores tenham estabelecido uma relação inicial de cooperação com os povos originários, seus conhecimentos foram apropriados mesmo que não tenham sido reconhecidos.

Alguns dos documentos consultados demonstraram a existência de uma relação entre a atividade madeireira e a atividade agrícola, especialmente a de grandes commodities como o café e açúcar. Evidentemente deve se ter sempre em conta que por ocasião da abertura da floresta, a madeira era explorada uma única vez, ao passo que o café ou a cana-de-açúcar perduravam por muitos anos. Entretanto, essa relação parecia ser um tanto contraditória, uma vez que a agricultura podia tanto auxiliar o desenvolvimento da indústria madeireira ao fomentar sua atividade para a limpeza do terreno ou prejudicar ao utilizar a queima das madeiras como técnica de limpeza e fertilização do solo (DEAN, 1996; MILLER, 2000; CABRAL & CESCO, 2007; OLIVEIRA & SOLÓRZANO, 2014). Um ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus de 1799 exalta os pontos positivos da relação entre essas duas atividades e relata que “em Cairú, foi de muita conveniência a exportação de café, os cortes de madeira, porém deram uma summa vantagem à sua agricultura” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)). O autor indica ainda que uma das vantagens da realização de ambas as atividades em uma mesma área era o emprego de escravos nos cortes das madeiras e bois nos arrastos das madeiras, o que possivelmente tornava mais barata a execução de ambas as atividades, e também que o lucro gerado pela atividade madeireira possibilitava a melhora das condições de realização das atividades agrícolas.

Nesse sentido, Dias (2007) afirma que grande parte dos grandes proprietários de terras da Comarca de Ilhéus durante o período colonial eram

militares e relacionavam a agricultura (lavoura comercial) à extração de madeira. É interessante destacar que o referido autor aponta para a propriedade de grandes terras com potencial agrícola como não sendo o principal fator de acumulação de renda e riqueza da elite formada, e assinala ainda que a administração de cortes reais em matas virgens das propriedades, juntamente com a exploração máxima de forças de trabalho (especialmente o escravo), foi o que possibilitou a acumulação de renda.

Por outro lado, um ofício enviado a Francisco de Sousa Coutinho em 1797 retrata um pouco dos conflitos existentes entre essas duas atividades ao informar que “é muito comum a falta de vazos para a condução dos gêneros [agrícolas] de Alagoas a Pernambuco, por estes estarem sempre ocupados no transporte das madeiras Reais” (BNRJ - 07,04,15 - Manuscritos). Além disso, a queima indistinta de madeiras para a abertura de pastos e plantações também é indicada:

"(...) quanto é prejudicial o desprezo em que se acha na América, queimando-se indistintamente todas as [madeiras], que não proibidas pelas ordens de Sua Magestade, ou por muitos triviais, conhecidas e estimadas, quando não são ainda essas mesmas compreendidas na generalidade dos matos, *que se queimam sem alguma consideração para pastos, ou novas plantações.*” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004 - Grifo nosso).

Os documentos históricos não deixam claro se havia algum agente responsável pela determinação das matas que poderiam ser queimadas ou das matas em que deveria ser realizado um corte seletivo antes de ser utilizada para fins agrícolas, mas um ofício de 1799 do Ouvidor da Comarca de Ilhéus indica que:

“Ainda que S.M. reservou nas doações de sesmarias os paus de construção, os particulares se apoderavam delles, cortando-os para o comércio, deixando desperdiçadas nas mattas muitas peças de consideração, objecto este tão importante que mereceu as mais sérias atenções do governo da França, quando esteve no zenith de sua glória, mandando as ordenanças de Setembro de 1376 que se arrecadassem os direitos para o Rei dos paos cortados para navios.” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)).

Desse modo, é possível que a Coroa tenha tentado organizar uma estrutura em que as madeiras consideradas mais valiosas fossem selecionadas e empregadas para o comércio ou a construção de naval antes de uma região ser utilizada para a plantação de gêneros agrícolas, mas na realidade essa decisão acabava por depender dos proprietários das terras, tenham sido elas doadas como sesmarias ou não. Além disso, a memória sobre os cortes das madeiras na Capitania do Rio de Janeiro (BNRJ - I-11,1,19 - Manuscritos), do ano de 1800, indica que mesmo quando os oficiais dos cortes, falquejadores e serradores, os quais faziam parte do aparato real de operação da atividade madeireira, chegavam aos locais de corte tratavam tudo como “território alheio”, gerando grande destruição.

Miller (2000) argumenta que a determinação portuguesa de monopólio das madeiras foi justamente o fator que potencializou e aumentou ainda mais a grande destruição das matas brasileiras, uma vez que o próprio estado tornou os territórios administrados por particulares em “território alheio” ao proibir a comercialização de madeiras no setor privado. Assim, é possível que a queima indistinta ou desperdício das madeiras tenha ocorrido de forma intencional, e não por uma falta de conhecimento sobre o valor das madeiras da Mata Atlântica, uma vez que os reais administradores das terras não poderiam obter lucro com a comercialização da madeira. Ainda nesse sentido, a memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, de 1803, indica que a exploração madeireira configurava uma atividade bastante onerosa para os atores que a empreendiam, de forma que:

"Os fretes destas cargas eram pagos pelas próprias partes, em consequência dos tratos feitos com os mestres e donos das embarcações que as transportava, sem que a Real Fazenda nisso interferisse. (...) Nomeados os administrados nada recebiam de ajuda de custos, se contentavam pelos elogios e distinções feitos e também porque podiam vender algumas madeiras e taboados que fabricavam com os seus escravos." (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos).

É interessante ressaltar também o incentivo que a atividade agrícola recebeu do aparato colonial, com uma maior preocupação com a produção e sistematização dos conhecimentos agrários, tendo sido inclusive produzidos e divulgados manuais agrícolas no fim do período colonial (LUNA, 2009; AZEVEDO, 2018). Assim, enquanto a atividade agrícola era incentivada pela Coroa e ainda podia ser realizada

com uma grande e certa geração de lucro para os “particulares”, a atividade madeireira, mesmo que incentivada, tinha o ônus de ser monopolizada pela Coroa portuguesa, que socializava apenas as despesas e mantinha os lucros do comércio para si (DEAN, 1996). Dessa forma, uma relação de desigualdade se estabeleceu na realização dessas atividades, sendo a atividade madeireira prejudicada pelo crescimento da atividade agrícola, especialmente a atividade açucareira, que dependia não apenas de grandes áreas de floresta para a plantação de cana-de-açúcar, mas também da utilização de lenha para a manutenção das caldeiras (DEAN, 1996; MILLER, 2000; ENGEMANN *et al.*, 2005). Essa relação conflituosa era especialmente acentuada quando se tinha o interesse de desenvolver ambas as atividades em um mesmo local, como foi o caso em Pernambuco e Bahia, onde em 1612 o sargento-mor Diogo de Campos Moreno atuou de forma a desestimular a realização da atividade madeireira pois já havia mais de 50 engenhos de açúcar em funcionamento na capitania (DIAS, 2016).

5. Considerações Finais

As madeiras nativas da Mata Atlântica brasileira são consideradas de excelente qualidade até os dias atuais e são conhecidas por sua propriedade de aplicação múltipla em obras e construções. Reconhecendo a importância da madeira para as sociedades pré-industriais e as necessidades desencadeadas pela expansão marítima portuguesa, o presente trabalho buscou se debruçar sobre o tema da exploração madeireira empreendida durante o período colonial brasileiro no território correspondente à Mata Atlântica através de informações extraídas de documentos históricos do período, com base no entendimento de que eventos pretéritos gerados da interação das sociedades com a natureza contribuem para a transformação das paisagens.

Muitas informações foram obtidas a partir do levantamento histórico-documental, as quais permitiram a construção de uma imagem narrativa sobre as florestas da Mata Atlântica e as atividades que nela foram empreendidas. A lista de relações entre os nomes populares encontrados e as possíveis espécies nativas da Mata Atlântica relacionadas a estes, produzida pelo presente estudo, tem a intenção de lançar luz sobre a etnobotânica do período colonial e facilitar estudos futuros sobre o tema. A grande quantidade de nomes populares encontrados nos documentos, bem como a grande quantidade de espécies possivelmente relacionadas a estes, destaca a diversidade biológica das espécies nativas. Além disso, a indicação de usos múltiplos ou indefinidos para a maior parte das madeiras reforça não somente sua grande qualidade para diferentes empregos como também a forma como o uso das madeiras era completamente difundido no cotidiano colonial.

Apesar de o número de espécies ameaçadas de extinção não ser comparativamente muito alto, as madeiras mais citadas pelos documentos como exploradas foram não somente relacionadas a pelo menos uma possível espécie que está atualmente ameaçada de extinção como também foram indicadas por documentos como pertencentes a alguma legislação ‘conservacionista’ do período colonial, destacando sua escassez já no passado. Da mesma forma, ainda que as

quantidades reportadas nos documentos históricos de madeiras extraídas e exportadas no período não seja tão alto quanto esperado, levando em consideração o volume atual de reserva madeireira do bioma, os resultados obtidos lançam luz sobre a forma como o registro a atividade era tratada no período, com grande confusão e talvez até negligência, o que pode indicar uma subestimação dos valores encontrados.

A relação encontrada entre os locais de exploração indicados nos documentos para as madeiras e a distribuição biogeográfica das espécies relacionadas a estas pode significar uma aproximação entre os nomes populares encontrados e as espécies às quais estes foram relacionados. Além disso, foi observado também que características biogeográficas das espécies podem ter determinado padrões espaciais de exploração. Da mesma forma, foi verificada uma possível relação dos períodos de exploração registrada mais acentuada das madeiras com a ocorrência de eventos históricos como o terremoto de Lisboa de 1755, a mudança da Corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas em 1810, demonstrando mais uma vez a relação utilitarista e de estoque desenvolvida pela sociedade colonial com as florestas da Mata Atlântica.

Os registros encontrados sobre o conhecimento dos colonizadores acerca das madeiras nativas eram bastante confusos e até contraditórios, ao passo em que se valia tanto da apropriação do conhecimento indígena quanto da importação de especialistas (carpinteiros e tanoeiros) da Metrópole portuguesa, e a intenção de formalizá-lo parece ter aparecido apenas no final do período colonial. Ainda nesse sentido, a mão-de-obra empregada na realização das atividades madeireiras pareceu ser bastante diversa e, ainda que estudos mais aprofundados sobre o tema sejam necessários, pareceu haver uma diferenciação de aplicação de setores da sociedade na exploração realizada pelo aparato oficial da Coroa, por particulares (geralmente senhores de terras) e por pequenos produtores rurais. Nesse mesmo sentido, ainda que não tenha sido o principal objetivo do presente estudo, os mapas dos diferentes períodos encontrados auxiliaram a compreensão dos locais indicados nos documentos e possibilitaram uma análise da relação dos locais de extração com a biogeografia das espécies.

O entendimento da exploração madeireira da Mata Atlântica no período colonial e suas consequências para a transformação do bioma não é uma tarefa fácil, e para tal é necessário se valer de metodologias e conhecimentos de diversas áreas da ciência. Um assunto tão complexo e ainda pouco explorado tanto pela historiografia quanto pelas ciências ambientais necessita de mais atenção de pesquisadores para que seja possível chegar a uma narrativa mais próxima possível da realidade ocorrida no período. Entender o padrão exploratório do período colonial, que inaugurou um novo tipo de relação com a Mata Atlântica, pode ajudar a entender e talvez até elaborar estratégias de contenção para a exploração que vem ocorrendo com maior intensidade em outros biomas ainda não tão devastados quanto a Mata Atlântica.

6. Referências

- ALBUQUERQUE, U. P.; CRUZ DA CUNHA, L. V. F. & DE LUCENA, R. F. P. & ALVES, R. R. N. **Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. New York: Springer Protocols Handbooks. 2014.
- AMANTINO, M. & CARDOSO, V. M. **A fazenda jesuítica da Papucaia, Rio de Janeiro, século XVIII**. Antiguos jesuitas en Iberoamérica, v.1, n.1, p. 44-66. 2013.
- AMANTINO, M. **O sequestro da fragata da Companhia de Jesus, Rio de Janeiro, 1759**. História Unisinos, v. 22, n. 3, p. 360-369. 2018.
- AZEVEDO, D. **O fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2018.
- BALÉE, W. **The research program of Historical Ecology**. Annual Review of Anthropology, v.35, p.75-98. 2006.
- BALÉE, W. **Sobre a indigeneidade das paisagens**. Revista de Arqueologia, v.21, n.2, p.9-23. 2008.
- BESSE, J. **As cinco portas da paisagem - ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas**. In: Jean-Marc Besse. O gosto do mundo: exercícios da paisagem. Rio de Janeiro: Ed UERJ. 2014.
- BONATO, T. **A concepção de ciência iluminista nos relatos de viagem pelo sertão da América portuguesa**. Visioni LatinoAmericane, n. 11, p.111-121, 2014.
- BOTH DA SILVA, M. A. **Caboclos**. História Unisinos, v. 18, n. 2, p. 338-351, 2014.
- BRANCO, M. F. C. **‘Para a maior glória de Deus e serviço do Reino’: as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2010.
- CABRAL, D. C. **Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII: evidências empíricas para a região do Vale do Macacu**. Ambiente & Sociedade, v.7, n.2, p.125-144. 2004.
- CABRAL, D. C. **'Pau-para-toda-obra': Paisagem florestal e usos da madeira na Bacia do Rio Macacu, Rio de Janeiro, final do século XVIII**. Anais do III Encontro da ANPPAS, Brasília-DF. 2006.

CABRAL, D. C. **Entre o machado e o tição: agricultura tropical extensiva e exploração madeireira no Rio de Janeiro colonial tardio.** Revista História & Perspectiva, v.1, n.3637. 2007.

CABRAL, D. C. & CESCO, S. **Árvores do rei, floresta do povo: A instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial.** Luso-Brazilian Review, v.44, n.2, p.50-86. 2007.

CABRAL, D. C. **O 'Bosque de madeiras' e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil Colonial (séculos XVIII e XIX).** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

CABRAL, D. C. & BUSTAMANTE, A. G. **Metamorfoses Florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica.** 1ª Edição - Curitiba: Editora Prismas. 2016.

CAMPOS, R. L. **Populações humanas na Mata Atlântica: a longa duração de manejos e cultivos agroflorestais na região do Alto Ribeira-SP.** Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. 2019.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies arbóreas brasileiras.** Volume 1- Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo: Embrapa Florestas. 2003.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras.** Volume 2- Brasília: Embrapa informação e Tecnologia; Colombo, PR: Embrapa Floresta. 2006.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras.** Volume 3- Brasília: Embrapa informação e Tecnologia; Colombo, PR: Embrapa Floresta. 2008.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras.** Volume 4- Brasília: Embrapa informação e Tecnologia; Colombo, PR: Embrapa Floresta. 2010.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras.** Volume 4- Brasília: Embrapa informação e Tecnologia; Colombo, PR: Embrapa Floresta. 2014.

COLOMBO, P. R. **Peroba-rosa - Aspidosperma polyneuron.** Circular técnica 96, Embrapa, 1ª Edição. 2004.

CONSENTINO, F. C. **Enobrecimento, trajetórias sociais e remuneração de serviços no império português: a carreira de Gaspar de Sousa, governador geral do Estado do Brasil.** Tempo, v. 13, n. 26. 2009.

CORRÊA, D. S. **História ambiental e a paisagem.** Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña, v.2, n.1, p.47-69. 2012.

CORRÊA, M. P. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, v.6. 1941.

CRUMLEY, C. **Historical Ecology: Cultural knowledge and changing landscapes**. Santa Fe, New Mexico: University of Washington Press. 1993.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996

DESCOLA, P. **Beyond nature and culture**. Chicago: The University of Chicago Press. 2013.

DIAS, M. H. **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 2007.

DIAS, M. H. **A floresta mercantil: Exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII**. Revista Brasileira de História, v.30, n.59, p. 193-214. 2010.

DIAS, M. H. **O pau-brasil na Bahia colonial: zonas de ocorrência, condições de exploração e impactos ambientais**. In: Diogo de Carvalho Cabral & Ana Goulart Bustamante (Org.). *Metamorfoses Florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. 1ª Edição - Curitiba: Editora Prismas. 2016.

DIAS, T. A. **O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII**. Revista de História, n.177, 2018.

DRUMMOND, J. A. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.177-197. 1991.

ENGEMANN, C.; CHAGAS, J.; SANTOS, R. S.; BORGES, A. C.; OLIVEIRA, R. R. **Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do Engenho do Camorim, RJ**. In: Rogério Ribeiro de Oliveira. (Org.). *As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, p. 119-142. 2005.

ESTEVAM, D. **A Quina (Cinchona) e o Império Português: explorações, transferências e aclimações em uma perspectiva de imperialismo ecológico no século XIX**. Cantareira, 35ª ed., Dossiê Construindo impérios na época moderna: negócios, política, família e relações globais (séculos XVII e XVIII), 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante. 2004.

FLORA E FUNGA DO BRASIL. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

FONSECA, C. N.; LISBOA, P. L. B.; URBINATI, C. V. **A Xiloteca (Coleção Walter A. Egler) do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Naturais, Belém, v. 1, n. 1, p. 65-140, 2005.

FRANCO, J. L. A. **História Ambiental no Brasil e os seus clássicos**. Sociedade e Estado, v.18, p.1-2. 2003.

GAGNON, E.; LEWIS, G. P.; LIMA, H. C. **Paubrasilia in Flora do Brasil 2020**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB602728>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HUTTER, L. M. **A madeira do Brasil na construção e reparo de embarcações**. Rev. Inst. Est. Bras., v. 26. 1986.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). **The IUCN Red List of Threatened Species**. Version 2022-2. 2023. Disponível em: <<https://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

KROPF, M.; OLIVEIRA, R.; LAZOS-RUIZ, A. **Sujeitos ocultos na paisagem: desvelando a cultura material e o trabalho humano**. Estudios Rurales, v.10, n.19. 2020.

LAPA, J. R. A. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1968.

LATOURET, B. **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory**. Oxford New York: Oxford University Press. 2005.

LOHMANN, L. G. **Paratecoma in Flora do Brasil 2020**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://floradobrasil2020.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB114203>. Acesso em: 14 fev. 2023

LUNA, F. J. **Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas**. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, v. 16, n. 1. 2009.

MACIEL, L. S. B. & NETO, A. S. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. Educação e Pesquisa, v. 32, n. 3. 2006.

- MAIOLI, V. **Uso de madeiras da Mata Atlântica em construções históricas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.
- MAIOLI, V.; BELHARTE, S.; KROPF, M. S. & CALLADO, C. H. **Timber Exploitation in Colonial Brazil: A Historical Perspective of the Atlantic Forest**. *História Ambiental, Latinoamericana y Caribena*, v.10, n.2, p.46-73. 2020.
- MARCO, D. P.; DE SOUZA, R. A.; ANDRADE, A. F. A.; VILLÉN-PÉREZ, S.; NÓBREGA, C. C.; CAMPELLO, L. M. & CALDAS, M. **The value of private properties for the conservation of biodiversity in the Brazilian Cerrado**. *Science*, v.380, n.6642, p.298-301. 2023.
- MARTINEZ, P. H. **O sentido da devastação: para uma História Ambiental no Brasil**. *Revista Esboços*, v.12, n.13, p.72-83. 2005.
- MARTINS, R. V. & FILGUEIRAS, C. A. L. **A Invasão Francesa ao Rio de Janeiro em1711 sob a análise da Cartografia Histórica**. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Paraty - Rio de Janeiro*. 2011.
- MARQUES, J.M.S.DA. **Descobrimentos Portugueses**. Lisboa,v. 1, p. 7. 1944.
- MEIRELLES, J. G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: EdUFABC. 2015.
- MENDES, M. M. S. & LOUZADA, K. L. B. **Memória, Economia e Sociedade: um estudo sobre o extrativismo florestal na Comarca de Ilhéus (Bahia, Brasil) no Século XVIII**. *Rev. Hist. UEG - Porangatu*, v. 7, n. 1, p. 339-351. 2018.
- METZGER, J. P. **Conservation issues in the Brazilian Atlantic forest**. *Biological Conservation*, v.142, n.6, p.1138-1140. 2009.
- MILLER, S. W. **Fruitless tree: portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford University Press: Standfort California. 325p. 2000.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Lista Oficial das espécies da flora Brasileira ameaçadas de extinção**. Instrução Normativa No. 6. Diário Oficial da União, 185, Seção I, p.75-82. 2008.
- MORTON, F. W. O. **The Royal Timber in Late Colonial Bahia**. *Hispanic American Historical Review*, v. 58, n. 1. 1978.
- MURALT, M. V. **A árvore que se tornou país**. *Revista USP*, n. 71, p. 171-198. 2006.
- MYERS, N.; MITTERMEIER, R.; MITTEERNEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B. & KENT, J. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. *Nature*, v.403, n.7326, p.895. 2000.

OLIVEIRA, M. A. **As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica.** *Varia História*, v. 28, n. 48, p.755-780. 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Um estudo documental sobre madeiras da Bahia usadas, no passado, em Portugal e no Brasil.** In: 3º Encore – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios (Lisbon), p. 439-48. 2003.

OLIVEIRA, R. R. **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica.** São Paulo: Edições Loyola. 2005.

OLIVEIRA, R. R. **Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental.** *Ambiente & Sociedade*, v.10, n.2, p.11-23. 2007.

OLIVEIRA, R. R. **O futuro nas marcas do passado.** In: Rogério Oliveira (Org.). *As marcas do homem na floresta: História ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. 2010.

OLIVEIRA, R. R. **Os cenários da paisagem.** In: Rogério de Oliveira (Org.). *As marcas do homem na floresta: História ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. 2010.

OLIVEIRA, R. R. & MONTEZUMA, R. C. M. **História Ambiental e Ecologia da Paisagem.** *Mercator*, v.9, n.19, p.117-128. 2010.

OLIVEIRA, R. R. & ENGEMANN, C. **História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro.** *Revista Esboços*, v.18, n.25, p.9-31. 2011.

OLIVEIRA, R. R.; FRAGA, J.S. **Integrando processos sociais e ecológicos: o metabolismo social de três sistemas produtivos históricos do Estado do Rio de Janeiro.** In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História.* São Paulo: ANPUH-SP. 2011.

OLIVEIRA, R. R. & SOLÓRZANO, A. **Três hipóteses ligadas à dimensão humana da biodiversidade da Mata Atlântica.** *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 3, n. 2, p. 80- 95. 2014.

OLIVEIRA, R. R. **"Fruto da terra e do trabalho humano": Paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro.** *Revista de História Regional*, v.20, n.2, p. 277-299. 2015.

OLIVEIRA, R. R.; PATZLAFF, R. G. & SCHEEL-YBERT, R. **A floresta como esconderijo: Arqueologia da paisagem na Mata Atlântica do Rio de Janeiro.** *Revista Mosaico*, v.13, n.2, p.61-82. 2020.

OLIVEIRA, R. R. **¿Cómo la historia puede ser revelada a partir de la observación de paisajes socioecológicos?**. Estudios Rurales, v. 11, p. 1. 2021.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

PÁDUA, J.A. **A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais**. Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências, Curitiba: Fundação O Boticário, p.12-19. 2004.

PÁDUA, J. A. **Pensamento ilustrado e crítica da destruição florestal no Brasil colonial**. Nómadas, n. 22, p.152-163. 2005.

PÁDUA, J. A. **As Bases Teóricas da História Ambiental**. Estudos Avançados, v.24, n.68, p.81-101. 2010.

PÁDUA, J. A. & CARVALHO, A. I. **A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v.27, n.4, p.1311-1340. 2020.

PASCHOAL, E. M.; VIEIRA, A. D.; OTONI, T. J. O.; GRIPP, A. M.; FREIRE, J. P.; ALVES, P. L.; GONZAGA, A. P. D. & MACHADO, E. L. M. **Diferentes Distúrbios Antrópicos na Paisagem podem influenciar Padrões Florísticos e Estruturais da Mata Atlântica?** Revista Brasileira de Geografia Física, v. 14, n. 4. 2021.

PAULA, J. E. de; ALVES, J. L. H. **Madeiras Nativas-anatomia, dendrologia, dendrometria, produção e uso**. Fundação Mokiti Okada. Brasília-DF. 543p. 1997.

PEREIRA, E. M. **Rachel Carson, ciência e coragem: Primavera silenciosa, primeiro alerta mundial contra agrotóxicos, faz 50 anos**. Ciência Hoje, v.50, n.296, p.72-73. 2012.

PEREIRA, R. O. **Botânica e gestão florestal na Bahia atlântica de fins do século XVIII**. In: Diogo de Carvalho Cabral & Ana Goulart Bustamante (Org.). Metamorfoses Florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. 1ª Edição - Curitiba: Editora Prismas. 2016.

PLANTS OF THE WORLD ONLINE. **Facilitated by the Royal Botanic Gardens, Kew**. Disponível em: < <http://www.plantsoftheworldonline.org/>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

POLHILL, R. M., RAVEN, P. H. & STIRTON, C. H. **Evolution and systematics of the Leguminosae**. In: POLHILL; RAVEN (Eds.). Advances in legume systematic. Royal Botanic Gardens, Kew. 1981.

RALIN, R. & PORTO, C. M. **O nascimento (morte) da ciência no Brasil: Os primeiros séculos**. Ciências Humanas e Sociais, v. 6, n. 2, p. 189-200. 2020.

RIBEIRO, C. M.; METZGER, J. P.; MARTENSEN, A. C.; PONZONI, F. J. & HIROTA, M. M. **The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation.** *Biological Conservation*, v.142, n.6, p.1141–1153. 2009.

RIBEIRO, R. M. **A Alfândega do Rio de Janeiro no período pombalino (1750-1777).** Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2012.

RUA, J.; OLIVEIRA, R. R. & FERREIRA, A. **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia.** *In: João Rua (org.). Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. 2007.

RUÍZ, A.; OLIVEIRA, R. R. & SOLÓRZANO, A. **Buscando la Historia en los Bosques: el papel de los macrovestigios y de la vegetación en la Mata Atlántica.** *Fronteiras*, v.6, n.1. 2017.

SAUER, C. O. **The morphology of landscape.** University of California: *Publications in Geography*, v.2, n.2, p.19-54. 1925.

SCARANO, F. R.; CEOTTO, P. **Brazilian Atlantic forest: impact, vulnerability, and adaptation to climate change.** *Biodiversity and Conservation*, v.24, n.9, p.2319–2331. 2015.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Inventário Florestal Nacional: Rio de Janeiro: principais resultados.** Serviço Florestal Brasileiro – Brasília, DF: MMA. 2018.

SILVA, A. G. & COSTA, L. G. **Germinação, morfologia de frutos, sementes e plântulas de jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra* (Vell.) Fr. All. ex. Benth.).** *Enciclopédia Biosfera*, v.10, n.18, p.1871. 2014.

SILVA, L. B.; FERREIRA, A. M.; ARAÚJO, S. S. & LOURENÇO, M. C. **Transporte de madeiras brasileiras para Portugal nos séculos XVIII e XIX.** *Brazilian Journal of Development*, v.6, n.7, p. 53728-53745. 2020.

SILVA, M. S.; SILVA, L. B.; SANTOS, N. C.; CARVALHO, E. R.; SILVA, C. R. A.; SILVA, C. C. S. & LEITE, K. R. B. **Madeiras da Bahia: anatomia do lenho de espécies nativas da Mata Atlântica.** Salvador: EdUFBA. 2022.

SILVA FILHO, W. B. **A trajetória da ipecacuanha na Europa: os usos de uma raiz colonial contra a disenteria na época Moderna.** *Diálogos*, Maringá-PR, Brasil, v. 25, n. 2, p. 21-43, 2021.

SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R. R. & GUEDES-BRUNI, R. R. **Geografia, história e ecologia: Criando pontes para a interpretação da paisagem.** Ambiente e Sociedade, v.12, n.1, p.49-66. 2009.

SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R. R. & GUEDES-BRUNI, R. R. **História ambiental e estrutura de uma floresta urbana.** In: Rogério de Oliveira (Org.). As marcas do homem na floresta: História ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. 2010.

SOUZA, B. J. **Ciclo do carro de bois no Brasil.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 2003.

SOUZA, G. R. **Depois que o café acabou: Biogeografia e História Ambiental de remanescentes florestais do Vale do Rio Paraíba do Sul (RJ e SP).** Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente. 2021.

STEHMANN, J. R.; FORZZA, R. C.; SALINO, S.; SOBRAL, M.; PINHEIRO, D.; KAMINO, L. H. (Ed.). **Plantas da Floresta Atlântica.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2009.

THE ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP. **An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV.** Bot. J. Linn. Soc., v.181, p.1-20. 2016.

TOMAZ, L. D. **A Mata Atlântica no estado do Espírito Santo, Brasil: de Vasco Fernandes Coutinho ao século 21.** Bol. Mus. Biol. Mello Leitão (N. Sér.), n. 27, p. 5-20. 2010.

TORRES, C. **Inventário histórico da Mata Atlântica: as madeiras do Rio Colonial.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2020.

TORRES, C. & MAIOLI, V. **Do sertão à metrópole: os caminhos da madeira carioca no Período Colonial.** Anais do XIV ENANPEGE, Campina Grande: Realize Editora. 2021.

WORSTER, D. **Para fazer História Ambiental.** Estudos Históricos, v.4, n.8, p.198-215. 1991.

7. ANEXOS

Tabela 4. Resumo geral dos documentos analisados.

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
CAM.05,004 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1500 - 1600)	Argentine [Estrasburgo, França] : Joannis Scotti, 1513. Claudii Ptolemei viri Alexandrini... Geographie opus novissima traductione e grecorum archetypis castigatissime pressum ceteris ante lucubrationum multo prestantius [Cartográfico]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Claudii Ptolemei viri Alexandrini... Geographie opus novissima traductione e grecorum archetypis castigatissime pressum ceteris ante lucubrationum multo prestantius [Cartográfico]	1513	Estrasburgo, França	-
PT/TT/CC/1/00 70/15	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	pau brasil	ANTT. MANDADO PARA QUE NA CASA DA ÍNDIA SE FAZER PAGAMENTO A GONÇALO DIAS DE JAEM DE 59 QUINTAIS E 15 ARROBAS DE PAU-BRAZIL, QUE IMPORTAVAM 38.428 RÉIS, PAGA A OBRA PIA POR NELE OS TRESPASSAR FRANCISCO DE FIGUEIREDO, PELA CERTIDÃO E INSTRUMENTO DE TRESPASSAÇÃO AQUI JUNTOS, DE CUJA QUANTIA PASSOU CONHECIMENTO DE RECIBO DE GONÇALO DIAS.	MANDADO PARA QUE NA CASA DA ÍNDIA SE FAZER PAGAMENTO A GONÇALO DIAS DE JAEM DE 59 QUINTAIS E 15 ARROBAS DE PAU-BRAZIL, QUE IMPORTAVAM 38.428 RÉIS, PAGA A OBRA PIA POR NELE OS TRESPASSAR FRANCISCO DE FIGUEIREDO, PELA CERTIDÃO E INSTRUMENTO DE TRESPASSAÇÃO AQUI JUNTOS, DE CUJA QUANTIA PASSOU CONHECIMENTO DE RECIBO DE GONÇALO DIAS.	1541	Lisboa	-
ARC.034,06,02 1 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1500 - 1600)	Ortelius, Abraham, 1527-1598. Americae sive novi orbis, nova descriptio [Cartográfico] : frente . Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Americae sive novi orbis, nova descriptio [Cartográfico]: frente	1595	Amsterdã [Países Baixos]	-
ARC.016,08,02 6 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1500 - 1600)	Langren, Arnold Florent van, 1580-1644. Delineatio omnium orarum totius Australis partis Americae, dictae Peruvianae... [Cartográfico] = Afbeeldinghe van alle de Zee-custen des gheheelen... Amsterdam [Países Baixos] : Coenelis Claesz?, 1595?. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Delineatio omnium orarum totius Australis partis Americae, dictae Peruvianae... [Cartográfico] = Afbeeldinghe van alle de Zee-custen des gheheelen...	1595	Amsterdã [Países Baixos]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
ARC.004,03,013 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1500 - 1600)	Bussemacher, Johann, fl.1580-1613. Peruuia id est Noui Orbis pars Meridionalis à prostantissima eius in Occidentem regione sic appellata [Cartográfico] . Coloniae [Colônia, Alemanha] : Execudit Johan Bussenecher, 1598. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Peruuia id est Noui Orbis pars Meridionalis à prostantissima eius in Occidentem regione sic appellata [Cartográfico]	1598	Coloniae [Colônia, Alemanha]	-
ARC.015,09,036 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Bertius, Petrus, 1565-1629. Brasilia [Cartográfico]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Brasilia [Cartográfico]	1616	-	-
AHU_ACL_CU_015, Cx. 2\Doc. 110	AHU	madeira	1625, Agosto, 6 [Lisboa]. Ofício do Sebastião Pestrelo ao [ex-governador geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa], sobre a conveniência de se encarregar os jesuítas de administrarem o corte, transporte e guarda do pau-brasil antes do embarque nos navios, visando uma melhor conservação da madeira e evitando seu descaminho.	Ofício do Sebastião Pestrelo ao [ex-governador geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa], sobre a conveniência de se encarregar os jesuítas de administrarem o corte, transporte e guarda do pau-brasil antes do embarque nos navios, visando uma melhor conservação da madeira e evitando seu descaminho.	1625	Pernambuco	Pernambuco
ARC.009,11,044 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Speed, John, 1552?-1629. America with those know parts in that unknowne worlde both people and manner of buildings [Cartográfico]. Londres [Inglaterra] : G. Humble, 1626. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	America with those know parts in that unknowne worlde both people and manner of buildings [Cartográfico]	1626	Londres [Inglaterra]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
ARC.029,01,00 9 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)		Hanc tabulam continents laetam Pharnambuci [Cartográfico] : victoriam amplissimis prudentissimis confunetisimi dominis D. Societatis indiae occidentalis curatoribus, nec non Fortissimo Victoriofilissimoq domino D. Henrico C. Lonq / N. Visscher. / Este mapa contém o feliz Pharnambuci [Cartográfico]: a vitória dos senhores mais prudentes e confederados da Companhia das Índias Ocidentais, e também do mais poderoso senhor Victoriofilissimoq, Henry C. Lonq / N. Visscher.	1630	Amsterdam [Países Baixos]	-
ARC.029,01,00 9 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Visscher, Nicolaes, 1618-1679. Hanc tabulam continents laetam Pharnambuci [Cartográfico] : victoriam amplissimis prudentissimis confunetisimi dominis D. Societatis indiae occidentalis curatoribus, nec non Fortissimo Victoriofilissimoq domino D. Henrico C. Lonq / N. Visscher. Amsterdam [Países Baixos] : Nicolaus Ioannis Pifcator, 1630. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Hanc tabulam continents laetam Pharnambuci [Cartográfico] : victoriam amplissimis prudentissimis confunetisimi dominis D. Societatis indiae occidentalis curatoribus, nec non Fortissimo Victoriofilissimoq domino D. Henrico C. Lonq / N. Visscher. / Este mapa contém o feliz Pharnambuci [Cartográfico]: a vitória dos senhores mais prudentes e confederados da Companhia das Índias Ocidentais, e também do mais poderoso senhor Victoriofilissimoq, Henry C. Lonq / N. Visscher.	1630	Amsterdam [Países Baixos]	-
ARC.008,02,03 4 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Hondius, Willem. Accuratissima Brasiliae tabula [Cartográfico],1635. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Accuratissima Brasiliae tabula [Cartográfico]	1635	-	-
ARC.006,08,03 2 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Danckerts, Cornelis, ca. 1603-1656. Eygentlyke afbeelinge van de cuft tunchen C. S. Augustyn onde Rio Grande in Westindien [Cartográfico]. Amsterdam [Países Baixos] : by Cornelis Dankertz, 1640.	Eygentlyke afbeelinge van de cuft tunchen C. S. Augustyn onde Rio Grande in Westindien /Eygentlyke representação do cuft tunchen C. S. Augustyn no Rio Grande em West Indian	1640	Amsterdam [Países Baixos]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017-1, Cx. 3\Doc. 518 (1)	AHU	índios madeira	Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro. 1646, Outubro, 13, Lisboa. Parecer de Salvador Corrêa de Sá, em que sustenta a conveniência de tornar a Capitania do Rio de Janeiro independente do Governador do Estado do Brasil.	Parecer de Salvador Corrêa de Sá, em que sustenta a conveniência de tornar a Capitania do Rio de Janeiro independente do Governador do Estado do Brasil.	1646	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
ARC.026,05,03 2 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Sanson, Nicolas, 1600-1667. Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus [Cartográfico]. Paris [França] : Chez Pierre Mariette, 1656. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus / Brasil cuja costa é propriedade dos portugueses e dividida em quatorze capitães o meio do país é habitado por um número muito grande de povos quase todos desconhecidos	1656	Paris [França]	-
AHU_ACL_C U_015, Cx. 7\Doc. 598 (1)	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino. Brasil, Pernambuco, 1657. Requerimento do [donatário da capitania de Itamaracá] Marquês de Cascais [D. Álvaro Pires de Castro] pedindo licença para a extração de jacarandá nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Bahia	Requerimento do [donatário da capitania de Itamaracá] Marquês de Cascais [D. Álvaro Pires de Castro] pedindo licença para a extração de jacarandá nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Bahia	1657	Pernambuco	Pernambuco e Bahia
ARC.015,11,03 7 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)		Nova totius Americae descriptis [Cartográfico] / Auct. F. de Wit.	1660	Amsterdã [Países Baixos]	-
ARC.015,11,03 7 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Wit, Frederik de. Nova totius Americae descriptis [Cartográfico] / Auct. F. de Wit. Amsterdam [Países Baixos], 1660. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Nova totius Americae descriptis [Cartográfico] / Auct. F. de Wit.	1660	Amsterdã [Países Baixos]	
ARC.003,07,00 7 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Sanson, Nicolas, 1600-1667. Amerique meridionale [Cartográfico]. Paris [França] : Chez L'Authur, 1679. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Amerique meridionale [Cartográfico]	1679	Paris [França]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
Arc.015,11,065 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Sanson, Guillaume, 1635-1703. L'America Meridionale [Cartográfico] : frente nuovamente corretta et accresciuta secondo le relatione piú moderne. Roma [Itália] : Gio Giocomo de Rose, 1687. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	L'America Meridionale [Cartográfico] : frente nuovamente corretta et accresciuta secondo le relatione piú moderne / América do Sul [Cartográfico]: frente novamente corrigida e aumentada de acordo com as relações mais modernas	1687	Roma [Itália]	-
ARC.015,11,04 4 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Coronelli, Vincenzo, 1650-1718. L'Amerique meridionale ou la Partie Meridionale des indes occidentales [Cartográfico] / P. Coronelli. Paris [França] : Chez I. B. Nolin, 1689. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	L'Amerique meridionale ou la Partie Meridionale des indes occidentales [Cartográfico] / P. Coronelli.	1689	Paris [França]	-
ARC.009,03,01 7 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Jaillot, Alexis Hubert, 1632?-1712. L'Amerique meridionale [Cartográfico] : divisée en ses principales parties / H. Haillet. Paris [França], 1694. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	L'Amerique meridionale [Cartográfico] : divisée en ses principales parties / H. Haillet.	1694	Paris [França]	-
AHU_ACL_C U_017, Cx. 6\Doc. 647 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira	1698, Junho, 8, Rio de Janeiro. CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Luís Lopes Pegado, ao rei [D. Pedro II] sobre o cumprimento da ordem para remeter madeira de tapinhã para se forrarem as embarcações da Índia.	CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Luís Lopes Pegado, ao rei [D. Pedro II] sobre o cumprimento da ordem para remeter madeira de tapinhã para se forrarem as embarcações da Índia.	1698	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AT.007,003,00 6 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	João José de Santa Teresa, Frei, 1658-ca. 1733. Istoria delle guerre del regno del Brasile [Cartográfico] : accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda. [Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas.] Roma [Itália] : Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti, 1698. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Istoria delle guerre del regno del Brasile [Cartográfico] : accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda / História das guerras do reino do Brasil [Cartográfico]: ocorridas entre a coroa de Portugal e a República da Holanda	1698	Roma [Itália]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
ARC.004,03,037 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	L'Isle, Guillaume de, 1675-1726. L'Amerique Meridionale [Cartográfico] / G. de L'Isle. Paris [França] : Chez L'Autheur sur le Quai de l'horloge a la couronne de Diamans, 1700. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	L'Amerique Meridionale [Cartográfico] / G. de L'Isle.	1700	Paris [França]	-
Arc.015,11,032 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Sanson, Nicolas, 1600-1667. Amerique Meridionale [Cartográfico] . Paris [França] : Chez H. Jaillot joignant les Grands Augustins aux deux Globes, 1709. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Amerique Meridionale [Cartográfico]	1709	Paris [França]	-
AHU_ACL_C U_017, Cx. 11\Doc. 1220	Arquivo Histórico Ultramarino	pau	1720, Julho, 27, Rio de Janeiro. CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, [no impedimento de Bartolomeu de Siqueira Cordovil], Manoel Correia Vasques, ao rei [D. João V], rementendo relação de todas as despesas feitas com a Nova Colônia do Sacramento, constando os mandimentos, munições, fardas, dinheiro e mais apetrechos que se tem remetido para lá, em cumprimento da ordem régia; indicando que anualmente prestará conta de tudo o que para lá for enviado.	CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, [no impedimento de Bartolomeu de Siqueira Cordovil], Manoel Correia Vasques, ao rei [D. João V], rementendo relação de todas as despesas feitas com a Nova Colônia do Sacramento, constando os mandimentos, munições, fardas, dinheiro e mais apetrechos que se tem remetido para lá, em cumprimento da ordem régia; indicando que anualmente prestará conta de tudo o que para lá for enviado.	1720	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_023-01, Cx. 4\Doc. 450 (1)	AHU	madeira	450. Carta do governador da praça de Santos, Antônio Gaioso Nogueirol, para (D. João V) informando que na fortaleza de Barra Grande daquela praça há 32 peças, das quais 27 estavam com os reparos quebrados, e noutra fortaleza havia 5 também descavalgadas. De acordo com o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, mandaram fazer 30 reparos, de que ficaram encarregados o provedor da Fazenda Real e um (carpinteiro), morador na ilha de Santa Catarina, donde veio a madeira, numa sumaca. Vila de Santos, 1724 Novembro 20. Com um despacho do Conselho Ultramarino.	Carta do governador da praça de Santos, Antônio Gaioso Nogueirol, para (D. João V) informando que na fortaleza de Barra Grande daquela praça há 32 peças, das quais 27 estavam com os reparos quebrados, e noutra fortaleza havia 5 também descavalgadas. De acordo com o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, mandaram fazer 30 reparos, de que ficaram encarregados o provedor da Fazenda Real e um (carpinteiro), morador na ilha de Santa Catarina, donde veio a madeira, numa sumaca.	1724	São Paulo	Santa Catarina
I-26,01,012 n°004 - Manuscritos	BNRJ	paroba OU peroba OU madeira de peroba	[CERTIDÃO passada a Manuel Fernandes Pontes pela venda de 27 pranchas de jacarandá, 9 prachas e 10 tábuas de peroba para a Casa de Fundação e Moeda]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 26 jul. 1724. 2 doc. (3 p.). Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=73448 . Acesso em: 31 jan. 2022.	CERTIDÃO passada a Manuel Fernandes Pontes pela venda de 27 pranchas de jacarandá, 9 prachas e 10 tábuas de peroba para a Casa de Fundação e Moeda	1724	Minas Gerais	Minas Gerais
AHU_ACL_C U_015, Cx. 37\Doc. 3361	AHU	madeira	Conselho Ultramarino, Brasil - Pernambuco [ant. 1728, set, 20]. Requerimento do capitão-mor da vila de Santa Cruz, Antonio da Silva Pereira, ao rei [D. João V], pedindo se passe a ordem para que seja paga a madeira que de suas terras foram tiradas para a Ribeira das Naus, por ordem do vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, Marquês de Angeja, [Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa].	Requerimento do capitão-mor da vila de Santa Cruz, Antonio da Silva Pereira, ao rei [D. João V], pedindo se passe a ordem para que seja paga a madeira que de suas terras foram tiradas para a Ribeira das Naus, por ordem do vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, Marquês de Angeja, [Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa].	1728	Pernambuco	Pernambuco

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_005, Cx. 32\Doc. 2908 (1)	AHU	índios madeira	Conselho Ultramarino, Brasil, Bahia. 1728, junho, 13. Requerimento do padre António do Vale, da Companhia de Jesus, reitor do colégio da Bahia, ao rei [D. João V] solicitando para que os índios da aldeia Mayaraú acomodem-se distante da fábrica de madeira dos religiosos.	Requerimento do padre António do Vale, da Companhia de Jesus, reitor do colégio da Bahia, ao rei [D. João V] solicitando para que os índios da aldeia Mayaraú acomodem-se distante da fábrica de madeira dos religiosos.	1728	Bahia	Bahia
i-31,29,006 [mns]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Almeida, Manuel. 1736. Requerimento	Requerimento.	1736	Não especificado	Bahia
AHU_ACL_C U_017, Cx. 28\Doc. 2970 (1)	AHU	madeira	ant. 1736, Janeiro, 3, Rio de Janeiro. REQUERIMENTO do senhorio do navio São Patrício, Antônio Marques Gomes, ao rei [D. João V], solicitando provisão para comprar 80 dúzias de tabuado de tapinhoã no Rio de Janeiro, a fim de forrar o dito navio e mais outro que está construindo na Bahia, visto os impedimentos que são postos na venda da dita madeira.	REQUERIMENTO do senhorio do navio São Patrício, Antônio Marques Gomes, ao rei [D. João V], solicitando provisão para comprar 80 dúzias de tabuado de tapinhoã no Rio de Janeiro, a fim de forrar o dito navio e mais outro que está construindo na Bahia, visto os impedimentos que são postos na venda da dita madeira.	1736	Rio de Janeiro	Pernambuco e Bahia
03,04,003 nº 064 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Porto do Rio de Janeiro	Proibição da exportação de Tapinoan pelo porto do Rio de Janeiro	Proibição da exportação de Tapinoan pelo porto do Rio de Janeiro	1738	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 31\Doc. 3266 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira	1739, Janeiro, 9, Vila Rica. CARTA do [governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], informando o cumprimento da ordem régia que proíbe a extração excessiva da madeira de tapinhoã existente no Rio de Janeiro, bem como a sua exportação sem licença régia, por ser de grande utilidade para o fabrico e conservação das naus da Armada, devendo ser aplicadas penas pecuniárias contra os infratores, pagas metade para o denunciante e metade para a Fazenda Real.	CARTA do [governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], informando o cumprimento da ordem régia que proíbe a extração excessiva da madeira de tapinhoã existente no Rio de Janeiro, bem como a sua exportação sem licença régia, por ser de grande utilidade para o fabrico e conservação das naus da Armada, devendo ser aplicadas penas pecuniárias contra os infratores, pagas metade para o denunciante e metade para a Fazenda Real.	1739	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
ARC.015,09,034 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Homann, Johann Baptiste, 1663-1724. Americae [Cartográfico] : Mappa generalis / Homannianis Heredibus. Nuremberg [Alemanha], 1746. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Americae [Cartográfico] : Mappa generalis / Homannianis Heredibus.	1746	ürnberg [Nuremberg, Alemanha]	-
ARC.003,11,010 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) - Cartografia. A new and accurate map of Brasil [Cartográfico] : divided into its captainships drawn from the most approved modern maps and charts and regulated by astronomical observations	A new and accurate map of Brasil [Cartográfico] : divided into its captainships drawn from the most approved modern maps and charts and regulated by astronomical observations	1750	Não especificado	-
ARC.003,11,010 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Bowen, Emanuel, m.1767. A new and accurate map of Brasil [Cartográfico] : divided into its captainships drawn from the most approved modern maps and charts and regulated by astronomical observations. London [Londres, Inglaterra], 1750?. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	A new and accurate map of Brasil [Cartográfico] : divided into its captainships drawn from the most approved modern maps and charts and regulated by astronomical observations	1750	Londres [Inglaterra]	-
AHU_ACL_C U_017, Cx. 44\Doc. 4556	Arquivo Histórico Ultramarino	mapa das madeiras	1751, Rio de Janeiro. MAPA dos cabedais das naus Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Livramento, e de toda a frota do Rio de Janeiro, comandada pelo capitão do mae e guerra João da Costa de Brito, demonstrando a remessa de ouro, açúcar, madeiras, escravos, farinhas e couros, com seus respectivos valores e quantidades.	MAPA dos cabedais das naus Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Livramento, e de toda a frota do Rio de Janeiro, comandada pelo capitão do mae e guerra João da Costa de Brito, demonstrando a remessa de ouro, açúcar, madeiras, escravos, farinhas e couros, com seus respectivos valores e quantidades.	1751	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_015, Cx. 83\Doc. 6894	AHU	madeira	Conselho Ultramarino, Brasil - Pernambuco. 1757, março, 28, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o envio ao Reino da madeira solicitada.	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o envio ao Reino da madeira solicitada.	1757	Pernambuco	Pernambuco

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_015, Cx. 83\Doc. 6900	AHU	madeira	Conselho Ultramarino, Brasil - Pernambuco. 1757, abril, 25, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre as negociações da madeira naquela capitania e as dificuldades no pagamento da madeira.	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre as negociações da madeira naquela capitania e as dificuldades no pagamento da madeira.	1757	Pernambuco	Pernambuco
AHU_ACL_C U_015, Cx. 84\Doc. 6996	AHU	madeira	Conselho Ultramarino, Brasil - Pernambuco. 1757, junho, 8, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a remessa de madeira para o Arsenal Real da Marinha	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a remessa de madeira para o Arsenal Real da Marinha	1757	Pernambuco	Pernambuco
AHU_ACL_C U_017, Cx. 53\Doc. 5302	Arquivo Histórico Ultramarino	mapa das madeiras	1758, Março, 25, [Lisboa]. OFÍCIO do [provedor dos armazéns do Reino], José Joaquim de Larre, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo mapa das madeiras que vieram nos navios da frota do Rio de Janeiro no ano de 1758.	OFÍCIO do [provedor dos armazéns do Reino], José Joaquim de Larre, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo mapa das madeiras que vieram nos navios da frota do Rio de Janeiro no ano de 1758.	1758	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
PT/TT/ER/A-W-F/029/1873	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	pau do rio de janeiro	Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, liv. 1873. Livro II de decretos, alvarás, resoluções de sua majestade, despachos do Conselho da Fazenda sobre os gêneros da América ou Índias Orientais.	Livro II de decretos, alvarás, resoluções de sua majestade, despachos do Conselho da Fazenda sobre os gêneros da América ou Índias Orientais mandado fazer pelo Ill.mo e Ex.mo Conde Reposteiro môr Servindo de Provedor da Caza da Índia.	1759	Lisboa	Rio de Janeiro e Pernambuco

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 57\Doc. 5536	Arquivo Histórico Ultramarino	pau	1759, Novembro, 4, a bordo da nau Nossa Senhora da Conceição e São José. OFÍCIO do [comandante] da nau Nossa Senhora da Conceição e São José, Francisco Soares de Bulhões, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real], justificando o atraso na reparação da nau devido à dificuldade em encontrar alguns materiais, informando os motivos do atrado da saída da frota, relatando os acontecimentos da viagem, fazendo referência a carga transportada, e ao valor das despesas com o conserto da nau.	OFÍCIO do [comandante] da nau Nossa Senhora da Conceição e São José, Francisco Soares de Bulhões, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real], justificando o atraso na reparação da nau devido à dificuldade em encontrar alguns materiais, informando os motivos do atrado da saída da frota, relatando os acontecimentos da viagem, fazendo referência a carga transportada, e ao valor das despesas com o conserto da nau.	1759	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 56\Doc. 5480	Arquivo Histórico Ultramarino	mapa das madeiras	1759, Junho, 23, Rio de Janeiro. OFÍCIO da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao [Secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo mapa e conhecimento da carga distribuída pela Mesa da Inspeção dos navios da Frota do Rio de Janeiro, acrescentando-se as madeiras encomendadas para a construção da Ribeira das Naus.	OFÍCIO da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao [Secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo mapa e conhecimento da carga distribuída pela Mesa da Inspeção dos navios da Frota do Rio de Janeiro, acrescentando-se as madeiras encomendadas para a construção da Ribeira das Naus.	1759	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
PT/TT/MR/EX P/051/0067/000 33	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	pau brasil	ANTT. REQUERIMENTO DE DÂMASO PEREIRA, HOMEM DE NEGÓCIO EM LISBOA, SOLICITANDO O PAGAMENTO PELO CONTRATADOR DE UMA DETERMINADA QUANTIA, PELO TRANSPORTE DE PAU BRASIL PROVENIENTE DE PERNAMBUCO	REQUERIMENTO DE DÂMASO PEREIRA, HOMEM DE NEGÓCIO EM LISBOA, SOLICITANDO O PAGAMENTO PELO CONTRATADOR DE UMA DETERMINADA QUANTIA, PELO TRANSPORTE DE PAU BRASIL PROVENIENTE DE PERNAMBUCO	1759	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 60\Doc. 5744 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1760, Agosto, 24 [Lisboa]. OFÍCIO de Manoel Gomes de Carvalho e Silva ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo relação das madeiras que vieram na frota do Rio de Janeiro no ano de 1759.	OFÍCIO de Manoel Gomes de Carvalho e Silva ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo relação das madeiras que vieram na frota do Rio de Janeiro no ano de 1759.	1759	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 58\Doc. 5618 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira	1860, Janeiro, 31, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a conveniência da arrecadação de toda a ferragem e madeira extraídas da nau de guerra Nossa Senhora da Lampadosa e São Pedro, nos armazéns do Rio de Janeiro, para serem posteriormente utilizadas em novas embarcações, bem como a artilharia que a guarnecia.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a conveniência da arrecadação de toda a ferragem e madeira extraídas da nau de guerra Nossa Senhora da Lampadosa e São Pedro, nos armazéns do Rio de Janeiro, para serem posteriormente utilizadas em novas embarcações, bem como a artilharia que a guarnecia.	1760	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
03,4,22 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	ALBUQUERQUE, José Feijó de Melo e. Despesa feita com a construção da Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém e S. José: que por ordem de Sua Magestade se fabricou no arsenal da cidade do Pará, como consta dos livros diários e auxiliares em que se acham lançadas. Pará: [s.n.], [1761] - [1766]. Original, 29p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1482618/mss1482618.pdf . Acesso em: 4 nov. 2019. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1482618/mss1482618.html . Acesso em: 4 nov. 2019.	Despesa feita com a construção da Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém e S. José: que por ordem de Sua Magestade se fabricou no arsenal da cidade do Pará, como consta dos livros diários e auxiliares em que se acham lançadas.	1761	Pará	Pará

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
ARC.030,01,004 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Galluzzi, Henrique Antonio, m. 1769. " Carta geografica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes [Cartográfico] / levantada em 1761 por João Antonio Galuci.". 1761. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Carta geografica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes [Cartográfico] / levantada em 1761 por João Antonio Galuci.	1761	-	-
AHU_ACL_C U_017, Cx. 64\Doc. 6113	Arquivo Histórico Ultramarino	mapa das madeiras	1762, Abril, 24, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar]; Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo mapa das madeiras que seguem na presente frota, assinado pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar]; Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo mapa das madeiras que seguem na presente frota, assinado pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.	1762	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 62\Doc. 5945	Arquivo Histórico Ultramarino	mapa das madeiras	1763, Março, 12, Rio de Janeiro. OFÍCIO da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo o mapa das madeiras transportadas na frota do Rio de Janeiro com destino à Ribeira das Naus na Corte.	OFÍCIO da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo o mapa das madeiras transportadas na frota do Rio de Janeiro com destino à Ribeira das Naus na Corte.	1763	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 70\Doc. 6478	Arquivo Histórico Ultramarino	mapa das madeiras	1763, Dezembro, 28, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, encaminhando o mapa das madeiras que vão para a Ribeira das Naus.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, encaminhando o mapa das madeiras que vão para a Ribeira das Naus.	1763	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 71\Doc. 6539	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira	1764, Junho, 2, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares de Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o andamento das obras da ribeira da cidade do Rio de Janeiro, bem como acerca dos trabalhos para a construção da nau São Sebastião ressaltando que havia concluído a casa da ferraria, empregando os ferreiros que haviam sido escravos e jesuítas, bem como utilizando os condenado às gal para o trabalho na serraria; mencionando ainda a grande dificuldade de obtenção de madeira para os talões de quilha, pos o mestre da ribeira, Antônio da Silva alegava que as árvores da região não tinham a resistência necessária, o que atrasava a feitura da referida nau.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares de Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o andamento das obras da ribeira da cidade do Rio de Janeiro, bem como acerca dos trabalhos para a construção da nau São Sebastião ressaltando que havia concluído a casa da ferraria, empregando os ferreiros que haviam sido escravos e jesuítas, bem como utilizando os condenado às gal para o trabalho na serraria; mencionando ainda a grande dificuldade de obtenção de madeira para os talões de quilha, pos o mestre da ribeira, Antônio da Silva alegava que as árvores da região não tinham a resistência necessária, o que atrasava a feitura da referida nau.	1764	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 72\Doc. 6614	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira	1764, Setembro, 20, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa para Lisboa de amostras de madeiras dos pinheiros de Viamão, para a avaliação da sua qualidade e seu emprego na construção de navios na Ribeira das Naus, remetendo ofício do governador e capitão-general do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria, acerca dos cortes de pinheiros na reguão do Rio Taquarí, descrevendo as características das amostras obtidas em terrenos secos e úmidos, sugerindo que as toras fossem curadas com fogo, alcatroadas e conduzidas por água até a barra do Rio Grande.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa para Lisboa de amostras de madeiras dos pinheiros de Viamão, para a avaliação da sua qualidade e seu emprego na construção de navios na Ribeira das Naus, remetendo ofício do governador e capitão-general do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria, acerca dos cortes de pinheiros na reguão do Rio Taquarí, descrevendo as características das amostras obtidas em terrenos secos e úmidos, sugerindo que as toras fossem curadas com fogo, alcatroadas e conduzidas por água até a barra do Rio Grande.	1764	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_005, Cx. 35\Doc. 6508 (1)	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino, Brasil, Bahia. 1764, Porto Seguro. Diversos documentos.	Offício do Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu (para o Ministro dos Negócios do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado), no qual transmite muitas e interessantes informações, sobre as povoações, rios, população e madeiras de sua capitania.	1764	Bahia	Bahia
AHU_ACL_C U_017, Cx. 74\Doc. 6713	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira	1765, Fevereiro, 8, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo cópias de 10 ofícios expedidos para Lisboa, que versam sobre os seguintes assuntos: as possibilidades de ataque das tropas castalhanas do Governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos ao Rio Grande de São Pedro ou à Ilha de Santa Catarina; o envio de tropas e embarcações para os referidos territórios com capitães para comandá-las; a promoção e o número de soldados e oficiais; pedido de tropas à Bahia e à Pernambuco; envio, para coronéis, de oficiais fidalgos, filhos segundos e solteiros; as reformas das fortificações e das guarnições da cidade do Rio de Janeiro; construção da nau São Sebastião; solicitação de envio de uma nau guarda-costas para a segurança do porto do Rio de Janeiro; a descoberta de madeira boa para mastro, os pinheiros de Paranaguá; a falta de rendimento da provedoria, além de outros assuntos.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo cópias de 10 ofícios expedidos para Lisboa, que versam sobre os seguintes assuntos: as possibilidades de ataque das tropas castalhanas do Governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos ao Rio Grande de São Pedro ou à Ilha de Santa Catarina; o envio de tropas e embarcações para os referidos territórios com capitães para comandá-las; a promoção e o número de soldados e oficiais; pedido de tropas à Bahia e à Pernambuco; envio, para coronéis, de oficiais fidalgos, filhos segundos e solteiros; as reformas das fortificações e das guarnições da cidade do Rio de Janeiro; construção da nau São Sebastião; solicitação de envio de uma nau guarda-costas para a segurança do porto do Rio de Janeiro; a descoberta de madeira boa para mastro, os pinheiros de Paranaguá; a falta de rendimento da provedoria, além de outros assuntos.	1765	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 75\Doc. 6815	Arquivo Histórico Ultramarino	pau	1765, Agosto, 3, [Rio de Janeiro]. RELAÇÃO do carregamento de pau brasil que embarcou em vários navios para Lisnoa e do que ficou nos armazéns do Rio de Janeiro.	RELAÇÃO do carregamento de pau brasil que embarcou em vários navios para Lisnoa e do que ficou nos armazéns do Rio de Janeiro.	1765	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 76\Doc. 6902 (1)	AHU	jacarandá; mapa das madeiras	Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 1765. Carta da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao rei [D. José], remetendo o mapa das cargas embarcadas nos navios da frota de 1765, que partiria em breve para Lisboa, composta por 20 navios, conduzindo paus de tapinhoã e de jacarandá, caixas de açúcar, além de couros e madeiras diversas, e mais 4, conduzindo os gêneros do contrato das baleias.	Carta da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao rei [D. José], remetendo o mapa das cargas embarcadas nos navios da frota de 1765, que partiria em breve para Lisboa, composta por 20 navios, conduzindo paus de tapinhoã e de jacarandá, caixas de açúcar, além de couros e madeiras diversas, e mais 4, conduzindo os gêneros do contrato das baleias.	1765	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 76\Doc. 6929 (1)	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro, 1765. Ofício de José Sanches de Brito ao secretário de estado da Marinha e Ultramar [Francisco Xavier de Mendonça Furtado], remetendo amostras de madeiras de lei encontradas nas florestas da capitania do Rio de Janeiro, adequadas à construção naval, com destaque para tapinhoã, jacarandá, massaranduba, óleo vermelho, louro-pardo e o jacarandaporanga.	Ofício de José Sanches de Brito ao secretário de estado da Marinha e Ultramar [Francisco Xavier de Mendonça Furtado], remetendo amostras de madeiras de lei encontradas nas florestas da capitania do Rio de Janeiro, adequadas à construção naval, com destaque para tapinhoã, jacarandá, massaranduba, óleo vermelho, louro-pardo e o jacarandaporanga.	1765	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 78\Doc. 7060	Arquivo Histórico Ultramarino	pau	1766, Julho, 13, Lisboa. OFÍCIO do juiz corregedor do Bairro Alto de Lisboa, Manoel José de Faria e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que havia feito a visita do ouro aos navios procedentes do Rio de Janeiro, que transportavam azeite de peixe, toras de tapinhoã e de cedro, açúcar, barbatanas de baleia e paus de canela, de seu nome São Pedro de Rates e Santa Quitéria, de que é capitão José Pereira, Bom Jesus do Alem e Nossa Senhora da Esperança, de que é capitão Manoel Pinto Franco, o qual também transportava preso frei Francisco das Mercês, e Nossa Senhora da Atalaia e Alamas, de que é capitão Manoel Teixeira de Carvalho, transportando o preso francês Martinho José.	OFÍCIO do juiz corregedor do Bairro Alto de Lisboa, Manoel José de Faria e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que havia feito a visita do ouro aos navios procedentes do Rio de Janeiro, que transportavam azeite de peixe, toras de tapinhoã e de cedro, açúcar, barbatanas de baleia e paus de canela, de seu nome São Pedro de Rates e Santa Quitéria, de que é capitão José Pereira, Bom Jesus do Alem e Nossa Senhora da Esperança, de que é capitão Manoel Pinto Franco, o qual também transportava preso frei Francisco das Mercês, e Nossa Senhora da Atalaia e Alamas, de que é capitão Manoel Teixeira de Carvalho, transportando o preso francês Martinho José	1766	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 78\Doc. 7034 (1)	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro. 1766, Lisboa. Ofício do [juiz da Alfândega de Lisboa], Carlos Antônio da Silva Franco, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], informando que havia efetuado a vistoria do navio São José e Princesa Real, de que é capitão Antônio José Ribeiro, fundeado no porto de Lisboa, procedente do porto do Rio de Janeiro, tendo passado pela Bahia, transportando pipas de azeite de peixe, fardos de barbatanas de baleia, couros em cabelo, toras de jacarandá, e levando também um frei franciscano da Província da Piedade que havia sido preso na Bahia.	Ofício do [juiz da Alfândega de Lisboa], Carlos Antônio da Silva Franco, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], informando que havia efetuado a vistoria do navio São José e Princesa Real, de que é capitão Antônio José Ribeiro, fundeado no porto de Lisboa, procedente do porto do Rio de Janeiro, tendo passado pela Bahia, transportando pipas de azeite de peixe, fardos de barbatanas de baleia, couros em cabelo, toras de jacarandá, e levando também um frei franciscano da Província da Piedade que havia sido preso na Bahia.	1766	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 79\Doc. 7151 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1767, Janeiro, 16. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro] Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] remetendo a relação das madeiras encomendadas para as obras do Arsenal da Corte, a bordo da Charrua Nossa Senhora da Conceição, de que era mestre Feliz de Oliveira; e referindo os motivos pelos quais não enviava todos os tipos de madeira solicitados.	OFÍCIO do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro] Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] remetendo a relação das madeiras encomendadas para as obras do Arsenal da Corte, a bordo da Charrua Nossa Senhora da Conceição, de que era mestre Feliz de Oliveira; e referindo os motivos pelos quais não enviava todos os tipos de madeira solicitados.	1767	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
CAM.02,008 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Leão, Manuel Vieira. Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro [Cartográfico] : mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil. 1767. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro [Cartográfico] : mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil	1767	-	-
AHU_ACL_C U_017, Cx. 85\Doc. 7540 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1768, Junho, 26. Rio de Janeiro. OFÍCIO do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo o conhecimento e a relação das madeiras e tabuados embarcados na charrua de São José [do mestre André Ferreira].	OFÍCIO do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo o conhecimento e a relação das madeiras e tabuados embarcados na charrua de São José [do mestre André Ferreira].	1768	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 85\Doc. 7543 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1768, Junho, 26. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil] conde de Ajambuja [D. Antônio Rolim de Moura Tavares] ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando as dúvidas ocorridas durante o exame e avaliação das madeiras enviadas para a Ribeira das Naus em Lisboa, motivo pelo qual determinou junto com [o escrivão da Junta da Fazenda Real] João Carlos [Correia Lemos] a aplicação de um novo método, devendo ser examinadas por dois carpinteiros com a orientação do capitão da Artilharia Eusébio Antônio e na presença de um dos escrivãos da Contadoria-Geral para tomar nota do registro do termo da referida diligência; remetendo a relação das madeiras e respectivas marcas com destino a Ribeira das Naus.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil] conde de Ajambuja [D. Antônio Rolim de Moura Tavares] ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando as dúvidas ocorridas durante o exame e avaliação das madeiras enviadas para a Ribeira das Naus em Lisboa, motivo pelo qual determinou junto com [o escrivão da Junta da Fazenda Real] João Carlos [Correia Lemos] a aplicação de um novo método, devendo ser examinadas por dois carpinteiros com a orientação do capitão da Artilharia Eusébio Antônio e na presença de um dos escrivãos da Contadoria-Geral para tomar nota do registro do termo da referida diligência; remetendo a relação das madeiras e respectivas marcas com destino a Ribeira das Naus.	1768	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 86\Doc. 7557 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro. 1768, Rio de Janeiro. Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre embarque de madeiras de peroba e tapinhoã nas naus de guerra Nossa Senhora da Madre de Deus, na [Nossa Senhora da] Caridade e na Charrua.	Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre embarque de madeiras de peroba e tapinhoã nas naus de guerra Nossa Senhora da Madre de Deus, na [Nossa Senhora da] Caridade e na Charrua.	1768	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 93\Doc. 8052 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1771, Junho, 8. Lisboa. OFÍCIO do [auditor geral da marinha], desembargador José Roberto Vidal da Gama, ao [secretário de estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro] comunicando a inspeção ao navio São Francisco Xavier, de que é capitão félic Oliveira, remetendo relação das madeiras e informando os passageiros transportados pelo dito navio, do Rio de Janeiro para Lisboa.	OFÍCIO do [auditor geral da marinha], desembargador José Roberto Vidal da Gama, ao [secretário de estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro] comunicando a inspeção ao navio São Francisco Xavier, de que é capitão félic Oliveira, remetendo relação das madeiras e informando os passageiros transportados pelo dito navio, do Rio de Janeiro para Lisboa.	1771	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_003, Cx. 21\Doc. 1855 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil. 1771, Lisboa. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], ao [vice-rei do Estado do Brasil], marquês de Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], sobre a ordem dadod ao governo de São Paulo para remeter paus de pinho para mastros; das notícias sobre o embarque clandestino na Bahia de tapinhoã e peroba pa para os portos da Europa; solicitando informações detalhadas sobre a quantidade, localização e transporte das mesmas madeiras.	Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], ao [vice-rei do Estado do Brasil], marquês de Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], sobre a ordem dado ao governo de São Paulo para remeter paus de pinho para mastros; das notícias sobre o embarque clandestino na Bahia de tapinhoã e peroba pa para os portos da Europa; solicitando informações detalhadas sobre a quantidade, localização e transporte das mesmas madeiras.	1771	Lisboa	São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_084, Cx. 1\Doc. 1	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira; Rio de Janeiro	Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Visita do Ouro. 1771, maio, 4. Lisboa. Ofício do José Roberto Vidal da Gama, ao secretário de estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a visita do ouro que fez aos navios Nossa Senhora do Carmo e São Francisco, de que é capitão João Jorge, vindo da Bahia; Nossa Senhora da Conceição e Santana, de que é capitão José Álvares Moreira, vindo de Pernambuco; Santa Ana e São Francisco Xavier, de que é capitão Bernardo Franco e Nossa Senhora do Cabo, de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt, vindos do Pará; informando os nomes dos passageiros e as listas das cargas das ditas embarcações.	Ofício do José Roberto Vidal da Gama, ao secretário de estado da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a visita do ouro que fez aos navios Nossa Senhora do Carmo e São Francisco, de que é capitão João Jorge, vindo da Bahia; Nossa Senhora da Conceição e Santana, de que é capitão José Álvares Moreira, vindo de Pernambuco; Santa Ana e São Francisco Xavier, de que é capitão Bernardo Franco e Nossa Senhora do Cabo, de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt, vindos do Pará; informando os nomes dos passageiros e as listas das cargas das ditas embarcações.	1771	Pará	Pará
ARC.015,11,028 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	L'Isle, Guillaume de, 1675-1726. Carte D'Amerique [Cartográfico] : divisées en ses principales parties / par G. Delisle. Amsterdam [Países Baixos] : Chez Covens e Mortier e Covens Junior, 1774. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Carte D'Amerique [Cartográfico] : divisées en ses principales parties / par G. Delisle.	1774	Amsterdã [Países Baixos]	-
ARC.004,01,020 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Souza, Thomas de. Carta geographica da América portugueza [Cartográfico] : ou terreno americano compreendido entre os rios das Amazonas e Paraguay, supostas as suas fontes no Guapehu e Alegre nas terras de Portugal ma capitania de Mato Grosso. 1775. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Carta geographica da América portugueza [Cartográfico] : ou terreno americano compreendido entre os rios das Amazonas e Paraguay, supostas as suas fontes no Guapehu e Alegre nas terras de Portugal ma capitania de Mato Grosso ...	1775	-	-
COD. 10522	Biblioteca Nacional de Portugal	madeira E Rio de Janeiro	Balança do comércio das Praças do Reyno de Portugal com as da América no anno de 1776.	Balança do comércio das Praças do Reyno de Portugal com as da América no anno de 1776.	1776	Rio de Janeiro	Bahia, Maranhão, Pará,

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
							Pernambuco, Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 99\Doc. 8551	Arquivo Histórico Ultramarino	pau	1776, Maio, 10, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo relações das tábuas de peroba e de tapinhoã que transporta para Lisboa, a charrua Nossa Senhora da Purificação, [de que é mestre André Ferreira].	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo relações das tábuas de peroba e de tapinhoã que transporta para Lisboa, a charrua Nossa Senhora da Purificação, [de que é mestre André Ferreira].	1776	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 99\Doc. 8558 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1776, Maio, 17. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo relação das madeiras escolhidas que se encontram nos armazéns reais do Rio de Janeiro, à espera de alguma embarcação que tenha espaço para transportá-las.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo relação das madeiras escolhidas que se encontram nos armazéns reais do Rio de Janeiro, à espera de alguma embarcação que tenha espaço para transportá-las.	1776	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 100\Doc. 8601 (1)	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro. 1776, Lisboa. Ofício do [desembargador e auditor geral da Marinha] José Roberto Vidal da Gama ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], comunicando a inspeção feita ao navio São Pedro de Rates, e remetendo a relação de sua carga de azeite de baleia, barbatanas, couro e tábaus de jacarandá e tapinhoã, transportada do Rio de Janeiro.	Ofício do [desembargador e auditor geral da Marinha] José Roberto Vidal da Gama ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], comunicando a inspeção feita ao navio São Pedro de Rates, e remetendo a relação de sua carga de azeite de baleia, barbatanas, couro e tábaus de jacarandá e tapinhoã, transportada do Rio de Janeiro.	1776	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
PT/TT/CSRN/A/11/00448	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	relação das madeiras do rio de janeiro	Casas das Rainhas, NT 733, cx. 582. Requerimentos diversos. Livro de entradas e facturas de várias madeiras para a construção do Passo de S. Magestade.	Requerimentos diversos. / Livro de entradas e facturas de várias madeiras para a construção do Passo de S. Magestade.	1777	Lisboa	Rio de Janeiro e Pernambuco
AHU_ACL_C U_017, Cx. 102\Doc. 8722 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1777, Fevereiro, 20. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado do reino e mercês], Marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo a relação das madeiras para as obras do novo palácio, que seguem do Rio de Janeiro para Lisboa pelas cavetas Nossa Senhora das Brotas e João Nepomuceno, de que é capitão José Severiano Moreira, e Nossa Senhora da Ajuda e Santo Antônio da Estrela, de que é capitão José Gomes da Cunha.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado do reino e mercês], Marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], remetendo a relação das madeiras para as obras do novo palácio, que seguem do Rio de Janeiro para Lisboa pelas cavetas Nossa Senhora das Brotas e João Nepomuceno, de que é capitão José Severiano Moreira, e Nossa Senhora da Ajuda e Santo Antônio da Estrela, de que é capitão José Gomes da Cunha.	1777	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 103\Doc. 8767 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1777, Junho, 28. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação das madeiras de Tapinhoã, que transporta para Lisboa a Corveta Santa Rosa Paquete da América, de que mestre José Joaquim da Costa.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], marquês do Lavradio, [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação das madeiras de Tapinhoã, que transporta para Lisboa a Corveta Santa Rosa Paquete da América, de que mestre José Joaquim da Costa.	1777	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_005, Cx. 50\Doc. 9425 (1)	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino, Brasil, Bahia. 1777, Bahia. Officio do Intendente dos Armazens Reaes Rodrigo da Costa de Almeida, participando a remessa de madeira de jacarandá para as obras dos Paços Reaes.	Officio do Intendente dos Armazens Reaes Rodrigo da Costa de Almeida, participando a remessa de madeira de jacarandá para as obras dos Paços Reaes.	1777	Bahia	Bahia
ARC.012,03,004 - Cartografia	BNRJ	mapa do rio de janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) - Cartografia. Carta corographica da capotania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil [Cartográfico] / Por Francisco João Roscio.	Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil [Cartográfico] / Por Francisco João Roscio.	1777	Rio de Janeiro	-
ARC.012,03,004 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)		Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil [Cartográfico] / Por Francisco João Roscio.	1777	-	-
ARC.012,03,004 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Roscio, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil [Cartográfico] / Por Francisco João Roscio. 1777. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil [Cartográfico] / Por Francisco João Roscio.	1777	-	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 107\Doc. 9004 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1778, Setembro, 8. Nau Nossa Senhora de Belém. OFÍCIO do capitão do mar e guerra [da Nau Nossa Senhora de Belém], Antônio Januário do Vale ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho Melo e Castro, descrevendo a viagem realizada do Rio de Janeiro para Lisboa, e remetendo mapa dos oficiais da Esquadra por si comandada e relação das madeiras transportadas.	OFÍCIO do capitão do mar e guerra [da Nau Nossa Senhora de Belém], Antônio Januário do Vale ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho Melo e Castro, descrevendo a viagem realizada do Rio de Janeiro para Lisboa, e remetendo mapa dos oficiais da Esquadra por si comandada e relação das madeiras transportadas.	1778	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_015, Cx. 131\Doc. 9896 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. 1778, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre ter recebido um caixote de aduelas para serem comparadas com as madeiras da dita capitania, a fim de se usar no ministério, e que para tal serviço, encarregou um tanoeiro a fim de declarar quais as madeiras que seriam mais qualificadas, tendo sido selecionadas o amarelo e a peroba para tal finalidade.	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre ter recebido um caixote de aduelas para serem comparadas com as madeiras da dita capitania, a fim de se usar no ministério, e que para tal serviço, encarregou um tanoeiro a fim de declarar quais as madeiras que seriam mais qualificadas, tendo sido selecionadas o amarelo e a peroba para tal finalidade.	1778	Pernambuco	Pernambuco
ARC.033,10,02 9 - Cartografia	BNRJ	mapa do rio de janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) - Cartografia. Plano e terreno da cidade do Rio de Janeiro [Cartográfico]	Plano e terreno da cidade do Rio de Janeiro [Cartográfico]	1779	Não especificado	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 112\Doc. 9315 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1780, Maio, 3. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Souza, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação das madeiras de tapinhoã embarcadas na nau de guerra Nossa Senhora de Belém, de que é comandante o capitão de mar e guerra Manoel de Mendonça e Silva, para serem entregues nos armazéns do Arsenal de Lisboa.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Souza, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação das madeiras de tapinhoã embarcadas na nau de guerra Nossa Senhora de Belém, de que é comandante o capitão de mar e guerra Manoel de Mendonça e Silva, para serem entregues nos armazéns do Arsenal de Lisboa.	1780	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_015, Cx. 142\Doc. 10469 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. 1781, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco, José César de Meneses], ap [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio da fatura e conhecimento da carga de madeira, aduelas, rolos de peroba, transportada na corveta Nossa Senhora da Conceição e Santa Rita.	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco, José César de Meneses], ap [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio da fatura e conhecimento da carga de madeira, aduelas, rolos de peroba, transportada na corveta Nossa Senhora da Conceição e Santa Rita.	1781	Pernambuco	Pernambuco
AHU_ACL_C U_015, Cx. 141\Doc. 10390 (1)	AHU	método de corte das madeiras	Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. 1781, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José Carlos de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os métodos do mestre Julião Alves no corte das madeiras para aduelas.	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José Carlos de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os métodos do mestre Julião Alves no corte das madeiras para aduelas.	1781	Pernambuco	Pernambuco
22,02,051 [Mnsc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	extração OU pao	Pau-Brasil (Bahia). Cópias dos Ofícios e Ordens que respeitam a extração do pau brasil. 13/07/1782. Francisco Nunes da Costa.	Cópias dos Ofícios e Ordens que respeitam a extração do Pau Brasil. 13/07/1782.	1782	Bahia	Bahia

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
PT/TT/PREE/2/119	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	pau do rio de janeiro	Projeto Reencontro, Microfilme nº 119. Documento 592. LIVRO de quatro cartas de José César de Meneses, governador de Pernambuco, dirigidas à secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos remetendo informações sobre o requerimento dos oficiais e soldados das suas companhias do Rio Grande do Norte, a relação do pau-brasil transportada por diversos navios e sobre assuntos administrativos. Local: Pernambuco. Brasil/Pernambuco.	LIVRO de quatro cartas de José César de Meneses, governador de Pernambuco, dirigidas à secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos remetendo informações sobre o requerimento dos oficiais e soldados das suas companhias do Rio Grande do Norte, a relação do pau-brasil transportada por diversos navios e sobre assuntos administrativos.	1783	Pernambuco	Pernambuco
AHU_ACL_C U_003, Cx. 25\Doc. 2157	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira; Rio de Janeiro	Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Brasil, 1784. Livrete da Carga transportada para Lisboa no navio Jacaré, [embarcação pertencente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro e Santa Catarina], mencionando as caixas de azeite, açúcar, barbatanas, farinha, goma e café que carrega.	Livrete da Carga transportada para Lisboa no navio Jacaré, [embarcação pertencente ao contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro e Santa Catarina], mencionando as caixas de azeite, açúcar, barbatanas, farinha, goma e café que carrega.	1784	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro e Santa Catarina
AHU_ACL_C U_003, Cx. 25\Doc. 2156 (1)	AHU	vinhático	Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Brasil, 1784, Novembro, 18. Lisboa. Ofício do oficial do Arsenal Real do Exército, João da Cunha de Eça Teles de Meneses ao [secretário de estado da marinha e ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando que não encontrou nas madeiras do Brasil tábuas de peroba com as medidas solicitadas na vistoria que fez ao arsenal do exército, embora o tenham em vinhático, mencionando as espessuras das amostras enviadas do Brasil.	Ofício do oficial do Arsenal Real do Exército, João da Cunha de Eça Teles de Meneses ao [secretário de estado da marinha e ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando que não encontrou nas madeiras do Brasil tábuas de peroba com as medidas solicitadas na vistoria que fez ao arsenal do exército, embora o tenham em vinhático, mencionando as espessuras das amostras enviadas do Brasil.	1784	Lisboa	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 124\Doc. 10004	Arquivo Histórico Ultramarino	mapa das madeiras	1784, Dezembro, 20, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a prática entre os naturais da capitania de queimar exaustivamente de todas as madeiras que não se encontram resguardadas e destinadas aos Arsenais do Reino, o que constituía um atentado às riquezas naturais daquela capitania, mencionando a necessidade de se ter um regimento contra tal prática; remetendo 101 caixões contendo amostras de várias espécies de madeiras originárias do Rio de Janeiro, como jacarandá, tapinhoã e peroba entre outras, recolhidas, inventariadas e examinadas pelos Terços das Companhias de guarnição dos distritos dependentes, para serem analisadas nos armazéns da Corte.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a prática entre os naturais da capitania de queimar exaustivamente de todas as madeiras que não se encontram resguardadas e destinadas aos Arsenais do Reino, o que constituía um atentado às riquezas naturais daquela capitania, mencionando a necessidade de se ter um regimento contra tal prática; remetendo 101 caixões contendo amostras de várias espécies de madeiras originárias do Rio de Janeiro, como jacarandá, tapinhoã e peroba entre outras, recolhidas, inventariadas e examinadas pelos Terços das Companhias de guarnição dos distritos dependentes, para serem analisadas nos armazéns da Corte	1784	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
PT/TT/PREE/2 /120	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	relação das madeiras do rio de janeiro	Projeto Reencontro, Microfilme nº 120, Documento 630. Ofício de Matias José Ribeiro, intendenre dos armazéns reais, sobre exame e aprovação das madeiras que se remetem aos armazéns reais. Local: Pará 02 p. Brasil/Pará ACP Manoel Barata.	Ofício de Matias José Ribeiro, intendenre dos armazéns reais, sobre exame e aprovação das madeiras que se remetem aos armazéns reais.	1784	Pará	Pará
AHU_ACL_C U_017, Cx. 125\Doc. 10016 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro. 1785, Rio de Janeiro. Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo tábuas de peroba e tapinhoã para Lisboa pela nau Nossa Senhora de Belém que é mestre Pedro Gobçalves Romano.	Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo tábuas de peroba e tapinhoã para Lisboa pela nau Nossa Senhora de Belém que é mestre Pedro Gobçalves Romano.	1785	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
L-II-34,24,011 n°002 [Obras Gerais]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Porto do Rio de Janeiro	Ofício a Rodrigo José de Meneses alertando para a necessidade de defesa das imediações da vila da Vitória, pelas comunicações que poderiam ter para o novo descobrimento do sertão e Cachoeiras de Macacu, e solicitando expedir as ordens próprias à diligência do oficial encarregado da guarnição dos portos e das passagens daqueles sítios.	Ofício a Rodrigo José de Meneses alertando para a necessidade de defesa das imediações da vila da Vitória, pelas comunicações que poderiam ter para o novo descobrimento do sertão e Cachoeiras de Macacu, e solicitando expedir as ordens próprias à diligência do oficial encarregado da guarnição dos portos e das passagens daqueles sítios.	1786	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
PT/TT/PREE/2 /120	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	relação das madeiras do rio de janeiro	Projeto Reencontro, Microfilme n° 120, Documento 676. OFÍCIO de Julião Alves de Melo e Castro [secretário de Estado da Marinha e Conquistas], sobre os exames das madeiras que deverão ser enviadas para a corte, remetendo um barril feito de Mora-Juba, que servirá como amostra.	OFÍCIO de Julião Alves de Melo e Castro [secretário de Estado da Marinha e Conquistas], sobre os exames das madeiras que deverão ser enviadas para a corte, remetendo um barril feito de Mora-Juba, que servirá como amostra.	1786	Pará	Pará e Pernambuco
PT/TT/PREE/2 /120	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	relação das madeiras do rio de janeiro	Projeto Reencontro, Microfilme n° 120, Documento 675. OFÍCIO de Martinho de Sousa e Albuquerque [governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negr] para Martinho de Melo e Castro [secretário de Estado da Marinha e Conquistas], sobre ter feito toas as recomendações necessárias nas fábricas dos cortes de madeira, para serem cortadas todas as que devem ser remetidas ao Real Arsenal do Exército. Local: Pará.	OFÍCIO de Martinho de Sousa e Albuquerque [governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negr] para Martinho de Melo e Castro [secretário de Estado da Marinha e Conquistas], sobre ter feito toas as recomendações necessárias nas fábricas dos cortes de madeira, para serem cortadas todas as que devem ser remetidas ao Real Arsenal do Exército.	1786	Pará	Pará
AHU_ACL_C U_017, Cx. 132\Doc. 10459 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro. 1788, Lisboa. Relação passada por Torcato José Clavine referente ao tabuado de peroba do Rio de Janeiro a ser embarcado para o Reino, por ser necessário no Arsenal da Marinha para o costado e fundos das fragatas reais.	Relação passada por Torcato José Clavine referente ao tabuado de peroba do Rio de Janeiro a ser embarcado para o Reino, por ser necessário no Arsenal da Marinha para o costado e fundos das fragatas reais.	1788	Lisboa	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 133\Doc. 10534 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro. 1788, Rio de Janeiro. Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís Vasconcelos e Sousa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a impossibilidade de dar cumprimento às ordens régias relativas ao embarque de madeiras de peroba, devido às dificuldades financeiras encontradas pela Fazenda Real para corte, pagamento a seus donos e transporte das encomendas ao porto do Rio de Janeiro.	Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís Vasconcelos e Sousa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a impossibilidade de dar cumprimento às ordens régias relativas ao embarque de madeiras de peroba, devido às dificuldades financeiras encontradas pela Fazenda Real para corte, pagamento a seus donos e transporte das encomendas ao porto do Rio de Janeiro.	1788	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
07,04,063 [mns]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corte	BNRJ. Plano que foi aprovado pelo General Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça emitido à Secretaria de Estadodos Negócios Ultramarinos em 1789 sobre rios e mattos que deverão ficar reservados para os cortes reais na costa do mar na Capitania de São Paulo.	Plano que foi aprovado pelo General Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça emitido à Secretaria de Estadodos Negócios Ultramarinos em 1789 sobre rios e mattos que deverão ficar reservados para os cortes reais na costa do mar na Capitania de São Paulo.	1789	São Paulo	São Paulo
II-34,5,29 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Ofício do desembargador inspetor dos Reais Cortes sobre o corte de madeiras para construções navais, e a descoberta de um jequitibá extraordinário no lugar chamado [onha] nas matas de Nazaré.	Ofício do desembargador inspetor dos Reais Cortes sobre o corte de madeiras para construções navais, e a descoberta de um jequitibá extraordinário no lugar chamado [onha] nas matas de Nazaré.	1790	Rio de Janeiro	Bahia
AHU_ACL_C U_017, Cx. 137\Doc. 10852	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro. 1790, Lisboa. Ofício do juiz de Índia e Mina, D. José Francisco de Noronha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro] sobre a apreensão de pau-brasil que veio no navio Tétis, propriedade de José Gomes Ferreira, vindo do Rio de Janeiro, sob a falsa designação de jacarandá informando que a denúncia partiu do próprio dono do navio e deu lugar à prisão do capitão do mesmo, Manoel Carneiro dos Santos.	Ofício do juiz de Índia e Mina, D. José Francisco de Noronha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro] sobre a apreensão de pau-brasil que veio no navio Tétis, propriedade de José Gomes Ferreira, vindo do Rio de Janeiro, sob a falsa designação de jacarandá informando que a denúncia partiu do próprio dono do navio e deu lugar à prisão do capitão do mesmo, Manoel Carneiro dos Santos.	1790	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1791, Abril, 3. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice rei do Estado do Brasil], conde Resende, [D. José Luís de Castro] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, encaminhando relação das madeiras de construção que estão nos armazéns e necessitam de navios com dimensão adequada para o seu transporte para Lisboa.	OFÍCIO do [vice rei do Estado do Brasil], conde Resende, [D. José Luís de Castro] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, encaminhando relação das madeiras de construção que estão nos armazéns e necessitam de navios com dimensão adequada para o seu transporte para Lisboa.	1791	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_015, Cx. 175\Doc. 12304 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. 1791, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo conhecimentos do número de aduelas de peroba, transportadas pelo navio Santo Antônio Tejo e pelo bergantim Boa Esperança.	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo conhecimentos do número de aduelas de peroba, transportadas pelo navio Santo Antônio Tejo e pelo bergantim Boa Esperança.	1791	Pernambuco	Pernambuco
I-29,19,065 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corte de madeira	Mello, Renato Bandeira de. Carta sobre os cortes e transporte das reais madeiras no Recife e na Paraíba. Coleção Linhares. Lisboa, 1792.	Carta sobre os cortes e transporte das reais madeiras no Recife e na Paraíba.	1792	Lisboa	Recife e Paraíba
ARC.007,12,007 Cartografia - Cartografia	BNRJ	mapa do rio de janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) - Cartografia. Carta reduzida da costa do Brazil, que contém das ilhas de Santa Anna até a ponta de Joating novam[en]te reformada e oferecida a academia Régia das Sciencias [Cartográfico]	Carta reduzida da costa do Brazil, que contém das ilhas de Santa Anna até a ponta de Joating novam[en]te reformada e oferecida á Academia Régia das Sciencias [Cartográfico]	1792	Não especificado	-
ARC.007,12,007 Cartografia - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Pinheiro, Simao Antonio da Rosa. Carta reduzida da costa do Brazil, que contém das ilhas de Santa Anna até a ponta de Joating novam[en]te reformada e oferecida á Academia Régia das Sciencias [Cartográfico]. Rio de Janeiro, RJ, 1792. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Carta reduzida da costa do Brazil, que contém das ilhas de Santa Anna até a ponta de Joating novam[en]te reformada e oferecida á Academia Régia das Sciencias [Cartográfico]	1792	Rio de Janeiro	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
ARC.029,04,005 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Portugal, José Fernandes, m. 1818. Carta reduzida do Oceano Atlântico [Cartográfico] / por Jose Fernandes Portugal. Salvador, BA, 1793.	Carta reduzida do Oceano Atlântico [Cartográfico] / por Jose Fernandes Portugal.	1793	Salvador - Bahia	-
ARC.007,01,006 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Londres [Inglaterra] : Laurie & Whittle, 1794. A new chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the Island of St. Sebastian... [Cartográfico] . Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	A new chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the Island of St. Sebastian... [Cartográfico]	1794	Londres [Inglaterra]	-
ARC.007,05,017 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Londres [Inglaterra] : Laurie & Whittle, 1794. A new chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the islands of St. Sebastian; with the islands and soundings in the offing [Cartográfico]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	A new chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the islands of St. Sebastian; with the islands and soundings in the offing [Cartográfico]	1794	Londres [Inglaterra]	-
AHU_ACL_C U_015, Cx. 193\Doc. 13265 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. 1796, Recife. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], enviando o conhecimento do número de aduelas de peroba amarela remetidas para o Reino na galera Flor da América.	Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa [Coutinho], enviando o conhecimento do número de aduelas de peroba amarela remetidas para o Reino na galera Flor da América.	1796	Pernambuco	Pernambuco

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_015, Cx. 193\Doc. 13279 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Pernambuco. 1796, Recife. Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa Coutinho, enviando os conhecimentos do número de aduelas de peroba remetidas para o Reino no navio São Marcos; na galera Resolução e na corveta Boa Fortuna.	Ofício (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interino da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa Coutinho, enviando os conhecimentos do número de aduelas de peroba remetidas para o Reino no navio São Marcos; na galera Resolução e na corveta Boa Fortuna.	1796	Pernambuco	Pernambuco
ARC.025,02,02 1 - Cartografia	BNRJ	mapa do rio de janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) - Cartografia. Plano da cidade do Rio de Janeiro [Cartográfico] : com a parte mais essencial do seu porto e todos os lugares fortificados / Por José Correa Rangel de Bulhoens.	Plano da cidade do Rio de Janeiro [Cartográfico] : com a parte mais essencial do seu porto e todos os lugares fortificados / Por José Correa Rangel de Bulhoens.	1796	Não especificado	-
ARC.003,04,00 6 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Nürnberg [Nuremberg, Alemanha] : Weigel, 1796. America nach der zway Ausgabe [Cartográfico]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	America nach der zway Ausgabe [Cartográfico] / América segundo a edição zway [Cartográfico]	1796	Nürnberg [Nuremberg, Alemanha]	-
AHU_ACL_C U_017, Cx. 162\Doc. 12145 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	transporte de madeira	Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. Post. 1797, Agosto, 12. INFORMAÇÃO sobre o transporte de madeira nas regiões de Macaé, Cabo Frio, Cantagalo, cabeceiras de Macacú e Guapi, informando a necessidade de ordens ao vice-rei do Estado do Brasil, [conde Resende, D. José Luís de Castro] para que os capitães-mores dêem todo o apoio; e que se paguem as despesas que se fizeram com os índios e negros no manejo do trabalho.	INFORMAÇÃO sobre o transporte de madeira nas regiões de Macaé, Cabo Frio, Cantagalo, cabeceiras de Macacú e Guapi, informando a necessidade de ordens ao vice-rei do Estado do Brasil, [conde Resende, D. José Luís de Castro] para que os capitães-mores dêem todo o apoio; e que se paguem as despesas que se fizeram com os índios e negros no manejo do trabalho.	1797	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
07,04,15 - Manuscritos	BNRJ	madeira; exploração	PORTUGAL, Bernardo Luis Ferreira. [Ofício a Francisco de Souza Coutinho tratando do potencial de exploração de madeiras em Pernambuco]. Pará, PA: [s.n.], 26/12/1797. 5 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_15_36/cmc_ms618_15_36.pdf . Acesso em: 18 jan. 2022.	Ofício a Francisco de Souza Coutinho tratando do potencial de exploração de madeiras em Pernambuco	1797	Pará	Pernambuco
I-31,21,21 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Plano de construção de navios. Paraíba.	Plano de construção de navios	1798	Paraíba	Paraíba
AHU_ACL_C U_017, Cx. 165\Doc. 12275	Arquivo Histórico Ultramarino	pau	1798, Maio, 4, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ter remetido aos generais da Bahia [D. Fernando José de Portugal] e Pernambuco [D. Tomás José de Melo] e aos comandantes de distrito do Rio de Janeiro, o desenho e descrição da árvore da quina, em cumprimento das ordens recebidas; informando que o comandante do distrito de Parati fez menção de uma árvore que é conhecida como casca de anta ou "pau para tudo", usada no tratamento de febres intermitentes, cólicas e outras moléstias, junto com sua carta remeteu amostras da dita árvore para serem analisadas, pois esta apresenta algumas diferenças em relação aos desenhos de quina enviado; o coronel de Milícias do distrito de Guaratiba [Inácio de Andrade Souto Maior Rondon] informa que em Minas Gerais e Goiás existe árvore desta espécie, tendo por isso enviado ordem aos governadores daquelas capitânicas para que informem acerca desta planta mais detalhadamente.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ter remetido aos generais da Bahia [D. Fernando José de Portugal] e Pernambuco [D. Tomás José de Melo] e aos comandantes de distrito do Rio de Janeiro, o desenho e descrição da árvore da quina, em cumprimento das ordens recebidas; informando que o comandante do distrito de Parati fez menção de uma árvore que é conhecida como casca de anta ou "pau para tudo", usada no tratamento de febres intermitentes, cólicas e outras moléstias, junto com sua carta remeteu amostras da dita árvore para serem analisadas, pois esta apresenta algumas diferenças em relação aos desenhos de quina enviado; o coronel de Milícias do distrito de Guaratiba [Inácio de Andrade Souto Maior Rondon] informa que em Minas Gerais e Goiás existe árvore desta espécie, tendo por isso enviado ordem aos governadores daquelas capitânicas para que informem acerca desta planta mais detalhadamente.	1798	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_005, Cx. 96\Doc. 18732 (1)	AHU	escravos falquejadores	Conselho Ultramarino, Brasil, Bahia. 1798. Requerimento de João Ferreira Pinto, morador no termo da Villa de N. S. da Purificação e Santo Amaro, no qual pede a demarcação judicial das terras pertencentes ao Engenho Orhó, que herdara de seu tio Pedro Vieira de Mello.	Requerimento de João Ferreira Pinto, morador no termo da Villa de N. S. da Purificação e Santo Amaro, no qual pede a demarcação judicial das terras pertencentes ao Engenho Orhó, que herdara de seu tio Pedro Vieira de Mello.	1798	Bahia	-
AHU_ACL_C U_005, Cx. 96\Doc. 18732 (3)	AHU	índios nos cortes	Conselho Ultramarino, Brasil, Bahia. Lisboa, 6 de novembro de 1798. Despacho do Conselho Ultramarino pelo qual ordenou que o Juiz de Fora da Bahia procedesse ao tombo das terras de Orobó.	Despacho do Conselho Ultramarino pelo qual ordenou que o Juiz de Fora da Bahia procedesse ao tombo das terras de Orobó.	1798	Bahia	Bahia
07,04,031 [mnsc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	cortes	Carta do Príncipe Regente sobre os cortes de madeira de construção em Santa Catarina	Carta do Príncipe Regente sobre os cortes de madeira de construção em Santa Catarina	1799	Santa Catarina	Santa Catarina
AHU_ACL_C U_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	vinhático	Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Brasil - Baía. 1779, Novembro, 28. Mappa dos taboados de vinhático, suas dimensões, preços antigos e atuais e direitos que se devem pagar no embarque.	Mappa dos taboados de vinhático, suas dimensões, preços antigos e atuais e direitos que se devem pagar no embarque.	1799	Bahia	Bahia
AHU_ACL_C U_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)	AHU	pau	Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Brasil - Baía. 1799, Março, 20. Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Balthasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe comunica uma interessante informação sobre a Comarca de Ilhéus, a sua origem, a sua agricultura, commercio, população e preciosas mattas. Cairú, 20 de Março de 1799.	Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Balthasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe comunica uma interessante informação sobre a Comarca de Ilhéus, a sua origem, a sua agricultura, commercio, população e preciosas mattas.	1799	Bahia	Bahia
i-33,29,42 [mnsc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Prezo, Henrique da Fonseca Sousa. Relação das madeiras de construção necessárias para uma nau de 74 peças e uma fragata de 36 peças, nas quais são ao mesmo tempo declarados os seus respectivos custos na cidade da Bahia.	Relação das madeiras de construção necessárias para uma nau de 74 peças e uma fragata de 36 peças, nas quais são ao mesmo tempo declarados os seus respectivos custos na cidade da Bahia.	1800	Bahia	Bahia

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
07,04,1955 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Cartas sobre a Construção de um Bergantim em 1800	Cartas sobre a Construção de um Bergantim em 1801	1800	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
I-11,1,19 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira (título); Rio de Janeiro (assunto)	Memória sobre os cortes das madeira na capitania do Rio de Janeiro (Livro, ano de 1800)	Memória sobre os cortes das madeira na capitania do Rio de Janeiro	1800	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
II-33,10,9 n° 12 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Relação das madeiras que desta comarca das Alagoas tem remetido o juiz conservador dos mattos da mesma Comarca Jozé de Mendonça de Mattos Moreira desde 7 de Junho de 1800, que se expediu o corte até 14 de Abril de 1801 para a construção da nau de 74 peças que S. N. R. he servido mandar construir na cidade da Bahia, debaixo das ordens do Ex. S. Dom Fernando Jozé de Portugal, Governador e Capitão geral da mesma.	Relação das madeiras que desta comarca das Alagoas tem remetido o juiz conservador dos mattos da mesma Comarca Jozé de Mendonça de Mattos Moreira desde 7 de Junho de 1800, que se expediu o corte até 14 de Abril de 1801 para a construção da nau de 74 peças que S. N. R. he servido mandar construir na cidade da Bahia, debaixo das ordens do Ex. S. Dom Fernando Jozé de Portugal, Governador e Capitão geral da mesma.	1800	Alagoas	Alagoas
AHU_ACL_C U_017, Cx. 183\Doc. 13372 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1800, Agosto, 4. Lisboa. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a relação das madeiras que do Arsenal do Rio de Janeiro passaram para a Fragata Ativo, do qual é comandante o capitão de mar e guerra Felipe Alberto Patrone.	OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a relação das madeiras que do Arsenal do Rio de Janeiro passaram para a Fragata Ativo, do qual é comandante o capitão de mar e guerra Felipe Alberto Patrone.	1800	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 184\Doc. 13382 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	corte de madeira	1800, Agosto, 22, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [presidente da Mesa de Inspeção, intendente-geral do Ouro e juiz conservador das matas do Rio de Janeiro], Diogo de Toledo Lara Ordonhes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando o apoio que teve no seu trabalho de visita às matas de corte de madeira, do capitão reformado de Milícias, João Coutinho Pereira, e do alferes de Granadeiros do 2º Regimento da guarnição [do Rio de Janeiro], Antônio de Amorim Lima; e solicitando apoio no deferimento do requerimento deste oficial para a promoção de tenente.	OFÍCIO do [presidente da Mesa de Inspeção, intendente-geral do Ouro e juiz conservador das matas do Rio de Janeiro], Diogo de Toledo Lara Ordonhes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando o apoio que teve no seu trabalho de visita às matas de corte de madeira, do capitão reformado de Milícias, João Coutinho Pereira, e do alferes de Granadeiros do 2º Regimento da guarnição [do Rio de Janeiro], Antônio de Amorim Lima; e solicitando apoio no deferimento do requerimento deste oficial para a promoção de tenente.	1800	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 187\Doc. 13535 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	corte de madeira	1800, Outubro, 10, Rio de Janeiro. OFÍCIO do chefe de esquadra e intendente da marinha, José Caetano de Lima ao [secretário e estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ter sido notificado das ordens passadas ao vice-rei [do Estado do Brasil, conde de Resende, D. José Luís de Castro] para destacar um negociante para pagar as férias dos operários responsáveis pelo corte da madeira, sendo nomeado o capitão-mor João Marcos Vieira, pagando-se-lhe pela Fazenda Real o que mostrar ter gasto neste exercício; e a aprovação do seu requerimento em que pediu a construção de um bergantim a fim de conduzir madeiras dos Campos dos Goytacazes para o Rio de Janeiro.	OFÍCIO do chefe de esquadra e intendente da marinha, José Caetano de Lima ao [secretário e estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ter sido notificado das ordens passadas ao vice-rei [do Estado do Brasil, conde de Resende, D. José Luís de Castro] para destacar um negociante para pagar as férias dos operários responsáveis pelo corte da madeira, sendo nomeado o capitão-mor João Marcos Vieira, pagando-se-lhe pela Fazenda Real o que mostrar ter gasto neste exercício; e a aprovação do seu requerimento em que pediu a construção de um bergantim a fim de conduzir madeiras dos Campos dos Goytacazes para o Rio de Janeiro.	1800	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
07,04,055 [Mnsc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Madeira (título); Rio de Janeiro (assunto)	Aguiar, Fernando José de Portugal, Marques de, 1752-1817. Carta régia do príncipe regente a Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, autorizando o cumprimento das medidas propostas pelo intendente da marinha José Caetano de Lima relativos aos cortes de madeira de construção nas matas da Posse e da Papucaia ou Colégio, distritos de Itapacorá e Macacu.	Carta régia do príncipe regente a Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, autorizando o cumprimento das medidas propostas pelo intendente da marinha José Caetano de Lima relativos aos cortes de madeira de construção nas matas da Posse e da Papucaia ou Colégio, distritos de Itapacorá e Macacu.	1801	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_007, Cx. 6\Doc. 457 (1)	AHU	índios madeira	Conselho Ultramarino, Brasil, Espírito Santo. 1801, Fevereiro, 10, Vila da Vitória. Ofício do [Governador da Capitania do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [Secretário Interino de Estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, [Conde de Linhares] a informar das vinte e quatro dúzias de madeira de tapinhoã compradas aos índios por três mil réis a dpuzia e revendida a dez ou doze mil réis, e da necessidade de se evitar o corte de madeiras nobres.	Ofício do [Governador da Capitania do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [Secretário Interino de Estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, [Conde de Linhares] a informar das vinte e quatro dúzias de madeira de tapinhoã compradas aos índios por três mil réis a dpuzia e revendida a dez ou doze mil réis, e da necessidade de se evitar o corte de madeiras nobres.	1801	Espírito Santo	Espírito Santo
I-29,19,23 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Mapa de exportação dos produtos da Capitania da Bahia para Portugal, e outros portos em 1802. [Bahia], 1802. 1 doc. (1 p.) Orig. Ms. Coleção Linhares.	Mapa de exportação dos produtos da Capitania da Bahia para Portugal, e outros portos em 1802.	1802	Bahia	Bahia

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_005, Cx. 122\Doc. 24001 (2)	AHU	jacarandá	Conselho Ultramarino, Brasil, Bahia. 1802, Bahia. Offício do Juiz Conservador das Mattas da comarca dos Ilhéos, Balthasar da Silva Lisboa, para o Visconde de Anadía, no qual se refere aos seus serviços e á remessa da seguinte memoria sobre a comarca de Ilhéos.	Offício do Juiz Conservador das Mattas da comarca dos Ilhéos, Balthasar da Silva Lisboa, para o Visconde de Anadía, no qual se refere aos seus serviços e á remessa da seguinte memoria sobre a comarca de Ilhéos.	1802	Bahia	Bahia
I-17,12,001 nº8 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	exportação	Mapa dos Efeitos que se exportarão desta Capitania do Rio de Janeiro para os Portos abaixo declarados no ano de 1803	Mapa dos Efeitos que se exportarão desta Capitania do Rio de Janeiro para os Portos abaixo declarados no ano de 1803	1803	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
I-31,30,27 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a este respeito se têm expedido, regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependência até o dia 1 de Agosto de 1803, por Baltazar da Silva Lisboa, s.l.	Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a este respeito se têm expedido, regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependência até o dia 1 de Agosto de 1803	1803	Bahia	Bahia
AHU_ACL_C U_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	AHU. Conselho Ultramarino. Brasil, Rio de Janeiro. 1803, Março, 20. Rio de Janeiro. OFÍCIO do [vice rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], informando sobre o carregamento da madeira que vai na charrua Princesa Real, comandada pelo 1º tenete de mar João Antônio Salgado; sugerindo que as charruas destinadas ao transporte de madeira se dirijam aos portos da Bahia, Pernambuco e Pará, onde o corte está bem regulado e as madeiras são de melhor qualidade para a construção; remetendo relação das madeiras.	OFÍCIO do [vice rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], informando sobre o carregamento da madeira que vai na charrua Princesa Real, comandada pelo 1º tenete de mar João Antônio Salgado; sugerindo que as charruas destinadas ao transporte de madeira se dirijam aos portos da Bahia, Pernambuco e Pará, onde o corte está bem regulado e as madeiras são de melhor qualidade para a construção; remetendo relação das madeiras.	1803	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_005, Cx. 132\Doc. 26332 (1)	AHU	escravos falquejadores	Conselho Ultramarino, Brasil, Bahia. 1803, Porto Seguro. Informação de alguns moradores da villa de Prado, dirigida ao Ouvidor Francisco Dantas Barbosa, sobre os índios.	Informação de alguns moradores da villa de Prado, dirigida ao Ouvidor Francisco Dantas Barbosa, sobre os índios.	1803	Bahia	-
I-17,12,001 n°008 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Porto do Rio de Janeiro	-	-	1803	Não especificado	Rio de Janeiro
I-17,12,001 n°12 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	exportação	Mapa dos Efeitos que se exportarão desta Capitania do Rio de Janeiro para os Portos abaixo declarados no ano de 1804	Mapa dos Efeitos que se exportarão desta Capitania do Rio de Janeiro para os Portos abaixo declarados no ano de 1804	1804	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
I-22,14,005 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	exportação	Meneses, Antônio Luis Ferreira de. Mapa das exportações e importações da capitania do Rio de Janeiro no ano de 1803. RJ, 1805.	Mapa das exportações e importações da capitania do Rio de Janeiro no ano de 1803.	1805	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
I-32,14,005 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	exportação	Meneses, Antônio Luis Ferreira de. Mapa das exportações e importações da capitania do Rio de Janeiro no ano de 1803. RJ, 1805.	Mapa das exportações e importações da capitania do Rio de Janeiro no ano de 1803	1805	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_017, Cx. 228\Doc. 15621 (1)	AHU	peroba	Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro. 1805, Rio de Janeiro. Ofício do chefe de esquadra e intendente da Marinha, José Caetano de Lima, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre a entrada no porto do Rio de Janeiro da charrua São João Magnânimo e o cumprimento do ofício de 23 de janeiro em que ordena embarcar madeira de construção; notificando as razões porque não embarcou toda a madeira solicitada; informando a necessidade da compra de bois para o transporte das madeiras da área do corte até o porto de embarque; informando que a peroba embarcada pode servir para o cintado das naus de linha, o estado da fragata Carlota e a escassez do azeite de peixe.	Ofício do chefe de esquadra e intendente da Marinha, José Caetano de Lima, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre a entrada no porto do Rio de Janeiro da charrua São João Magnânimo e o cumprimento do ofício de 23 de janeiro em que ordena embarcar madeira de construção; notificando as razões porque não embarcou toda a madeira solicitada; informando a necessidade da compra de bois para o transporte das madeiras da área do corte até o porto de embarque; informando que a peroba embarcada pode servir para o cintado das naus de linha, o estado da fragata Carlota e a escassez do azeite de peixe.	1805	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
COD. 10478	Biblioteca Nacional de Portugal	madeira E Rio de Janeiro	Balança geral do comércio do Reino de Portugal com os seus domínios e Naçoens estrangeiras no anno de 1808	Balança geral do comércio do Reino de Portugal com os seus domínios e Naçoens estrangeiras no anno de 1808	1808	Rio de Janeiro	Bahia e Rio de Janeiro
II-33,10,9 nº 15 [mns]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 4 de Junho de 1810. Fatura das madeiras de construção, que deste porto remete o Dom Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas, o Juiz Conservador das mattas reais do Sul Joaquim Jozé de Cartas (?) no laneão (?) denominado São Jozé dos Mares mestre Vicente Nunes Cauaes, e dono Jozé F. de Azevedo por conta e risco da Real Fazenda , a entregar na cidade da Bahia a Ordem dos Exímios senhores Governadores da mesma.	Fatura das madeiras de construção, que deste porto remete o Dom Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas, o Juiz Conservador das mattas reais do Sul Joaquim Jozé de Cartas (?) no laneão (?) denominado São Jozé dos Mares mestre Vicente Nunes Cauaes, e dono Jozé F. de Azevedo por conta e risco da Real Fazenda , a entregar na cidade da Bahia a Ordem dos Exímios senhores Governadores da mesma.	1810	Alagoas	Alagoas

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
II-33,10,9 n° 20 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 3 de Novembro de 1810. Factura da madeira que leva a Sumaca Triunfo do Sul por invocação N. Sr ^a . da Victoria, de que hé mestre Jozé Francisco de Oliveira, remetidas pelo ilustríssimo Dom Ouvidor Geral e Corregedor Geral desta Comarca, Juiz Conservador Jutenim (?) das Mattas do Sul Antônio Batalha, debaixo das ordens dos ilustríssimos exímios senhores Governadores da Cidade da Bahia.	Factura da madeira que leva a Sumaca Triunfo do Sul por invocação N. Sr ^a . da Victoria, de que hé mestre Jozé Francisco de Oliveira, remetidas pelo ilustríssimo Dom Ouvidor Geral e Corregedor Geral desta Comarca, Juiz Conservador Jutenim (?) das Mattas do Sul Antônio Batalha, debaixo das ordens dos ilustríssimos exímios senhores Governadores da Cidade da Bahia.	1810	Alagoas	Alagoas
II-33,10,9 n° 23 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 5 de Abril de 1810. Factura das madeiras de construção de fragata embarcada neste porto de Jaraguá na Sumaca de S. A. R. denominada o Triunfo do Sul, de que hé mestre Jozé Francisco de Oliveira, remetida para a cidade da Bahia pelo Dom Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca das Alagoas Joaquim Jozé de Castro, Juiz Conservador Interino das Mattas Reaes do Sul a entregar na indústria da referida praça da ordem do Exímio Ilustríssimo Senhor do Governo Geral da mesma Cidade.	Factura das madeiras de construção de fragata embarcada neste porto de Jaraguá na Sumaca de S. A. R. denominada o Triunfo do Sul, de que hé mestre Jozé Francisco de Oliveira, remetida para a cidade da Bahia pelo Dom Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca das Alagoas Joaquim Jozé de Castro, Juiz Conservador Interino das Mattas Reaes do Sul a entregar na indústria da referida praça da ordem do Exímio Ilustríssimo Senhor do Governo Geral da mesma Cidade.	1810	Alagoas	Alagoas
II-33,10,9 n° 24 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 5 de Abril de 1810. Barco de S. A. R. denominado Triunfo do Sul Mestre Jozé Francisco de Oliveira.	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia.	1810	Alagoas	Alagoas
II-33,10,9 n° 25 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 12 de Abril de 1810. Factura das madeiras de construção, que remete Dom Ouvidor Geral Corregedor e Juiz Conservador Interino das Mattas Reais do Sul Joaquim José de Castro, na Sumaca por invocação N. Sr ^a da Conceição e Almas, de que seu mestre e dono Francisco Gl's Anjo, para a praças da Bahia por conta e risco da Real Fazenda a entregar no Arsenal da Marinha a	Factura das madeiras de construção, que remete Dom Ouvidor Geral Corregedor e Juiz Conservador Interino das Mattas Reais do Sul Joaquim José de Castro, na Sumaca por invocação N. Sr ^a da Conceição e Almas, de que seu mestre e dono Francisco Gl's Anjo, para a praças da Bahia por conta e risco da Real Fazenda a entregar no Arsenal da Marinha a ordem dos Exímios Ilustríssimos Senhores Governadores da Capitania da Bahia.	1810	Alagoas	Alagoas

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
			ordem dos Exímios Ilustríssimos Senhores Governadores da Capitania da Bahia.				
II-33,10,9 n° 39 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Relação e estado das madeiras de jangada que o ilustríssimo exímio senhor Conde das Áreas Preservadas e Cappittão Geral da Bahia ... 8 de Abril de 1810	Relação e estado das madeiras de jangada que o ilustríssimo exímio senhor Conde das Áreas Preservadas e Cappittão Geral da Bahia	1810	Alagoas	Alagoas
i-32,12,020 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira (título); Rio de Janeiro (assunto)	Gambier, [James]. Memória acerca das madeiras do Brasil. Rio de Janeiro, 1811.	Memória acerca das madeiras do Brasil.	1811	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
II-33,10,9 n° 33 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Alagoas, 3 de Maio de 1811. Factura da madeira de construção da fragata embarcada em a Sumaca por invocação N. S. da Conceição S. Antônio e Alma, de que hé mestre e dono Francisco Gls. Anjo remetida pelo desembargador, Seu Conservador das Mattas Reais do sul da Capitania de Pernambuco para a cidade da Bahia na conformidade da ordem do Ilustríssimo Exímio Senhor Governador Capitam General da Comarca da mesma cidade.	Factura da madeira de construção da fragata embarcada em a Sumaca por invocação N. S. da Conceição S. Antônio e Alma, de que hé mestre e dono Francisco Gls. Anjo remetida pelo desembargador, Seu Conservador das Mattas Reais do sul da Capitania de Pernambuco para a cidade da Bahia na conformidade da ordem do Ilustríssimo Exímio Senhor Governador Capitam General da Comarca da mesma cidade.	1811	Alagoas	Alagoas

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
II-33,10,9 n° 36 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 15 de Junho de 1811. Factura da madeira de construção da fragata embarcada na sumaca denominada S. José Triunfo descobridor do mar, que hé mestre e dono José Gomes de Amorim, remetida para a cidade da Bahia por ordem do desembargador e juiz conservador das Mattas Reaes do sul da Capitania de Pernambuco debaixo das ordens do Ilustríssimo Exímio Senhor Governador e Capitam General da Bahia.	Factura da madeira de construção da fragata embarcada na sumaca denominada S. José Triunfo descobridor do mar, que hé mestre e dono José Gomes de Amorim, remetida para a cidade da Bahia por ordem do desembargador e juiz conservador das Mattas Reaes do sul da Capitania de Pernambuco debaixo das ordens do Ilustríssimo Exímio Senhor Governador e Capitam General da Bahia.	1811	Alagoas	Alagoas
II-33,10,9 n° 42 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 1 de Outubro de 1811. Factura da madeira de construção de fragatta embarcada na sumaca denominada por invocação Pastorinha, de q'hé mestre João dos Santos Cardoso e dono Antônio Firmiano de Macedo Braga, e correspondente na cidade da Bahia João ... de Souza o que me deu o recebimento, assignou abiaxo remetido por este juiz da conservatória das mattas reais do sul da capitania de Pernambuco debaixo das ordens do Ilustríssimo Ex° Sr° Governador e Capitam Geral da Capitania da Bahia.	Factura da madeira de construção de fragatta embarcada na sumaca denominada por invocação Pastorinha, de q'hé mestre João dos Santos Cardoso e dono Antônio Firmiano de Macedo Braga, e correspondente na cidade da Bahia João ... de Souza o que me deu o recebimento, assignou abiaxo remetido por este juiz da conservatória das mattas reais do sul da capitania de Pernambuco debaixo das ordens do Ilustríssimo Ex° Sr° Governador e Capitam Geral da Capitania da Bahia.	1811	Alagoas	Alagoas
COD. 10491	Biblioteca Nacional de Portugal	madeira E Rio de Janeiro	Balança geral do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e naçoens estrangeiras no ano de 1812.	Balança geral do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e naçoens estrangeiras no ano de 1812.	1812	Rio de Janeiro	Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro
II-33,10,9 n° 40 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Jaraguá, 3 de Fevereiro de 1814. Factura da madeira de construção de fragata embarcada ...	Factura da madeira de construção de fragata embarcada ...	1814	Alagoas	Alagoas

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
II-31,3,16 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Porto do Rio de Janeiro	Arsenal Real da Marinha. Lista dos navios mercantes surtos no Porto. Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 1815.	Arsenal Real da Marinha. Lista dos navios mercantes surtos no Porto.	1815	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_003, Cx. 42\Doc. 3381 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	vinhático	Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Brasil. 1815, outubro, 23. Requerimento do capelão da charrua São João Magnânimo, frei Luís Sousa e Barros, ao governador do Reino e secretário de estado da Marinha e Ultramar, dos negócios estrangeiros e guerra em Portugal, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, solicitando pagamento pelas táboas de vinhático que trouxe a bordo e que foram confiscadas pelo arsenal.	Requerimento do capelão da charrua São João Magnânimo, frei Luís Sousa e Barros, ao governador do Reino e secretário de estado da Marinha e Ultramar, dos negócios estrangeiros e guerra em Portugal, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, solicitando pagamento pelas táboas de vinhático que trouxe a bordo e que foram confiscadas pelo arsenal.	1815	Pernambuco	Pernambuco
AHU_ACL_C U_017, Cx. 273\Doc. 18894 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	1815, Setembro, 14, [Rio de Janeiro]. RELAÇÃO das madeiras necessárias ao Arsenal Real do Exército e que devem ser cortadas e transportadas nos portos do sul do Rio de Janeiro.	RELAÇÃO das madeiras necessárias ao Arsenal Real do Exército e que devem ser cortadas e transportadas nos portos do sul do Rio de Janeiro.	1815	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)	Arquivo Histórico Ultramarino	relação das madeiras	1815, Outubro, 14 [Rio de Janeiro]. RELAÇÃO das madeiras encomendadas para o Arsenal Real do Exército e que devem ser cortadas para o Norte do Rio de Janeiro.	RELAÇÃO das madeiras encomendadas para o Arsenal Real do Exército e que devem ser cortadas para o Norte do Rio de Janeiro.	1815	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
II-31,03,016 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Porto do Rio de Janeiro	-	-	1815	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
ARC.009,03,028 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1800-1822)	HEATHER, William. A new chart of the coast of Brazil from Mount Trico to the River Plate drawn from the latest surveys. Londres [Inglaterra]: W. Heather, 1815.	A new chart of the coast of Brazil from Mount Trico to the River Plate drawn from the latest surveys	1815	Londres [Inglaterra]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
I-28,32,4 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corde	Minuta do decreto que proíbe o corte de árvores, madeiras, lenhas e matos em todo o terreno que rodeie as nascentes do Rio Carioca	Minuta do decreto que proíbe o corte de árvores, madeiras, lenhas e matos em todo o terreno que rodeie as nascentes do Rio Carioca	1817	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
II-33,34,18 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corde	Memória apresentada por Joaquim José da Cruz, a respeito do melhor modo de se procederem os cortes de madeira nas comarcas de Ilhéus e Alagoas.	Memória apresentada por Joaquim José da Cruz, a respeito do melhor modo de se procederem os cortes de madeira nas comarcas de Ilhéus e Alagoas.	1818	Bahia	Bahia
57D,5,84 [Obras Raras]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	Decreto resolvendo coutar madeiras, lenhas, ... 1818. Palácio da Real Fazenda de Santa Cruz, com a rubrica do Rei.	Decreto resolvendo coutar madeiras, lenhas, ...	1818	Não especificado	Rio de Janeiro
AHU_ACL_C U_005, Cx. 263\Doc. 18586	Arquivo Histórico Ultramarino	madeira; Rio de Janeiro	Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino, Brasil - Bahia. 1821, Maio, 16, Liboa. Carta da real junta da fazenda da marinha ao rei [D. João VI] remetendo a relação dos gêneros ajustados para a expedição da Bahia.	Carta da real junta da fazenda da marinha ao rei [D. João VI] remetendo a relação dos gêneros ajustados para a expedição da Bahia.	1821	Bahia	Bahia
ARM.20.3.13 - Iconografia	BNRJ	mapa do Brasil (1800-1822)	Henderson, James, 1783?-1848. A history of the Brazil [Iconográfico] : comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c ..	A history of the Brazil [Iconográfico] : comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c ..	1821	Londres [Inglaterra]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
I-28,11,021 - Manuscritos	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Alemão, Francisco Freire, 1797-1874. " [Carta da estrada da Fortaleza a Baturité, e dos terrenos e lugares adjacentes, feita segundo um esboço feito a olho pelo Sr. Capitão Henrique Gonçalves da Justa, e novas observações dele, e minhas particulares] [Manuscrito] " Pacatuba, CE : [s.n.], 18 abr. 1860. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	[Carta da estrada da Fortaleza a Baturité, e dos terrenos e lugares adjacentes, feita segundo um esboço feito a olho pelo Sr. Capitão Henrique Gonçalves da Justa, e novas observações dele, e minhas particulares] [Manuscrito]	1860	Pacatuba, CE	-
I-29,19,9 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	exportação	Mapa das Exportações para os Portos de Fora do Brasil	Mapa das Exportações para os Portos de Fora do Brasil	-	Bahia	Bahia
II-33,32,34 [Mnsc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corte	Parecer de Baltazar da Silva Lisboa sobre o pedido de Maria Antônia de parada do corte de madeira em sua propriedade. Rio de Janeiro.	Parecer de Baltazar da Silva Lisboa sobre o pedido de Maria Antônia de parada do corte de madeira em sua propriedade.	-	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
13,03,002 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	Memória sobre a questão ... convém do Brazil vender madeyras de construção a nações estrangeiras. Marinha Mercantil. Ano não informado	Memória sobre a questão ... convém do Brazil vender madeyras de construção a nações estrangeiras.	-	Não especificado	-
II-31,2,19 nº7 [Mnsc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corte	Instruções Régias sobre a pecuária, agricultura, distribuição de terras, alfândegas, comércio, trato com os índios.	Instruções Régias sobre a pecuária, agricultura, distribuição de terras, alfândegas, comércio, trato com os índios.	-	Não especificado	-
II-33,10,9 nº 30 [mnsc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Relação dos preços que forão avaliadas as madeiras de factura junta.	Relação dos preços que forão avaliadas as madeiras de factura junta.	-	Alagoas	Alagoas

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
II-33,10,9 n° 31 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Factura das madeiras de construção de Fragata enviadas na Sumaca S. A. R. por invocação N. S. da Vitória Triunfo do Sul, de que hé mestre José Franciso de Oliveira remetida pelo Dom Juiz Conservador das Mattas Reaes do Sul da parte da capitania de Pernambuco para a cidade da Bahia na conformidade das ordens do Ilustríssimo Exímio Senhor Conde Governador e Capitam General da mesma cidade.	Factura das madeiras de construção de Fragata enviadas na Sumaca S. A. R. por invocação N. S. da Vitória Triunfo do Sul, de que hé mestre José Franciso de Oliveira remetida pelo Dom Juiz Conservador das Mattas Reaes do Sul da parte da capitania de Pernambuco para a cidade da Bahia na conformidade das ordens do Ilustríssimo Exímio Senhor Conde Governador e Capitam General da mesma cidade.	-	Alagoas	Alagoas
II-33,10,9 n° 37 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	madeira	História de Alagoas: Relação das madeiras remetidas para a Bahia. // Conta dos preços das madeiras contempladas nesta Faeluna (?)	Conta dos preços das madeiras contempladas nesta Faeluna (?)	-	Alagoas	Alagoas
PT/TT/JC/C/006/0001	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	navios rio de janeiro	JUNTA DO COMÉRCIO, mç. 312 (cx. 622). Mapas das cargas dos navios entrados em Lisboa e Porto	Mapas das cargas dos navios entrados em Lisboa e Porto	-	São Paulo	São Paulo
MSS. 12, n.8	Biblioteca Nacional de Portugal	relação de madeiras do brasil	Relação de madeiras do Brasil	Relação de madeiras do Brasil	-	Não especificado	-
Biblioteca Nacional de Portugal - [168]	Biblioteca Nacional de Portugal	madeira E Rio de Janeiro	Cartas a Alvaro de Sousa e Gaspar de Sousa	Cartas a Alvaro de Sousa e Gaspar de Sousa	-	Pernambuco e Paraíba	Pernambuco e Paraíba
ARC. 009,04,021 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1600-1700)	Visscher, Nicolaes, 1618-1679. Afbeelding der stadt fortressen van Parayba [Cartográfico]. Amsterdam [Países Baixos] : Chez Nicolas Iansz Visscher, 1635. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Afbeelding der stadt fortressen van Parayba [Cartográfico] / Imagem das fortalezas da cidade da Parayba	1618-1679	Amsterdã [Países Baixos]	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
03,04,22 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	ALBUQUERQUE, José Feijó de Melo e. Despesa feita com a construção da Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém e S. José: que por ordem de Sua Magestade se fabricou no arsenal da cidade do Pará, como consta dos livros diários e auxiliares em que se acham lançadas. Pará: [s.n.], [1761] - [1766]. Original, 29p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1482618/mss1482618.pdf . Acesso em: 4 nov. 2019. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1482618/mss1482618.html . Acesso em: 4 nov. 2019.	Despesa feita com a construção da Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém e S. José: que por ordem de Sua Magestade se fabricou no arsenal da cidade do Pará, como consta dos livros diários e auxiliares em que se acham lançadas.	1761-1766	Pará	Pará
ARC.023,10,00 6-009 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Faria, José Custódio de Sá e, ca.1710-1795. [Plantas da Praça de N ^a S ^a dos Prazeres] [Cartográfico]. 1774-1775. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	[Plantas da Praça de N ^a S ^a dos Prazeres] [Cartográfico]	1774 - 1775	-	-
I-31,30,97 [Mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	pao	Silveira, José Joaquim Lobo da (provedor da casa da Índia). Relação do rendimento da casa da Índia, saída do pau-brasil, da 4% do donativo e seu rendimento do consulado da saída e entrada da mesma casa, no ano de 1774. 1775.	Relação do rendimento da casa da Índia, saída do pau-brasil, da 4% do donativo e seu rendimento do consulado da saída e entrada da mesma casa, no ano de 1774.	1774-1775	Lisboa	-
i-47,30,006 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Azevedo, José Antônio de. Relação do custo e gastos da madeira de castanha para a mastreação. Pará, 06/09/1778, 17/05/1779. Coleção Decimal/Carvalho.	Relação do custo e gastos da madeira de castanha para a mastreação.	1778-1779	Pará	Pará

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
ARC.004,07,006 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1700 - 1800)	Carta da Bahia de Macapa [Cartográfico] : feita por ordem do Exmo. Governador e Capitão General do Estado do Pará D. Francisco de Souza Coutinho. 1800. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Carta da Bahia de Macapa [Cartográfico] : feita por ordem do Exmo. Governador e Capitão General do Estado do Pará D. Francisco de Souza Coutinho	1800.	-	-
II-34,2,35 [mnc]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corte de madeira	BNRJ. Ofício ao desembargador Baltazar da Silva Lisboa. 1800-1808.	Ofício ao desembargador Baltazar da Silva Lisboa.	1800-1808	Maranhão	Maranhão
I-32,06,012 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	corte; construção naval	Respostas às observações em frente dadas pelo intendente da Marinha da Bahia, José Francisco Perná sobre a conservação das matas da capitania da Bahia. Bahia, 1800 - 1809. Quartel General da Marinha.	Respostas às observações em frente dadas pelo intendente da Marinha da Bahia, José Francisco Perná sobre a conservação das matas da capitania da Bahia.	1800-1809	Bahia	Bahia
II-33,10,10 [Manuscritos]	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	construção naval	Santo Antônio Meiry. Factura da madeira de construção de Fragata embarcada para a cidade da Bahia; na Sumaca N. Senhora da Conceição, Santo Antônio e Almas.	Factura da madeira de construção de Fragata embarcada para a cidade da Bahia; na Sumaca N. Senhora da Conceição, Santo Antônio e Almas.	1811 - 1815	Pernambuco	Pernambuco
ARC.011,13,021 - Cartografia	BNRJ	mapa do Brasil (1500 - 1600)	Broeck, M. van den. Brasilia [Cartográfico]. Obras anteriores a 1800. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	Brasilia [Cartográfico]	anterior a 1800	-	-

Localização do Documento	Biblioteca	Palavra-chave utilizada	Referência	Título	Ano	Estado de Origem do Documento	Estado de Origem da Madeira
AHU_ACL_C U_023-01, Cx. 55\Doc. 4193 (1)	AHU	índios nos cortes	Conselho Ultramarino, Brasil, São Paulo. Palácio de Queluz, 1797, Março, 13. Carta de (D. Maria I), para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça dizendo que a Fazenda Real poderia tirar um grande rendimento das madeiras do Brasil e, por isso, declarava que eram propriedade da Coroa todas as matas da costa e das margens dos rios que desembocassem no mar e proibia que se desse sesmaria nesses sítios, ordenando ao governador que se informasse dos modeos para se restituir as sesmarias já dadas, indenizando os proprietários com terras no interior, impondo a obrigação de conservarem as madeiras estabelecendo severas penas contra os incendiários e destruidores das matas. Ordenava, também, que se levantassem mapas das regiões compreendidas e que o governador enviasse amostras das madeiras, indicando os nomes e propriedades.	1797		São Paulo	São Paulo

Legenda: Células em roxo – informações obtidas de documentos produzidos em estados da região Norte.

Tabela 5. Relação dos dados históricos e contemporâneos acerca das espécies com indicação de exploração.

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem	
Amarelo; Pau amarelo	Rutaceae	<i>Euxylophora paraensis</i> Hub. (1)	CR; EN; CR; CR	31,23	14 dúzias	Uso Múltiplo	Maranhão, Pará, Amazonas e Tocantins	Pará	Pernambuco	Bahia	Fragata de S. Magde, N. Sra. Da Glória, Remédios e S. Jozé	1779	ANTT - PT/TT/C SRN/A/1 1/00448	
					8 paus*			Pernambuco	Recife	N. Sra. Da Glória Estrela da América	1776	BNP - MSS. 12, n.8		
					109 coussoeiras					S. Nicoláo	1776 - 1777	BNRJ - 03,4,22 [Mns]*		
					1 caverna					N. Sra. Do Monte do Carmo e Sta. Ana	1765*			
					23 sarrafos					S. José				
	Vochysiaceae			NE; LC; -; -				Amazonas, Pará,		Rio de Janeiro	Lisboa	S. Boaventura	1803	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 208/Doc. 14556 (1)
												N. Sra. Da Boaviagem		
												Curveta N. Sra do		

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		<i>Vochysia obscura</i> Warm. (1)					Rondônia, Roraima e Mato Grosso				Monte do Carmo		
											Navio Santíssimo Sacramento		
	Combretaceae	<i>Terminalia glabrescens</i> Mart. (11)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná				Navio Nossa Senhora da Lapa		
											Navio Olinda Sto. Antônio		
											Neptuno Grande		
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vogel) J.F.Macbr. (11)	VU; LC; VU; VU				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas				Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém e São Jozé (por ordem de S. Magestade)		
											Charrua Princesa Real		

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
Açouta carvalho	Malvaceae	<i>Luehea divaricata</i> Mart. (1, 4)	NE; NE; DD; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Malvaceae	<i>Luehea paniculata</i> Mart. (1, 8)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Malvaceae	<i>Luehea candicans</i> Mart. (5)	LC; LC-LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Malvaceae	<i>Luehea grandiflora</i> Mart. (1)	-; -; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Malvaceae	<i>Luehea speciosa</i> Willd. (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Malvaceae	<i>Luehea ochrophylla</i> Mart. (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro						
	Malvaceae	<i>Luehea rufescens</i> A.St.-Hil. (1)	-; -; -; -				Minas Gerais, São Paulo						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Aderno	Anacardiaceae	<i>Astronium concinnum</i> Schott. (1, 2)	NE; -; -; -	14,33540359	80 dúzias de taboado	Construção Naval	Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro	Bahia	Ilhéus	Bahia e Recôncavos	-	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Anacardiaceae	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott. (2)	LC; -; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais						
	Anacardiaceae	<i>Astronium graveolens</i> Jacq. (2)	LC; LC; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Dilleniaceae	<i>Curatella americana</i> L. (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo						
	Metteniusaceae	<i>Emmotum nitens</i> (Benth.) Miers (2)	NE; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Minas Gerais						
	Anacardiaceae	<i>Astronium urundeuva</i> (M.Allemão) Engl. (2)	NE; DD; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Proteaceae	<i>Roupala paulensis</i> Sleumer (2)	NE; -; -; -				Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Proteaceae	<i>Roupala montana</i> var. <i>brasiliensis</i> (Klotzsch) K.S.Edwards (2)	NE; LC; -; -				Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Adoeta			-		112 s/ unidade	Indefinido		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	Nau N. Sr ^a de Bellem	1778	AHU_AC L_CU_017, Cx. 107\Doc. 9004 (1)
Amejá	Annonaceae	<i>Duguetia echinophora</i> R.E.Fr. (12)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Amazônia, Cerrado	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Annonaceae	<i>Duguetia flagellaris</i> Huber (12)	-; LC; -; -				Amazônia						
Ampaohera			-	124,98	214 s/ unidade	Indefinido		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	-	1791	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
Andiroba	Meliaceae	<i>Carapa guianensis</i> Aubl. (1, 8, 12)	NE; LC; -; -		-	Indefinido	Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Meliaceae	<i>Guarea pterorhachis</i> Harms (12)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Meliaceae	<i>Guarea gomma</i> Pulle (12)	-; LC; -; -				Amazônia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Meliaceae	<i>Guarea guidonia</i> (L.) Sleumer (12)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Meliaceae	<i>Guarea kunthiana</i> A.Juss. (12)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Maranhão, Paraná						
	Meliaceae	<i>Guarea pubescens</i>	-; LC; -; -				Amazônia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Rich.) A.Juss. subsp. <i>pubescens</i> (12)											
Angelica	Apocynaceae	<i>Himatanthus phagedaenicus</i> (Mart.) Woodson (9)	NE; LC; -; -		-	Indefinido	Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Rubiaceae	<i>Guettarda argentea</i> Lam. (1)	-; -; -; -				Amazônia						
	Rubiaceae	<i>Guettarda angelica</i> Mart. ex Müll.Arg. (12)	-; LC; -; -				Caatinga (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe)						
Angelim	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Luetzelburgia auriculata</i> (Allemão) Ducke (2)	NE; LC; -; -	16,545	6 s/ unidade	Uso Múltiplo	Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do	Santa Catarina	Rio de Janeiro	Bahia	Charrua Princesa Real	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208/Doc. 14556 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Norte, Minas Gerais						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira nitida</i> Mart. ex Benth (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira fraxinifolia</i> Benth. (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do			Lisboa			

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira anthelmia</i> (Vell.) Benth. (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Amburana cearensis</i> (Allemão) A.C.Sm. (2)	NT; EN; -; NT				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, São Paulo						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Ormosia arborea</i> (Vell.) Harms (2)	NE; LC; -; -				Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Sweetia fruticosa</i> Spreng (2)	NE; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Vatairea heteroptera</i> (Allemão) Ducke (1, 2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Vataireopsis araroba</i> (Aguiar) Ducke (2)	NE; NT; -; -				Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira surinamensis</i> (Bondt) Splitg. ex Amshoff (8)	NE; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Hymenolobium nitidum</i> Benth. (10)	NE; -; -; -				Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira cujabensis</i> Benth. (1)	-; -; -; -		75 dúzias de taboado		Amazônia, Cerrado (Bahia, Minas Gerais)	Bahia	Ilhéus	Bahia e Recôncavos		1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira humilis</i> Mart. ex Benth. (1)	-; LC; -; -				Amazônia, Caatinga, Cerrado (Minas Gerais, São Paulo,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraná, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte)						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira vermifuga</i> (Mart.) Benth. (1)	-; LC; -; LC				Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira fraxinifolia</i> Benth. (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sul, Santa Catarina						
	Ochnaceae	<i>Ouratea vaccinioides</i> (A.St.-Hil. & Tul.) Engl. (1)	-; LC; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Ochnaceae	<i>Ouratea confertiflora</i> (Pohl) Engl. (1)	-; -; -; -				Cerrado (Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Tocantins)						
Angelim de coco	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira legalis</i> (Vell.) Toledo (1, 3)	NE; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira anthelmia</i> (Vell.) Benth. (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
Angelim vermelho	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Poecilanthe falcata</i> (Vell.) Heringer (11)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Angico	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Anadenanthe ra</i> spp. (2)	-; -; -; -	7,167701794	5 dúzias	Construção Naval	Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	Pernambuco	Pernambuco	Lisboa	N. Sra. Da Gloria Sta. Clara	1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448
	Leguminosae -	<i>Anadenanthe ra colubrina</i>	NE; LC; -; -				Bahia, Ceará,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Mimosoideae	(Vell.) Brenan (2)					Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Anadenanthe ra colubrina</i> var. <i>cebil</i> (Griseb.) Altschul (2)	NE; LC; -; -				Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Anadenanthe ra peregrina</i> (L.) Speg. (2)	NE; LC; -; -				Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae -	<i>Anadenanthe ra peregrina</i>	NE; LC; -; -				Bahia, Paraíba,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Mimosoideae	<i>var. falcata</i> (Benth.) Altschul (2)					Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Parapiptadenia excelsa</i> (Griseb.) Bukart (2)	NE; LC; -; -				Paraná						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Parapiptadenia</i> spp. (2)	-; -; -; -		36 s/ unidades		Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Parapiptadenia rigida</i> (Benth.) Brenan (2)	NE; LC; -; -				Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub. (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F.Macbr. (2)	LC; LC; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Piptadenia paniculata</i> Benth. (1, 2, 4)	NE; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina						
Arariba; Araribá; Iraribá	Euphorbiaceae	<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp. & Endl. (2)	NE; LC; -; -	77,87	5,5 dúzias	Uso Múltiplo	Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	Navio S. José Príncipe da Beira	1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Centrolobium robustum</i> (Vell.) Mart. ex Benth. (1, 2)	NE; --; -		200 s/ unidade		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,		Rio de Janeiro		Navio Sta. Roza e Senhor do Bonfim	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Bahia						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Centrolobium tomentosum</i> Guillem. ex Benth. (2)	LC; --; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Centrolobium microchaete</i> (Mart. ex Benth.) H.C.Lima (2)	NE; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Ceará, Pernambuco						BNP - MSS. 12, n.8
	Rubiaceae	<i>Simira rubra</i> (Mart.) Steyerl. (1, 2)	DD; --; DD				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco						
	Leguminosae -	<i>Enterolobium</i>	NE; LC; -; -				Bahia, Ceará,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Mimosoideae	<i>contortisiliquum</i> (Vell.) Morong (2)					Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Rubiaceae	<i>Simira alba</i> (Mart.) Delprete, Margalho & Groppo (2)	NE; -; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia						
	Rubiaceae	<i>Simira sampaioana</i> (Standl.) Steyerm. (2)	NE; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Rubiaceae	<i>Hillia ulei</i> K.Krause (1)	-; -; -; LC				Bahia, Pernambuco,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo						
Articuape			-		7 rolos	Marcenaria		Pernambuco	Pernambuco	Lisboa	Nossa Senhora da Conceição e S. Rita	1781	AHU_AC L_CU_015, Cx. 142/Doc. 10469 (1)
Axichá	Malvaceae	<i>Mollia burchellii</i> Sprague (11)	-; -; -; -				Amazônia, Cerrado						
	Malvaceae	<i>Sterculia striata</i> A.St.-Hil. & Naudin (12)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Malvaceae	<i>Sterculia pruriens</i> (Aubl.) K.Schum. (12)	-; LC; -; -				Amazônia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Bacori; Bacory pari	Calophyllaceae	<i>Caraipa densifolia</i> Mart. (2)	NE;LC; -; -			Indefinido	Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro						BNP - MSS. 12, n.8
	Celastraceae	<i>Cheiloclinium cognatum</i> (Miers) A.C.Sm. (1, 2)	NE;LC; -; -		-		Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	-	-	-	-	-	
	Clusiaceae	<i>Clusia</i> spp. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Clusiaceae	<i>Garcinia macrophylla</i> Mart. (2)	NE;LC; -; -				Bahia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro						
	Rubiaceae	<i>Posoqueria latifolia</i> (Rudge) Schult (2)	-				Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Celastraceae	<i>Salacia elliptica</i>	NE; LC; -; -				Bahia, Maranhão,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Mart.) G. Don (1, 2)					Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Clusiaceae	<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum cuspidifolium</i> Mart. (1)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
Barbatimão	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Abarema cochliacarpus</i> (Gomes) Barneby & J.W.Grimes (2)	LC; LC; -; LC				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Anadenanthe ra peregrina</i> var. <i>falcata</i> (Benth.) Altschul (2)	NE; LC; -; -		-	Indefinido	Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraíba, Paraná	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Malpighiacae	<i>Byrsonima sericea</i> DC. (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Leguminosae - Caesalpinoideae	<i>Cassia leptophylla</i> Vogel (2)	NE; LC; -; -				Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo						
	Bignoniaceae	<i>Jacaranda brasiliana</i> (Lam.) Pers. (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais						
	Leguminosae -	<i>Peltophorum dubium</i>	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Caesalpinoideae	(Spreng.) Taub. (2)					Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Stryphnodendron pulcherrimum</i> (Willd.) Hochr. (1, 2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe						
	Leguminosae - Papilionoideae	<i>Swartzia pickelii</i> Killip ex Ducke (2)	LC; -; -; LC				Alagoas, Paraíba, Pernambuco						
	Leguminosae -	<i>Stryphnodendron</i>	NE; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Espírito						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Mimosoideae	<i>polyphyllum</i> Mart. (1, 2)					Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Leguminosae - Caesalpinoideae	<i>Dimorphandra gardneriana</i> Tul. (1)	-; -; -; -				Caatinga, Cerrado (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Minas Gerais)						
	Leguminosae - Caesalpinoideae	<i>Dimorphandra mollis</i> Benth. (1)	-; -; -; -				Amazônia, Cerrado, Pantanal (Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí)						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Stryphnodendron coriaceum</i> Benth. (1)	-; -; -; -				Caatinga, Cerrado (Bahia, Ceará, Maranhão,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Piauí, Minas Gerais)						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Stryphnodendron guianense</i> (Aubl.) Benth. (1)	-; -; -; -				Amazônia, Caatinga (Ceará, Maranhão)						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Stryphnodendron microstachyum</i> Poepp. & Endl. (1)	-; -; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Zygia inaequalis</i> (Willd.) Pittier (1)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Stryphnodendron rotundifolium</i> Mart. (1)	-; LC; -; -				Caatinga, Cerrado, Pantanal (Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná)						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Bracotiara assú					-	Indefinido		-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Brasil; Brazil; Pao brasil; Pau brasil; Pau-brasil	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Cenostigma pluviosum</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) Gagnon & G.P.Lewis (2)	NE; -; -; -	5.034.190 kg	5.034.190 kg	Uso Múltiplo	Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro	Bahia	Bahia	Lisboa	Brig. Adventure, Brig. Sevamors, Brig. Rob Rorj, Principe, Boafortuna, Macapá	1765	BNRJ [Mnsc] I-29,19,9
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Libidibia ferrea</i> (Mart. ex Tul.) L.P.Queiroz (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do	Pernambuco	Pernambuco		Real Pedro, Sto. Martyns, Caridade, Tejo, Carmo, Flor do porto, Boanião	1754	1788

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sul, Santa Catarina						
	Rubiaceae	<i>Simira alba</i> (Mart.) Delprete, Margalho & Groppo (2)	NE; -; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia				Nau Nossa Senhora do Livramento e São José, N. Sr.ª. do Bom Sucesso, N. Sr. da Arrabida e S. Anna	1815	BNP - COD. 10478
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Plathymenia reticulata</i> Benth (10)	LC; LC; -; LC		49.580 s/ unidade		Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná		Paraíba		Princesa, Pernambuco, flor do mar, Rainha, Providência, Vitória, Gloria, Brig. William, Galera Emily	1789	ANTT - PT/TTJC/A- A/002/0001
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Paubrasilia echinata</i> (Lam.) Gagnon, H.C.Lima &	NE; EN; EN; EN				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro		Brig. David Oesium, Brig. Lester, Brig. Jonhy, Par Espada	1778	AHU_AC L_CU_017, Cx. 75\Doc. 6815

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		G.P.Lewis (1)					do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro		Rio de Janeiro		de Ferro, Aguia de Douro, Brig. Minas, Brig. Thubeniacadre	1784	AHU_AC L_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004
brazil branco			-		2 paus	Uso Múltiplo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	-	1784	AHU_AC L_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004
brazil preto			-		1 pau	Uso Múltiplo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	-	1784	AHU_AC L_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004
Cacao	Malvaceae	<i>Theobroma speciosum</i> Willd. ex Spreng. (1)	-; -; -; -	63.690 kg	Indefinido	Amazônia		-	-	Itália	-	1812	BNP - COD. 10491
	Malvaceae	<i>Herrania spp.</i> (1)	-			Amazônia				Reino de Castela			
	Malvaceae	<i>Theobroma subincanum</i> Mart. (1)	-; LC; -; -			Amazônia							

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Cadarmia			-	7,514	8 s/ unidade	Indefinido		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	-	1791	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
Caixeta; Cayxeta	Euphorbiaceae	<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp. & Endl. (2)	NE; LC; -; -	197 tábuas	Indefinido	Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Nova Colônia do Sacramento	Nau Capitania Novo Sacramento da Conceição e Sam Jozé	1759	AHU_AC L_CU_017, Cx. 57\Doc. 5536	
	Euphorbiaceae	<i>Alchornea sidifolia</i> Müll.Arg. (2)	NE; -; -; -			Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina							
	Euphorbiaceae	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll.Arg. (2)	NE; LC; -; -			Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,							

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Sapotaceae	<i>Chrysophyllum gonocarpum</i> (Mart. & Eichler ex	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		Miq.) Engl. (2)					do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Sapotaceae	<i>Chrysophyllum viride</i> Mart. & Eichler (2)	-; NT-; NT				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Euphorbiaceae	<i>Croton piptocalyx</i> Müll.Arg. (1, 2)	-; LC; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia						
	Bignoniaceae	<i>Jacaranda micrantha</i> Cham. (2)	-; LC; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Bignoniaceae	<i>Jacaranda puberula</i> Cham. (2)	-; LC; -; LC;				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Araliaceae	<i>Didymopanax calvus</i> (Cham.) Decne. & Planch (2)	-; -; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Araliaceae	<i>Didymopanax morototoni</i> (Aubl.) Decne. & Planch. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Schizolobium parahyba</i> (Vell.) Blake (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Symplocaceae	<i>Symplocos tetrandra</i> Mart. (2)	-; LC; -; -				São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Bignoniaceae	<i>Tabebuia cassinoides</i>	-; -; EN; EN				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Calophyllaceae	<i>Caraipa</i> spp. Aubl. (2)					Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe						
	Clusiaceae	<i>Clusia nemorosa</i> G.Mey. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						BNP - MSS. 12, n.8
Canela; Canella	Lauraceae	<i>Nectandra</i> spp. (2)	-; -; -; -	28	54,5 taboados	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Bahia	Charrua Princesa Real	1821	AHU_AC L_CU_005, Cx. 263\Doc. 18586

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lauraceae	<i>Ocotea</i> spp. (2)	-; -; -; -		24 remos		Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina			Lisboa	N. S. da Encarnação e São Jozé	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
	Lauraceae	<i>Aniba firmula</i> (Nees & Mart.) Mez (1)	-; LC; -; -		274 paus		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina	Santa Catarina		Nova Colônia do Sacramento	Nau Capitania Novo Sacramento da Conceição e Sam Jozé	1720	AHU_AC L_CU_017, Cx. 11\Doc. 1220

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lauraceae	<i>Nectandra grandiflora</i> Ness & Mart (1)	-; -; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Lauraceae	<i>Nectandra megapotamica</i> (Spreng.) Mez (1)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina				N. S. da Atalaya e Almas	1759	AHU_AC L_CU_017, Cx. 57\Doc. 5536
	Lauraceae	<i>Nectandra membranacea</i> (Sw.) Griseb. (1)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina	Bahia					
	Lauraceae	<i>Ocotea lancifolia</i>	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas				N. S. do Rosário e	1766	AHU_AC L_CU_01

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Schott) Mez (1)					Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina				São Francisco		7, Cx. 78\Doc. 7060
	Lauraceae	<i>Mezilaurus navalium</i> (Allemão) Taub. ex Mez (10)	-; VU; EN; EN				Rio de Janeiro						
Canella Capitão	Euphorbiaceae	<i>Actinostemon concolor</i> (Spreng.) Müll.Arg. (2)	-; LC; -; -	153,29	1600 pranchões	Construção Naval	Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Vochysiaceae	<i>Callisthene fasciculata</i> Mart. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Vochysiaceae	<i>Callisthene major</i> Mart. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Minas Gerais						
	Lauraceae	<i>Nectandra cissiflora</i> Nees (1, 2, 3)	-; LC; -; LC				Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul						
	Combretaceae	<i>Terminalia glabrescens</i> Mart. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Espírito						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem	
							Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná							
Canela de Veado	Euphorbiaceae	<i>Actinostemon klotzschii</i> (Didr.) Pax (2)	-; LC; -; -			Indefinido	Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná							
	Rubiaceae	<i>Amaioua guianensis</i> Aubl. (2)	-; LC; -; -		-		Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Salicaceae	<i>Casearia decandra</i> Jacq. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará,							

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Salicaceae	<i>Casearia grandiflora</i> Cambess. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo						
	Salicaceae	<i>Casearia obliqua</i> Spreng. (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Rutaceae	<i>Helietta apiculata</i> Benth. (2, 6)	-; -; -; -				Minas Gerais, São Paulo,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Melastomataceae	<i>Miconia mirabilis</i> (Aubl.) L.O. Williams (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Canela preta; Canella preta	Lauraceae	<i>Ocotea catharinensis</i> Mez (2, 4)	-; VU; VU; VU	1.042,99	5.400 pranchões	Construção Naval	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Sul do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18894 (1)
	Lauraceae	<i>Ocotea corymbosa</i> (Meisn.) Mez (2)	-; LC; -; -		9.600 taboados		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina		Portos do Norte do Rio de Janeiro				AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Lauraceae	<i>Ocotea indecora</i> (Schott) Mez (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lauraceae	<i>Ocotea puberula</i> (Rich.) Nees (2)	-; LC; -; NT				Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i> (Nees & Mart.) Mez (1, 2)	-; LC; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Lauraceae	<i>Endlicheria glomerata</i> Mez (2)	-; LC; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia						
	Lauraceae	<i>Nectandra megapotamica</i> (Spreng.) Mez (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Lauraceae	<i>Nectandra globosa</i> (Aubl.) Mez (1)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado						
	Lauraceae	<i>Ocotea mosenii</i> Mez (1)	-; -; VU; VU				São Paulo						
	Lauraceae	<i>Nectandra puberula</i> (Schott) Nees (2, 3)	-; LC; -; -				Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Lauraceae	<i>Nectandra reticulata</i> (Ruiz & Pav.) Mez (2)	-; LC; --				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Paraná						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Canela parda	Lauraceae	<i>Ocotea lancifolia</i> (Schott) Mez (1)	-; -; -; -	1.042,99	5.400 pranchões	Construção Naval	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Sul do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18894 (1)
	Lauraceae	<i>Ocotea nitida</i> (Meisn.) Rohwer (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais						
	Lauraceae	<i>Nectandra nitidula</i> Nees & Mart. (1)	-; LC; -; -		9.600 taboados		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná		Portos do Norte do Rio de Janeiro				AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lauraceae	<i>Ocotea lobbii</i> (Meisn.) Rohwer (1)	-; -; -; LC				Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina						
Capueiro	Solanaceae	<i>Solanum bullatum</i> Vell. (1)	-; Lower Risk/conservation dependent; -; LC			Indefinido	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Burseraceae	<i>Trattinnickia</i> spp. (12)	-		Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais								
	Myristicaceae	<i>Virola sebifera</i> Aubl. (12)	-; LC; -; -		Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo								
Cararaúba	Arecaceae	<i>Copernicia prunifera</i> (Mill.)	-		-	Indefinido	Caatinga, Cerrado (Alagoas, Bahia,	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		H.E.Moore (11)					Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe)						
Carvalho	Celastraceae	<i>Monteverdia evonymoides</i> (Reissek) Biral (1)	-	3,583850897	24 coussoeiras	Construção Naval	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Pernambuco	Pernambuco	Lisboa	Curveta Sto. Antônio	1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448
	Proteaceae	<i>Roupala montana</i> var. <i>brasiliensis</i> (Klotzsch) K.S.Edwards (4)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Cedro; Sedro	Meliaceae	<i>Cedrela odorata</i> L. (2)	-; VU; VU; VU	65,58	1 tábua	Uso Múltiplo	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Pará	Belém*	Lisboa	Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém e São Jozé (por ordem de S. Magestade)*	1766*	BNRJ [Mns] 03,4,22*
	Meliaceae	<i>Guarea guidonia</i> (L.) Sleumer (2)	-; LC; -; -		7 dúzias		Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,	Bahia	Ilhéus	Bahia e Recôncavos		1799	AHU_AC L_CU_00 5, Cx. 105\Doc. 20434 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Meliaceae	<i>Guarea macrophylla</i> subsp. <i>spiciflora</i> (A.Juss.) T.D.Penn. (2)	-; -; -; -		150 dúzias de taboado		Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Paraíba						
	Meliaceae	<i>Cabrlea canjerana</i> (Vell.) Mart. subsp. <i>canjerana</i> (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro				BNP - MSS. 12, n.8
	Meliaceae	<i>Cabrlea</i> spp. (3)	-		200 s/ unidade		Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo,					1815	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 273\Doc. 18905 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i> Vell. (2, 4)	-; VU; VU; VU				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
Cravo	Myrtaceae	<i>Myrcia glomerata</i> (Cambess.) G.P.Burton & E.Lucas (1)	-; LC; -; LC		2.553,88 kg	Indefinido	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Seará	Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Seará	Barbaria	-	1812	BNP - COD. 10491

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lauraceae	<i>Dicypellium</i> spp. (12)	-				Amazônia						
Cumarú	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Amburana cearensis</i> (Allemão) A.C.Sm. (2, 4)	-; EN; -; NT		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Forsyth f. (2, 6)	-; DD; -; -				Amazônia						
	Leguminosae -	<i>Dipteryx polyphylla</i> Huber (1)	-; NT; -; -				Amazônia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Papilionoid eae												
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Taralea oppositifolia</i> Aubl. (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
Cupaúba	Goupiaceae	<i>Goupia glabra</i> Aubl. (1)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Amazônia	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Cutiuba	Rutaceae	<i>Esenbeckia densiflora</i> (Chodat & Hassl.) Hassl. (11)	-; -; -; -				Paraná, Santa Catarina						
	Euphorbiaceae	<i>Joannesia princeps</i> Vell. (11)	-; VU; -; -		-	Indefinido	Bahia, Ceará, Paraíba, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Goupiaceae	<i>Goupia glabra</i> Aubl. (11)	-; LC; -; -				Amazônia (Maranhão, Acre, Amazonas, Amapá, Pará,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Rondônia, Roraima, Mato Grosso)						
	Proteaceae	<i>Euplassa hoehnei</i> Sleumer (11)	-; LC; -; -				Santa Catarina, São Paulo						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Dinizia excelsa</i> Ducke (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Hydrochorea corymbosa</i> (Rich.) Barneby & J.W.Grimes (1)	-; -; -; -				Amazônia, Cerrado						
Favera	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Schizolobium parahyba</i> (Vell.) S.F.Blake (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Vatairea erythrocarpa</i> (Ducke) Ducke (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Vatairea paraensis</i> Ducke (1)	-; -; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Vataireopsis speciosa</i> Ducke (1)	-; -; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Enterolobium gummiferum</i> (Mart.) J.F.Macbr. (1)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado						
Gameleira	Malvaceae	<i>Apeiba tibourbou</i> Aubl. (2)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Moraceae	<i>Clarisia racemosa</i> Ruiz & Pav. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Moraceae	<i>Ficus adhatodifolia</i> Schott in Spreng. (1, 2)	-; -; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Moraceae	<i>Ficus enormis</i>	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		Mart. ex Miq. (1, 2)					Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Clusiaceae	<i>Clusia burchelli</i> Engl. (1)	-; EN-; -				Cerrado						
	Moraceae	<i>Ficus obtusifolia</i> Kunth (1)	-; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo, Paraná						
	Moraceae	<i>Ficus gomelleira</i> Kunth (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Genipapo	Rubiaceae	<i>Genipa americana</i> L. (2, 4)	-; LC; -; LC		30 remos	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Pernambuco	Pernambuco	Lisboa	-	1757	AHU_AC L_CU_015, Cx. 83\Doc. 6900
	Rubiaceae	<i>Tocoyena formosa</i> (Cham. & Schltldl.) K.Schum. (2)	-; -; -; -	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito									

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Gibipió							Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Anacardiaceae	<i>Astronium graveolens</i> Jacq. (11)	-; LC; -; LC		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Anacardiaceae	<i>Astronium glaziovii</i> Mattick (11)	-; EN;-; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro						
Goarahi; Gorahi; Grorahi; Grossahi; Gurahi	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Martiodendron</i> spp. (2)	-; -; -; -	6,3	15 s/ unidade	Uso Múltiplo	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro	Santa Catarina	Rio de Janeiro	Lisboa	Charrua Princesa Real	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Moldenhawera floribunda</i> Schrad. (1, 2)	-; NT; -; -				Bahia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Moldenhawera polysperma</i> (Vell.) Stellfeld (1)	-; -; -; -				Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Chamaecrista ensiformis</i> var. <i>plurifoliolata</i> (Hoehne) H.S.Irwin & Barneby (1)	-; LC; -; -				Bahia, Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Chamaecrista ensiformis</i> (Vell.) H.S.Irwin & Barneby var. <i>ensiformis</i> (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem	
							Sul, Santa Catarina							
Gonçalo Alves	Euphorbiaceae	<i>Actinostemon klotzschii</i> (Didr.) Pax (2)	-; LC; -; -			Indefinido	Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná							
	Anacardiaceae	<i>Astronium concinnum</i> Schott (2)	-; -; -; -		-		Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Anacardiaceae	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott (2, 7)	-; -; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte,							

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sergipe, Minas Gerais						
	Anacardiaceae	<i>Astronium graveolens</i> Jacq. (1, 2)	-; LC; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Anacardiaceae	<i>Astronium urundeuva</i> (M.Allemão) Engl. (2)	-; DD; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Pterogyne nitens</i> Tul. (2)	-; NT; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
Gororóba	Calophyllaceae	<i>Caraipa densifolia</i> Mart. (12)	-; LC; -; -	7,167701794	48 coussoeiras	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe	Pernambuco	Pernambuco	Lisboa	Navio S. Boaventura	1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Grapipunha ; Guarapiapunha	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vogel) J.F.Macbr. (2)	VU; LC; VU; VU	756,09	27 tábuas	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Santa Catarina	Rio de Janeiro	Bahia	Charrua Princesa Real	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
	Leguminosae - Papilionoideae	<i>Lonchocarpus nitidus</i> (Vogel) Benth. (1)	-; LC; -; -		1 trincanil		São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa		1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
Guabiju	Myrtaceae	<i>Eugenia uruguayensis</i> Cambess. (1)	-; LC; -; -	-	-	Indefinido	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Myrtaceae	<i>Myrcianthes pungens</i> (O.Berg) D.Legrand (1)	-; EN; -; LC				Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Myrtaceae	<i>Myrcia ovata</i> Cambess (1)	-; VU; -; LC				Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo						
Guabiroba	Myrtaceae	<i>Campomane sia pubescens</i> (Mart. ex DC.) O.Berg (1)	-; -; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná						
	Myrtaceae	<i>Campomane sia xanthocarpa</i> (Mart.) O.Berg (1)	-; -; -; LC		-	Indefinido	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Myrtaceae	<i>Campomane sia laurifolia</i> Gardner. (1)	-; EN; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, Bahia						
	Myrtaceae	<i>Campomane sia terminalis</i> (Vell.) Mattos (1)	-; -; -; LC				Rio de Janeiro (Kew - no Reflora consta como nome de aceitação incerta)						
	Myrtaceae	<i>Campomane sia rufa</i> (O.Berg) Nied. (1)	-; DD; -; LC				Minas Gerais						
	Myrtaceae	<i>Campomane sia guaviroba</i> (DC.) Kiaersk. (1)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Myrtaceae	<i>Campomane sia prosthesecep</i>	-; DD; EN; EN				Minas Gerais						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		<i>ala</i> Kiareskou (1)											
	Myrtaceae	<i>Campomane</i> <i>sia</i> <i>transalpina</i> (Vell.) O.Berg. (1)	-; -; -; -				Rio de Janeiro (Kew - no Reflora consta como nome de aceitação incerta)						
Guanandi Carv°	Calophyllaceae	<i>Calophyllum</i> <i>brasiliense</i> Cambess. (1, 4, 12)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Guandi amarelo	Calophyllaceae	<i>Calophyllum</i> <i>brasiliense</i> Cambess. (1)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná,	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santa Catarina						
Guaperiba	Sapotaceae	<i>Pouteria bullata</i> (S.Moore) Baehni (11)	-; VU; EN; EN				Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná						BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Dialium guianense</i> (Aubl.) Sandwith (11)	-; LC; -; -			Indefinido	Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais	-	-	-	-	-	
	Myrtaceae	<i>Myrciaria glazioviana</i> (Kiaersk.) G.M.Barroso ex Sobral (11)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Sapotaceae	<i>Chrysophyllum imperiale</i> (Linden ex K.Koch &	-; EN; EN; EN				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		Fintelm.) Benth. & Hook. (11)											
Guariba	Sapindaceae	<i>Allophylus racemosus</i> Sw. (11)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Polygalaceae	<i>Moutabea guianensis</i> Aubl. (12)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado						
Gurubú			-	1,963301364	1 s/ unidade	Indefinido		Santa Catarina	Rio de Janeiro	Lisboa	Charrua Princesa Real	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
									Bahia				
Indraputhuruna			-		-	Indefinido		-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Inhuhiba; Inhauba	Lecythidaceae	<i>Lecythis lurida</i>	-; Lower Risk/conservati		-	Indefinido	Bahia, Maranhão, Pernambuco,	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Miers) S.A.Mori (1)	on dependent; - ; LC				Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
Intibatan			-		140 mastros	Construção Naval		Bahia	Ilhéus	-	-	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
Ipê	Bignoniaceae	<i>Handroanthus albus</i> (Cham.) Mattos (2)	-; LC; -; LC				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina		Portos do Norte do Rio de Janeiro	Bahia		1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus chrysotrichus</i> (Mart. ex DC.) Mattos (2)	-; -; -; -	745,34	1218 paus	Uso Múltiplo	Bahia, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do	Rio de Janeiro	Portos do Sul do Rio de Janeiro	Lisboa	Charrua Princesa Real	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18894 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sul, Santa Catarina						
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos (2)	-; LC; -; LC				Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos (2)	-; NT; -; NT				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo		Rio de Janeiro				AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus ochraceus</i> (Cham.) Mattos (2)	-; -; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus pulcherrimus</i> (Sandwith) Mattos (1, 2)	-; -; -; -				Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus vellosi</i> (Toledo) Mattos (2)	-; LC; -; -		1601 pranchões		Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Bignoniaceae	<i>Paratecoma peroba</i> (Record) Kuhl. (2)	-; -; EN; EN				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Eperua bijuga</i> Mart. ex Benth. (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Macrolobium brevense</i> Ducke (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Macrolobium campestre</i> Huber (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Macrolobium bifolium</i> (Aubl.) Pers. (1)	-; LC; -; -				Amazônia	Santa Catarina					
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Macrolobium pendulum</i> Willd. ex Vogel (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus serratifolius</i> (Vahl) S.Grose (2, 3)	-; EN; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Bignoniaceae	<i>Tabebuia</i> spp. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
Ipecuanha	Rubiaceae	<i>Carapichea ipecacuanha</i> (Brot.) L. Andersson (1)	-; -; VU; VU		567,324 kg	Indefinido	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo,	Bahia	Bahia	Lisboa		1812	BNP - COD. 10491

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Bahia, Paraná						
	Rubiaceae	<i>Ronabea emetica</i> (L.f.) A.Rich. (1)	-; -; -; -				Bahia						
Itaipeba	Myrtaceae	<i>Eugenia flavescens</i> D.C. (1)	-; LC; -; -	26,87888 173	150 dúzias de taboado	Construção Civil	Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo	Bahia	Ilhéus	Bahia e Recôncavos	-	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
Jacarandá; Jacarandasm	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia brasiliensis</i> Vogel (1, 2, 4)	-; VU; -; -	12,51	1331 taboados	Uso Múltiplo	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Bahia	Ilhéus	Bahia e Recôncavos	Curveta N. Sra. De Pensa França e S. Jozé, Curveta N. Srª das Brotas e S. Francisco Napumoceno	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Leguminosae -	<i>Dalbergia frutescens</i>	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará,				, Curveta N. Sra de Oliveira e	1777	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Papilionoid eae	(Vell.) Britton (2)					Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina				Sta. Anna, Curveta N. Sra. Da Penha de França e S. Jozé, Curveta N. Sra. Das Brotas e São Jozé Nepumocemo, N. Sra. da Piedade e N. Sra. do Livramento		
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Dalbergia nigra</i> (Vell.) Allemão ex Benth. (2)	-; VU; VU; VU				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						AHU_AC L_CU_017, Cx. 102\Doc. 8722 (1)
	Leguminosae -	<i>Dalbergia villosa</i>	-; VU; -; -		13838 toras		Bahia, Minas Gerais, São Paulo					1776	BNP - COD. 10522

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Papilionoid eae	(Benth.) Benth. (2)											
	Bignoniaceae	<i>Jacaranda puberula</i> Cham. (2)	-; LC; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina					1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Machaerium brasiliense</i> Vogel (1, 2, 7)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná					1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Machaerium firmum</i> (Vell.) Benth. (2)	-; -; -; -				Rio de Janeiro					1751	AHU_AC L_CU_017, Cx. 44\Doc. 4556
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Machaerium incorruptibile</i> (Vell.) Benth. (2)	-; LC; -; -		108 coussoeiras		Espírito Santo, Rio de Janeiro,					1765	AHU_AC L_CU_017, Cx.

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Bahia						76\Doc. 6902
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium legale</i> (Vell.) Benth. (2)	-; --; -				Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium pedicellatum</i> Vogel (1, 2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium stipitatum</i> Vogel (2)	-; -; -; -		520 paus		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia					1804	BNRJ [Mnsc] I-17,12,001 nº12
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Platymiscium floribundum</i> Vogel (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia cuiabensis</i> Benth. (1)	-; LC; -; -				Cerrado						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia miscolobium</i> Benth. (1)	-; -; -; -				Cerrado						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium amplum</i> Benth. (1)	-; LC; -; -		796 tábuas		Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo		Rio de Janeiro	Lisboa			
	Leguminosae -	<i>Machaerium mucronulatu</i>	-; -; -; -				Caatinga, Cerrado						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Papilionoid eae	<i>m</i> Mart. ex Benth. (1)											
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Machaerium scleroxylon</i> Tul. (1, 2)	-; LC; -; -				Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná						
			-; LC; -; -										
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Platypodium elegans</i> Vogel (2)	-; LC; -; -		1.072.900 kg		Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Porto			
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Swartzia flaemingii</i> Raddi (2)	-; -; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia decipularis</i> Rizzini & A.Mattos (2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará						
	Bignoniaceae	<i>Jacaranda cuspidifolia</i> Mart (2)	-; LC; -; -				Minas Gerais, São Paulo						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium villosum</i> Vogel (2)	-; VU; -; LC				Bahia, Ceará, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Swartzia pickelii</i> Killip ex Ducke (2)	LC; -; -; LC				Alagoas, Paraíba, Pernambuco						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Swartzia psilonema</i> Harms (1, 2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Minas Gerais						
Janaúba	Apocynaceae	<i>Himatanthus bracteatus</i>	-; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia,	-	-	-	-	-	

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem	
		(A. DC.) Woodson (1)					Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro							BNP - MSS. 12, n.8
	Apocynaceae	Himatanthus drasticus (Mart.) Plumel (1)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais							
Jandiá	Moraceae	<i>Clarisia ilicifolia</i> (Spreng.) Lanj. & Rossberg (11)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	-	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Jatobá; jatubá	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea courbaril</i> L. (4)	-; LC; -; LC	18,67	8 dúzias	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão,	Paraíba	Paraíba	Lisboa	Charrua N. Sra. Da Purificação	1776 - 1777	BNP - MSS. 12, n.8	

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Chamaecrista blanchetii</i> (Benth.) Conc., L.P. Queiroz & G.P. Lewis (1)	-; LC; -; -		57 coussoeiras		Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais	Pernambuco	Pernambuco		Charrua Providência Curveta São Jozé e Sto. Antônio N. Sra da Gloria Remédios e S. Jozé	1776	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne (1)	-; -; -; -				Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Minas				Navio N. Sra. Dos Prazeres e Bom Jesus da Lam		

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Gerais, São Paulo				N. Sra. Da Glória Sta. Clara		
											Galera N. Sr ^a da Glória, Estrela da América		
Joanete			-		2 s/ unidade	Indefinido		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	Nossa Senhora da Purificação	1776	AHU_AC L_CU_017, Cx. 99\Doc. 8551
Jribá	Annonaceae	<i>Annona mucosa</i> Jacq. (11)	-; LC; -; -	17,61	72 taboados	Construção Civil	Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	Galera N. Sra do Carmo e Delfim	1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lecythidaceae	<i>Lecythis ibiriba</i> (Miers) N. P. Sm., S. A. Mori & Popovkin (11)	-; NT; -; -		66 coussoeiras		Alagoas, Bahia, Sergipe				Navio S. Jorge Príncipe da Beira		
Judeo	Nyctaginaceae	<i>Guapira noxia</i> (Netto) Lundell (11)	-; LC; -; -				Cerrado (Minas Gerais)						
	Rubiaceae	<i>Randia armata</i> (Sw.) DC. (11)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Jutahy mirim	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea aurea</i> Y.T.Lee & Langenh. (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea courbaril</i> L. (2)	-; LC; -; LC		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea altissima</i> Ducke (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea martiana</i> Hayne (2)	-; LC; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Piauí, Minas Gerais, São Paulo						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea oblongifolia</i> Huber (2)	-; LC; -; -				Bahia, Pernambuco						
	Vochysiaceae	<i>Vochysia ferruginea</i> Mart. (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne (2)	-; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, São Paulo						
Laypeta			-		197 s/ unidade	Indefinido		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Nova Colônia do Sacramento	Nau Capitania Novo Sacramento da Conceição e Sam Jozé	1759	AHU_AC L_CU_017, Cx. 57\Doc. 5536
Louro, Loiro, Paulouro	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vogel) J.F.Macbr. (2)	VU; LC; VU; VU	6,39482592	12 tábuas*	Uso Múltiplo	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba,	Bahia	Ilhéus	Bahia e Recôncavos	Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém e São	1776	BNRJ - 03,4,22 [Mns]

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina				Jozé (por ordem de S. Magestade)*		
	Boraginaceae	<i>Cordia ecalyculata</i> Vell. (2)	NE; -; -; -		35 dúzias*		Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Pará	Belém*	Lisboa		1763*	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Boraginaceae	<i>Cordia sellowiana</i> Cham. (2)	NE; LC; -; -		2084 dúzias de taboado		Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba,	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro			1765*	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Boraginaceae	<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arráb. ex Steud. (2)	NE; LC; -; -		40,5 taboados *		Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina					1799	AHU_AC L_CU_017, Cx. 99\Doc. 8558 (1)
	Humiriaceae	<i>Humiria balsamifera</i>	NE; LC; -; -		1 vega de louro		Alagoas, Bahia,					1766*	

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Aubl.) J.St.-Hil. (2)					Maranhão, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Celastraceae	<i>Maytenus</i> spp. (2)	-; -; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Lauraceae	<i>Nectandra</i> spp. (2)	-; -; -; -		37 s/ unidade *		Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sul, Santa Catarina						
	Lauraceae	<i>Ocotea villosa</i> Kosterm. (1, 2)	NE; LC; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Lauraceae	<i>Ocotea</i> spp. (2)	-; -; -; -				todo Brasil						
	Lauraceae	<i>Licaria brasiliensis</i> (Nees) Kosterm. (1)	NE; LC; -; -				Amazonas, Pará, Rondônia						
	Lauraceae	<i>Ocotea canaliculata</i> (Rich.) Mez (1)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe						
	Lauraceae	<i>Cinnamomum amoenum</i> (Nees & Mart.) Kosterm. (1, 2)	NE; LC; -; -				Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Myrtaceae	<i>Pimenta pseudocaryo phyllus</i> (Gomes) Landrum (2)	NE; -; -; -				Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Burseraceae	<i>Protium</i> spp. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lythraceae	<i>Lafoensia pacari</i> A.St.-Hil (2)	LC; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Paraná						
Louro pardo	Boraginaceae	<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arráb. ex Steud. (1, 2, 4)	-; LC; -; -	117,53	-	Uso Múltiplo	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
Louro preto	Lauraceae	<i>Nectandra cuspidata</i> Nees (11, 12)	-; LC; -; -	1051,86	2400 pranchões	Construção Naval	Amazônia, Caatinga, Cerrado (São	Rio de Janeiro	Portos do Sul do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx.

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paulo, Paraná)						273\Doc. 18894 (1)
	Lauraceae	<i>Aniba burchellii</i> Kosterm. (12)	-; LC; -; -				Minas Gerais						
	Lauraceae	<i>Ocotea glomerata</i> (Nees) Mez (12)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais		Portos do Norte do Rio de Janeiro				
	Lauraceae	<i>Ocotea cernua</i> (Nees) Mez (12)	-				Bahia, Ceará, Espírito Santo						AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Lauraceae	<i>Licaria crassifolia</i> (Poir.) P.L.R.Moraes (12)	-; LC; -; -				Amazônia						
Lucurana	Phyllanthaceae	<i>Hieronyma alchorneoides</i> Allemão (6)	-; LC; -; -	0,6424384571	-	Indefinido	Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia,	Santa Catarina	Rio de Janeiro	Bahia / Lisboa	Charrua Princesa Real	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
Mãgalo; Mangaló; Mangabos	Apocynaceae	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes (12)	-; LC; -; -	737,158	1600 pranchões	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	Charrua Princesa Real	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
					1 s/ unidade			Santa Catarina	Rio de Janeiro	Bahia		1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
Maitareo	Rubiaceae	<i>Simira eliezeriana</i> Peixoto (11)	-; EN; -; -	17,608	14 s/ unidade	Indefinido	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	-	1791	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
Mamiuhim			-		-	Indefinido		-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Mangue	Apocynaceae	<i>Aspidosperma</i> spp. (2)	-; -; -; -		200 cascas	Uso Múltiplo	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Bahia	Ilhéus	Nova Colônia do Sacramento	N. S. da Encarnação e São Jozé	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Acanthaceae	<i>Avicennia germinans</i> (L.) L. (2)	-; LC; -; -		1744 caibros		Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná		Rio de Janeiro	N. S. do Rosário e São Francisco	1720	AHU_AC L_CU_017, Cx. 11\Doc. 1220	

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Calophyllaceae	<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Combretaceae	<i>Conocarpus erectus</i> L. (1, 2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Lecythidaceae	<i>Eschweilera</i> spp. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Combretaceae	<i>Laguncularia racemosa</i> (L.) C.F.Gaertn. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Rhizophora ceae	<i>Rhizophora mangle</i> L. (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Styracaceae	<i>Styrax latifolius</i> Pohl (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina						
Mapá	Anacardiaceae	<i>Thyrsodium guianense</i> Sagot ex	-		-	Indefinido	Amazônia	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		Marchand (12)											
	Anacardiaceae	<i>Thyrsodium spruceanum</i> Benth. (12)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Apocynaceae	<i>Macoubea guianensis</i> Aubl. (12)	-; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo						
	Urticaceae	<i>Pourouma guianensis</i> Aubl. (12)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Sapotaceae	<i>Pouteria procera</i> (Mart.) K.Hammer (12)	NE; LC; -; -				Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão						
	Sapotaceae	<i>Micropholis guyanensis</i> (A.DC.) Pierre (12)	-; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Espírito Santo						
	Sapotaceae	<i>Manilkara cavalcantei</i> Pires & W.A.Rodrigues ex T.D.Penn. (12)	DD; VU; -; LC				Maranhão, Piauí						
	Sapotaceae	<i>Manilkara excelsa</i> (Ducke) Standl. (12)	DD; VU; -; LC				Amazonas, Pará, Mato Grosso						
	Dichapetalaceae	<i>Tapura singularis</i> Ducke (12)	-				Amazônia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Apocynaceae	<i>Parahancornia fasciculata</i> (Poir.) Benoist (12)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Apocynaceae	<i>Lacmellea arborescens</i> (Müll.Arg.) Markgr. (12)	-; LC; -; -				Amazônia						
Massaranduba; Maçarandubá	Sapotaceae	<i>Ecclinusa ramiflora</i> Mart. (2)	NE; LC; -; -	951,53	50 dúzias de taboado	Uso Múltiplo	Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	Bahia	Ilhéus	Lisboa	-	1799	AHU_ACL_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Sapotaceae	<i>Manilkara salzmannii</i> (A.DC.) H.J.Lam (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte,						BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná						
	Sapotaceae	<i>Manilkara subsericea</i> (Mart.) Dubard. (2, 7)	LC; CD (conservation dependent); ; -; -				Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Sapotaceae	<i>Manilkara</i> spp. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santa Catarina						
	Sapotaceae	<i>Pouteria procera</i> (Mart.) K.Hammer (2)	NE; LC; -; -				Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro						
	Sapotaceae	<i>Pouteria torta</i> (Mart.) Raldk. (2)	LC; LC; -; -				Bahia, Piauí, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Sapotaceae	<i>Manilkara bidentata</i> subsp. <i>surinamensis</i> (Miq.) T.D.Penn. (1)	NE; --; -				Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima		Portos do Norte do Rio de Janeiro				
	Sapotaceae	<i>Manilkara excelsa</i> (Ducke) Standl. (1)	DD; VU; -; LC		2400 s/ unidade		Amazonas, Pará, Mato Grosso					1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18894 (1)
	Sapotaceae	<i>Manilkara longifolia</i> (A.DC) Dubard. (1)	NT; EN; -; -				Bahia, Espírito Santo	Rio de Janeiro					

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Sapotaceae	<i>Manilkara rufula</i> (Miq.) H.J.Lam (1)	LC; NT; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe						
	Lauraceae	<i>Persea major</i> (Meisn.) L.E.Kopp (1)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina		Portos do Sul do Rio de Janeiro				
	Lauraceae	<i>Persea venosa</i> Nees & Mart.(1)	-; LC; -; -				Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Sapotaceae	<i>Manilkara cavalcantei</i> Pires & W.A.Rodrigues ex	DD; VU; -; LC				Maranhão, Piauí						AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		T.D.Penn. (2)											
	Sapotaceae	<i>Manilkara elata</i> (Allemão ex Miq.) Monach. (1, 2)	DD; EN; -; LC				Bahia, Espírito Santo						
	Sapotaceae	<i>Manilkara triflora</i> (Allemão) Monach. (1, 2)	NE; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais						
	Sapotaceae	<i>Manilkara longifolia</i> (A.DC.) Dubard (2)	NT; EN; -; -				Bahia, Espírito Santo						
Merim	Sapindaceae	<i>Allophylus guaraniticus</i> (A. St.-Hil.) Radlk. (11)	-; -; -; -		-	Indefinido	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Combretaceae	<i>Terminalia acuminata</i>	-; EN; EN; EN				Rio de Janeiro						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Allemão) Eichler (11)											
Mirindiba	Combretaceae	<i>Terminalia glabrescens</i> Mart. (1, 2)	-; -; -; -	5,099	17 tábuas	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	-	1791	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
	Combretaceae	<i>Terminalia januariensis</i> DC. (2)	-; VU; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco						
	Combretaceae	<i>Terminalia</i> spp. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Lythraceae	<i>Lafoensia glyptocarpa</i> Koehne (3)	-				Cerrado (Bahia, Pernambuco, Piauí)						
Moresim			-		-	Indefinido		-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Morotoló	Araliaceae	<i>Didymopana x morototoni</i> (Aubl.) Decne. & Planch. (1, 9, 12)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Araliaceae	<i>Didymopana x macrocarpus</i> (Cham. & Schlttdl.) Seem. (12)	-; LC; -; -				Minas Gerais, São Paulo, Bahia						
Oiti	Moraceae	<i>Clarisia racemosa</i> Ruiz & Pav. (2)	NE; LC; -; -	2,72	10 s/ unidade	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	Bahia	Ilhéus	Bahia e Recôncavos	Charrua Princesa Real	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Malvaceae	<i>Luehea paniculata</i> Mart. (2)	NE; LC; -; -		600 dúzias de taboado		Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas	Santa Catarina	Rio de Janeiro	Lisboa		1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Chrysobala naceae	<i>Moquilea tomentosa</i> Benth. (3)	NE; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe						
	Chrysobala naceae	<i>Couepia rufa</i> Ducke (2)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Chrysobala naceae	<i>Couepia uiti</i> (Mart. & Zucc.) Benth. ex Hook.f. (1)	NE; -; -; -				Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Minas						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Chrysobala naceae	<i>Moquilea salzmannii</i> Hook.f. (1)	NE; LC; -; -				Gerais, São Paulo						
	Chrysobala naceae	<i>Licania sandwithii</i> Prance (2)	NE; -; -; -				Amazonas						
Olco			-		18 s/ unidade	Indefinido		Bahia	Ilhéus	Bahia	-	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
Óleo; Ólio	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Copaifera trapezifolia</i> Hayne (4)	-; LC; -; -	21,926	261 s/ unidade	Construção Civil	Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	Curveta N. Sr ^a das Brotas e S. Francisco Napumoceno	1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Copaifera duckei</i> Dwyer (1)	-; -; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro			Nova Colônia do Sacramento	Curveta N. Sra das Brotas e S. João Nepomuceno	1759	AHU_AC L_CU_017, Cx. 57\Doc. 5536

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Copaifera guyanensis</i> Desf. (1)	-; -; -; -				Amazônia				Curveta N. Sra. Das Brotas e São Jozé Nepumocemo	1791	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf. (1)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul				Navio Sto. Antônio, N. Sra. Da Oliveira, São Jozé e Sta. Anna, Nau Capitania Novo Sacramento da Conceição e Sam Jozé, Galera N. Sra. Da Oliveira, S. Jozé e Sta. Anna	1777	AHU_AC L_CU_017, Cx. 102\Doc. 8722 (1)
Óleo Caboraiba; Óleo Caborauba;			-	735,88	800 paus	Uso Múltiplo		Rio de Janeiro	Portos do Sul do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18894 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Óleo Caboraiba					1600 pranchões				Portos do Norte do Rio de Janeiro				AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
Óleo Jatahi; Óleo de Jatahy	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea aurea</i> Y.T.Lee & Langenh. (2)	-; LC; -; -	367,9420 254	800 pranchões	Construção Naval	Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea courbaril</i> L. (2)	-; LC; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Hymenaea altissima</i> Ducke (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Óleo pardo	Leguminosae - Caesalpinoideae	Copaifera langsdorffii Desf. (2)	-; LC; --	520,018	200 s/ unidade	Uso Múltiplo	Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Leguminosae - Papilionoideae	Dalbergia nigra (Vell.) Allemão ex Benth. (2)	-; VU; VU; VU				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium incorruptibile</i> (Vell.) Benth. (2)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Myrocarpus fastigiatus</i> Allemão (2)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium acutifolium</i> Vogel (2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium scleroxylon</i> Tul. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Myrocarpus frondosus</i> Allemão (2)	-; DD; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Pterogyne nitens</i> Tul. (2)	-; NT; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Óleo Vermelho	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf. (2)	-; LC; -; -	2781,001	400 paus	Uso Múltiplo	Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	-	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Copaifera trapezifolia</i> Hayne (2)	-; LC; -; -				Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Leguminosae -		-; LC; -; LC	1600 pranchões	Bahia, Ceará,								

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Papilionoid eae	<i>Myroxylon peruiferum</i> L.f. (2)					Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Papilionoid eae	<i>Myroxylon balsamum</i> (L.) Harms (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
Palmeija	Areaceae	<i>Attalea oleifera</i> Barb.Rodr. (11)	-; LC; -; LC		1 curva	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo	Alagoas	-	-	-	1810	BNRJ [Mnsc] II-33,10,9 n° 39
Pao violeta; Violeta; Pau violette; Pau rouxo	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Dialium guianense</i> (Aubl.) Sandwith (11)	-; LC; -; -		5.160 kg	Indefinido	Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Espírito	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	Nau de guerra Nossa Senhora da Madre de Deus	1788	AHU_AC L_CU_017, Cx. 86\Doc. 7557 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santo, Minas Gerais						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia cearensis</i> Ducke (1, 7)	-; NT; -; -				Caatinga						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Peltogyne lecointei</i> Ducke (10)	-; -; -; -				Amazônia						BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Peltogyne campestris</i> Huber ex Ducke (1)	-; -; -; -				Amazônia						BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Peltogyne catinae</i> subsp. <i>glabra</i> (W.A. Rodrigues) M.F. Silva (1)	-; LC; -; -		51 paus		Amazônia	Pernambuco	Pernambuco		Nau de Guerra Nossa Senhora da Caridade	1768	ANTT - PT/TTJC/A-A/002/0001
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Peltogyne densiflora</i> Spruce (1)	-; -; -; -				Amazônia						
	Leguminosae -	<i>Peltogyne floribunda</i>	-; -; -; -		5040 kg*		Amazônia	Maranhão*	Maranhão*			1776	

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Caesalpinioideae	(Kunth) Pittier (1)											
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Peltogyne venosa</i> (Vahl.) Benth. (1)	-; -; -; -				Amazônia				Nau de Guerra Charrua		BNP - COD. 10522
Paparauba	Bignoniaceae	<i>Jacaranda duckei</i> Vattimo (11)	-; -; -; -			Indefinido	Amazônia, Caatinga (Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pará)						BNP - MSS. 12, n.8
	Salicaceae	<i>Laetia procera</i> (Poepp.) Eichler (12)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado						
Paricá	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Schizolobium parahyba</i> var. <i>amazonicum</i> (Huber ex Ducke) Barneby (5)	-; LC; -; -			Indefinido	Amazônia						BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Parkia multijuga</i> Benth. (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Leguminosae - Papilionoideae	<i>Sesbania exasperata</i> Kunth (1)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Senna silvestris</i> (Vell.) H.S.Irwin & Barneby (12)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Leguminosae - Mimosoidae	<i>Senegalia lorentensis</i> (J.F.Macbr.) Seigler (12)	-				Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Mimosoidae	<i>Stryphnodendron pulcherrimum</i> (Willd.) Hochr. (12)	NE; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe						
	Leguminosae - Mimosoidae	<i>Parkia pendula</i> (Willd.)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		Benth. ex Walp. (12)					Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Aeschynomene sensitiva</i> Sw. (12)	-; LC; -; LC				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Lythraceae	<i>Lafoensia pacari</i> A.St.-Hil. (12)	-; LC; -; LC				Cerrado (Bahia, Maranhão, Minas						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Gerais, São Paulo, Paraná)						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Anadenanthera peregrina</i> (L.) Speg. (12)	NE; LC; -; -				Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Parkia panurensis</i> Benth. ex H.C.Hopkins (1)	-; -; -; -				Amazônia						
Paroba; Paroba de Fora; Peroba; Peroba; Peroba do campo	Apocynaceae	<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Mull.Arg. (2)	-; LC; -; LC	1.918,63	120 braços	Uso Múltiplo	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia	Rio de Janeiro	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Bahia	Charrua Princesa Real	1767	AHU_AC L_CU_003, Cx. 25\Doc. 2156 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma parvifolium</i> A.DC. (1, 2)	-; -; -; -		1 capelo		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	Santa Catarina	Rio de Janeiro	Lisboa	Charrua Nossa Senhora da Conceição	1768	AHU_AC L_CU_017, Cx. 107\Doc. 9004 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma polyneuron</i> Mull.Arg. (2)	-; EN; -; NT		67 paus		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul			Pernambuco	Charrua Sam José	1771	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma ramiflorum</i> Mull.Arg. (2)	-; LC; -; LC		4430 tábuas		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina	Pernambuco	Pernambuco		Charrua de Sua Magestade São José	1776	AHU_AC L_CU_017, Cx. 183\Doc. 13372 (1)
	Bignoniaceae	<i>Paratecoma peroba</i> (Record) Kuhl. (2)	EN; -; EN; EN		100 taboados		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro			Pará	Fragata Ativo	1778	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
	Bignoniaceae	<i>Tabebuia roseoalba</i> (Ridl.) Sandwith (2)	-; NT; -; -		1646 aduelas		Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba,				Navio São Francisco Xavier	1784	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma eburneum</i> Allemão ex Saldanha (!) (2)	-; -; -; -		2 barris		Sudeste e Centro-Oeste				Nau N. Srª de Bellem	1791	BNP - MSS. 12, n.8
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma spruceanum</i> Benth. ex Müll.Arg. (1, 2)	-; LC; -; LC		23 eixos		Amazônia				Nossa Senhora da Purificação	1800	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 79\Doc. 7151 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma tomentosum</i> Mart. & Zucc. (1, 2)	-; LC; -; LC		227 pranchões		Cerrado				N. Sª. da Gloria e Santa Anna	1803	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 85\Doc. 7540 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma cuspa</i>	-; LC; -; -		7 rolos		Bahia, Ceará, Maranhão,				Nossa Senhora da	1815	AHU_AC L_CU_01 7, Cx.

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Kunth) S.F.Blake (1)					Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo				Conceição e S. Rita		93\Doc. 8052 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperm a desmanthum</i> Benth. ex Müll.Arg. (1)	-; LC; -; LC				Amazônia				Santo Antônio Tejo	1805	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 85\Doc. 7543 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperm a discolor</i> A.DC. (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais				Bergantim Boa Esperança	1785	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 99\Doc. 8551
	Apocynaceae	<i>Aspidosperm a formosanum</i> Duarte (1)	-; -; -; -				Cerrado				galera Flor da América.	1788	AHU_AC L_CU_01 5, Cx. 131\Doc. 9896 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperm a formosanum</i> Duarte (1)	-; -; -; -				Cerrado				São Marcos	1796	AHU_AC L_CU_01 5, Cx. 142\Doc. 10469 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
											galera Resolução		AHU_AC L_CU_01 5, Cx. 175\Doc. 12304 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma nobile</i> Müll.Arg. (1)	-; -; -; LC				Cerrado, Pantanal				Corveta Boa Fortuna	1781	AHU_AC L_CU_01 5, Cx. 193\Doc. 13265 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma nitidum</i> Benth. ex Müll.Arg. (1)	-; -; -; -				Amazônia				Naus de guerra Nossa Senhora da Madre de Deus, Nossa Senhora da Caridade e Charrua.	1781	AHU_AC L_CU_01 5, Cx. 193\Doc. 13279 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma macrocarpon</i> Mart. & Zucc. (1)	-; -; -; LC				Cerrado (Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí)				Charrua S. João Magnânimo		AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 125\Doc. 10016 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma pyrifolium</i> Mart. & Zucc. (1)	-; -; -; -				Caatinga, Cerrado (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais)						
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma refractum</i> Mart. & Zucc. (1)	-; -; -; -				Caatinga, Cerrado (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais)						
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma riedelii</i> Müll.Arg. (1)	-; -; -; LC				Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo						AHU_AC L_CU_017, Cx. 228\Doc. 15621 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma verruculosum</i> Müll.Arg. (1)	-; -; -; -				Amazônia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma pachypterum</i> Müll.Arg. (1)	-; -; -; -				Amazônia						
Paroba Vermelha	Apocynaceae	<i>Aspidosperma olivaceum</i> Müll.Arg. (5)	-; -; -; -	4,6	9 braços	Construção Naval	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	-	1776	AHU_AC L_CU_017, Cx. 99\Doc. 8558 (1)
Parreira					2997,5 varas	Carpintaria		Pernambuco	Pernambuco	Lisboa	Nossa Senhora da Glória e Sta. Clara, N. Sra. Santa Anna S. Francisco Xavier	1778	ANTT - PT/TT/PREE/2/120
								Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		N. Sra. da Piedade e N. Sra. do Livramento, N. Sra. do Cabo, N. Sra. da Guia S. Antônio	1751	AHU_AC L_CU_017, Cx. 44\Doc. 4556

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
											Nau de Guerra N. Sra. Madre de ..., N. Sra. de Penha de França S. Francisco de Paula	1763	AHU_AC L_CU_017, Cx. 70\Doc. 6478
Parunú	Humiriaceae	<i>Sacoglottis guianensis</i> Benth. (12)	-; LC; -; -			Indefinido	Amazônia, Caatinga, Cerrado	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Humiriaceae	<i>Vantanea parviflora</i> Lam. (12)	-; LC; -; -		Amazônia								
Pau d'Arco Preto	Bignoniaceae	<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos (1)	-; NT; -; NT		-	Construção Naval	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Bignoniaceae	<i>Handroanthus ochraceus</i> (Cham.) Mattos (1)	-; -; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
Pau de Candeia	Asteraceae	<i>Eremanthus incanus</i> (Less.) Less. (1)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Bahia, Minas Gerais	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Pau de moquem	Lamiaceae	<i>Aegiphila vitelliniflora</i> Walp. (12)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lamiaceae	<i>Aegiphila integrifolia</i> (Jacq.) Moldenke (12)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
Pau mamaluco	Rubiaceae	<i>Calycophyllum spruceanum</i> (Benth.) K.Schum. (1, 12)	-; -; -; -		-	Indefinido	Amazônia	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Vochysiaceae	<i>Qualea coerulea</i> Aubl. (1)	-; -; VU; VU				Amazônia						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Vochysiaceae	<i>Qualea dinizii</i> Ducke (1)	-; LC; -; -				Amazônia						
	Vochysiaceae	<i>Vochysia haenkeana</i> Mart. (1)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado						
Pequehá	Apocynaceae	<i>Aspidosperm a cuspa</i> (Kunth) S.F.Blake (2)	-; LC; -; -	0,2595710938	1 s/ unidade	Indefinido	Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	Santa Catarina	Rio de Janeiro	Bahia	Charrua Princesa Real	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
	Apocynaceae	<i>Aspidosperm a eburneum</i> Allemão ex Saldanha (!) (2)	-; -; -; -				Sudeste e Centro-Oeste						
	Apocynaceae	<i>Aspidosperm a ramiflorum</i> Müll.Arg. (2)	-; LC; -; LC				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santa Catarina						
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma subincanum</i> Mart. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Apocynaceae	<i>Aspidosperma tomentosum</i> Mart. & Zucc. (2)	-; LC; -; LC				Cerrado			Lisboa			
	Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess. (2)	-; LC; -; LC				Bahia, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná						
	Rubiaceae	<i>Simira pikia</i> (K.Schum.) Steyer. (2)	-; -; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
piassaba	Arecaceae	<i>Attalea funifera</i> Mart. (1, 3)	NT; LC; -; -		20000 feixes de piassaba	Carpintaria	Alagoas, Bahia, Sergipe	Bahia	Ilhéus	-	-	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
Pindahiba	Annonaceae	<i>Duguetia lanceolata</i> A.St.-Hil. (2)	-; LC; -; LC		-	Indefinido	Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Annonaceae	<i>Guatteria villosissima</i> A.St.-Hil. (1, 2)	-; LC; -; LC	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará									
	Anacardiaceae	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl. (2)	-; LC; -; -	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito									

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Annonaceae	<i>Xylopia brasiliensis</i> Spreng. (2, 5)	-; -; -; NT				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Annonaceae	<i>Xylopia emarginata</i> Mart. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo						
	Annonaceae	<i>Xylopia frutescens</i> Aubl. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro						
	Annonaceae	<i>Annona emarginata</i>	-; LC; -; LC				Bahia, Ceará, Piauí,						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		(Schltdl.) H.Rainer (2)					Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Annonaceae	<i>Xylopiasericea</i> A.St.-Hil. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará						
Pinheiro; Pinho	Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze (2)	-; CR; EN; EN	75,88		Construção Naval	Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	São Sebastião	1764	AHU_ACL_CU_017, Cx. 72\Doc. 6614
								São Paulo		Nova Colônia do Sacramento	N. S. da Encarnação e São José	1720	AHU_ACL_CU_017, Cx. 11\Doc. 1220

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
												1771	AHU_AC L_CU_003, Cx. 21\Doc. 1855 (1)
Piqui branco	Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess. (12)	-; LC; -; LC		-	Indefinido	Bahia, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná	-	-		-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Piqui Preto	Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess. (12)	-; LC; -; LC		-	Indefinido	Bahia, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Piquiia	Caryocaraceae	<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers. (1)	-; -; -; -		95 paus redondos	Indefinido	Amazônia	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	Naus de guerra Nossa Senhora da Madre de Deus, Nossa Senhora da Caridade e Charrua.	1768	AHU_AC L_CU_017, Cx. 86\Doc. 7557 (1)
	Caryocaraceae	<i>Caryocar edule</i> Casar. (1)	-; -; -; LC	Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia									
	Caryocaraceae	<i>Caryocar gracile</i> Wittm. (1)	-; -; -; -	Amazônia									

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i> subsp. <i>intermedium</i> (Wittm.) Prance & Freitas (1)	-; -; -; LC				Cerrado (São Paulo, Paraná)						
	Rubiaceae	<i>Simira pikia</i> (K.Schum.) Steyerl. (1)	-; -; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo						
Piquia-banana; Piquiá banana			-	0,035	7 rolos 4 aduelas	Uso Múltiplo		Pernambuco	Pernambuco	Lisboa	Nossa Senhora da Conceição e S. Rita	1781	AHU_AC L_CU_015, Cx. 142\Doc. 10469 (1)
Pitindiba	Poaceae	<i>Chusquea tenella</i> Nees (11)	-; -; -; -		-	Indefinido	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Potumujú; Potomujú	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Centrolobium tomentosum</i> Guillem. ex. Benth (10)	-; -; -; LC	21,26	16 taboados	Construção Naval	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná	Bahia	-	-	Grão Maranhão*	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Platymiscium floribundum</i> Vogel var. <i>floribundum</i> (1)	-; LC; -; -		24 pranchões		Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina					1800-1818	BNRJ II-34,2,35 [mncs]*
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Platymiscium pubescens</i> subsp. <i>zehntneri</i> (Harms) Klitg. (1)	-; -; -; -				Caatinga (Bahia)						
Priba			-	1,911387145	96 coussoeiras	Construção Civil		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa	Curveta N. Sra de Oliveira e Sta. Anna	1776 - 1777	ANTT - PT/TT/C SRN/A/11/00448
Quihiri			-		-	Indefinido		-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Sapocaia; Sapucaia	Lecythidaceae	<i>Lecythis lanceolata</i> Poir. (1, 2)	-; Lower Risk/conservation dependent; -; LC	1115,66	4 paus	Construção Naval	Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo	Bahia	Ilhéus	Bahia	Charrua Princesa Real	1799	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Lecythidaceae	<i>Lecythis pisonis</i> Cambess. (1, 2, 5, 9)	-; --; -		2400 pranchões		Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa		1803	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Malvaceae	<i>Sterculia striata</i> A.St.-Hil. & Naudin (2)	-; LC; --; -		140 s/ unidade		Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	Santa Catarina	Portos do Norte do Rio de Janeiro	Pernambuco		1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
	Lecythidaceae	<i>Eschweilera ovata</i> (Cambess.) Mart. ex Miers (2)	-; LC; --; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do						AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais						
	Lecythidaceae	<i>Eschweilera grandiflora</i> (Aubl.) Sandwith (1)	-				Amazônia						
	Lecythidaceae	<i>Lecythis chartacea</i> O.Berg (1)	-				Amazônia						
	Lecythidaceae	<i>Eschweilera parviflora</i> (Aubl.) Miers (1)	-				Amazônia						
	Lecythidaceae	<i>Lecythis zabucajo</i> Aubl. (1)	-				Amazônia						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Forsyth f. (2)	-, DD; -, -				Amazônia						
Sebastião d'arruda	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia decipularis</i> Rizzini & A.Mattos (1, 2)	-, LC; -, -		32.490 kg	Indefinido	Bahia, Ceará	Bahia	Bahia	Porto	Nossa Senhora do Carmo e São Francisco*	1776	BNP - COD. 10522 AHU_AC L_CU_08
					23 paus redondos			Pará	Pará	Lisboa		1771*	

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
													4, Cx. 1\Doc. 1*
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia frutescens</i> (Vell.) Britton (2)	-; LC; -; -		valor de 4:731,300 cruzados		Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		Naus de guerra Nossa Senhora da Madre de Deus, Nossa Senhora da Caridade e Charrua.	1808	BNP - COD. 10478
												1768	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 86\Doc. 7557 (1)
Secropia			-			Construção Naval		Pernambuco	Pernambuco	Lisboa		1757	AHU_AC L_CU_01 5, Cx. 83\Doc. 6900
Sucupira; Socopira	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Andira anthelmia</i> (Vell.) Benth. (2)	NE; LC; -; -	3780,96	19 carradas	Uso Múltiplo	Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco,	Bahia	Bahia	Bahia	Charrua Princesa Real	1776	BNP - COD. 10522

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Diploptropis incexis</i> Rizzini & A.Mattos (2)	-; LC; -; -		12 taboados		Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Pernambuco	Pernambuco	Navio St. Antônio val da Piedade	1803	AHU_AC L_CU_017, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Sweetia fruticosa</i> Spreng. (2)	-; LC; -; -		352 tábuas		Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná	Pernambuco	Rio de Janeiro	Pará	Navio N. Sra. da Boa Viagem e S. Jozé	1815	AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Leucochloron incuriale</i> (Vell.) Barneby & J.W.Grimes. (2)	-; LC; -; -		1 talhão de quilha		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná		Portos do Norte do Rio de Janeiro	Lisboa	Navio N. Sra. da Boa Viagem e Corpo Santo		AHU_ACL_CU_015, Cx. 83\Doc. 6900
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Luetzelburgia guaissara</i> Toledo (2)	-; -; -; LC		10 s/ unidade		Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina				Navio N. Sra. do Rozário e St. Antônio e Almas		
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Forsyth f.(2)	-; DD; -; -		200 paus		Amazônia				Navio N. Sra. da Piedade e S. Jozé	1757	
	Ochnaceae	<i>Ouratea hexasperma</i> (A.St.-Hil.) Baill. (2)	-		1600 pranchões		Cerrado (Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe,		Recife	Porto	Navio Bom Jesus da Trindade		AHU_ACL_CU_015, Cx. 84\Doc. 6996
											Navio N. Sra. do Rozário e S. Domingos		
											Navio N. Sra. da Penha de França e St.		

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Minas Gerais, São Paulo)				Antônio das Almas		
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Bowdichia nitida</i> Spruce ex Benth. (1)	-; -; -; LC				Amazônia						
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Diploptropis incexis</i> Rizzini & A.Mattos (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro				Curveta N. Sra. da Esperança e Sr. da Boa Ventura		
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Diploptropis purpurea</i> (Rich.) Amshoff (1)	-; -; -; -				Amazônia						
	Ochnaceae	<i>Ouratea hexasperma</i> (A.St.-Hil.) Baill. (1)	-				Cerrado (Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe,				Navio N. Sra. da Piedade		

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth (2, 5, 10)	-;				Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
Sucupira amarela	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Diploptropis purpurea</i> (Rich.) Amshoff (11)	-				Amazônia						
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Recordoxylostenopetalum</i> Ducke (12)	-; DD; -; -		-	Indefinido	Amazônia	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Pterodon emarginatus</i> Vogel (12)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							(Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo)						
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Enterolobium schomburgkii</i> (Benth.) Benth. (12)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado						
Sucupira preta	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Chamaecrista amorimii</i> Barneby (11)	-; EN; -; -		-	Indefinido	Bahia	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Leguminosae - Papilionoideae	<i>Bowdichia nitida</i> Spruce ex Benth. (12)	-; -; -; LC				Amazônia						
Tapinhoan; Tapinhoam; Tapinhoã; Tapinhã	Lauraceae	<i>Mezilaurus navalium</i> (Allemão) Taub. ex Mez (1, 2)	EN; VU; EN; EN	1,53	1448,5 dúzias	Uso Múltiplo	Rio de Janeiro	Bahia	Bahia	Lisboa	N. S. da Piedade e S. José, Charrua Nossa Senhora da Conceçãam, Rainha de Portugal	1799	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
											Grão Maranhão*	1800-1818	BNRJ II-34,2,35 [mncs]
											Charrua Princesa Real, N. S. do Rozário S. Ana e Almas, Jacaré	1776	BNP - COD. 10522
					3500 aduelas							1803	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 208\Doc. 14556 (1)
											Corveta Santa Rosa Paquete da América	1698	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 6\Doc. 647 (1)
											N. S. do Rozário e S. Antônio, N. S. da Oliveira N. S. da Luz e S. Pedro	1784	AHU_AC L_CU_00 3, Cx. 25\Doc. 2157
										Porto	N. S. dos Prazeres, Charrua Sam José, Navio São	1767	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 79\Doc. 7151 (1)
												40 s/ unidade*	

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
											Francisco Xavier		
											Princesa Real, Rainha de Naves, N. S. da Piedade e S. Bonsucesso, N. S. do Mar Força, Bom Jozé da Bonança, N. S. do Carmo S. Thereza	1768	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 85\Doc. 7540 (1)
	Lamiaceae	<i>Vitex megapotamica</i> (Spreng.) Moldenke (2)	NE; LC; -; -		24 paus		Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Ilhéus		N. S. do Rozário e S. Vicente	1771	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 93\Doc. 8052 (1)
										Vianna	N. S. da Gloria e S. Antônio	1777	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 103\Doc. 8767 (1)
											Nau N. Sr ^a de Bellem	1778	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 107\Doc. 9004 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
											nau de guerra N. Sr ^a de Belém e São Jozé	1780	AHU_AC L_CU_017, Cx. 112\Doc. 9315 (1)
											fragata Ativo, S. José Rey de Portugal, N. S. da Fé e Bonança, N. S. da Piedade	1791	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
					269 dúzias de taboado						Nova Colônia do Sacramento	1800	AHU_AC L_CU_017, Cx. 183\Doc. 13372 (1)
								Santa Catarina	Rio de Janeiro			Nossa Senhora do Carmo e Santa Tereza	1698

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
											N. S. da Encarnação e São Jozé	1748	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 41\Doc. 4218 (1)
											N. S. do Rosário e São Francisco	1720	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 11\Doc. 1220
	Lauraceae	<i>Ocotea notata</i> (Ness & Mart.) Mez (2)	NE; LC; -; -		5.097 s/ unidade		Bahia, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro				Nau Capitania Novo Sacramento da Conceição e Sam Jozé	1759	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 57\Doc. 5536
										Bahia e Recôncavos	Bom Jesus do Além	1766	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 78\Doc. 7060
					6771 tábuas						Nossa Senhora da Purificação	1763	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 99\Doc. 8551

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
											N. S. do Carmo e S. Domingos		AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 56\Doc. 5480
											N. S. do Bom Despacho		AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 62\Doc. 5945
										Bahia	N. S. do Pilar e Fortaleza, S. Lourenço e Almas O Sr. da Cana Verde, S. Anna e S. Antônio	1765	AHU_AC L_CU_01 7, Cx. 76\Doc. 6902
Taipapé	Chrysobalanaceae	<i>Licania belemii</i> Prance (11)	-; -; EN; EN		-	Indefinido	Bahia, Espírito Santo	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
Tatajuba	Moraceae	<i>Clarisia racemosa</i> Ruiz & Pav. (2)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							de Janeiro, São Paulo						
	Moraceae	<i>Maclura tinctoria</i> (L.) D.Don ex Steud. (2)	-; LC; -; -				Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Moraceae	<i>Bagassa guianensis</i> Aubl. (1, 7)	-; LC; -; -				Amazônia, Cerrado, Pantanal						
Tataperirica	Euphorbiaceae	<i>Mabea angustifolia</i> Spruce ex Benth. (11)	-; LC; -; -		-	Indefinido	Amazônia, Caatinga, Cerrado (Ceará, Maranhão, Piauí)	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Tavaury	Lecythidaceae	<i>Cariniana micrantha</i> Ducke (1)	-; -; -; -		-	Indefinido	Amazônia	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8
	Lecythidaceae	<i>Couratari multiflora</i> (Sm.) Eyma (1)	-; -; -; -				Amazônia						
	Lecythidaceae	<i>Couratari tauari</i> O.Berg (1)	-; -; -; LC				Amazônia						
	Lecythidaceae	<i>Lecythis marcgraaviana</i> Miers (1)	-; LC; -; -				Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo						
Tingui	Sapindaceae	<i>Magonia pubescens</i> A.St.-Hil. (12)	-; LC; -; LC		-	Indefinido	Amazônia, Caatinga, Cerrado (Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo)	-	-	-	-	-	BNP - MSS. 12, n.8

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
Trincastigo	Phytolaccaeae	<i>Trichostigma octandrum</i> (L.) H.Walter (11)	-; LC; -; LC		2 tabuados	Indefinido	Paraná, Santa Catarina, Bahia	-	Rio de Janeiro	Nova Colônia do Sacrameto	N. S. da Encarnação e São Jozé	1720	AHU_AC L_CU_017, Cx. 11\Doc. 1220
Urucurana	Euphorbiaceae	<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp. & Endl. (2)	NE; LC; -; -	5,12	32 tábuas	Indefinido	Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Lisboa		1791	AHU_AC L_CU_017, Cx. 140\Doc. 11008 (1)
	Euphorbiaceae	<i>Alchornea sidifolia</i> Müll.Arg. (2)	NE; -; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Euphorbiaceae	<i>Croton floribundus</i> Spreng. (2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Espírito						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná						
	Euphorbiaceae	<i>Croton urucurana</i> Baill. (1, 2)	-; -; -; -				Alagoas, Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Phyllanthaceae	<i>Hieronyma alchorneoides</i> Allemão (2)	-; LC; -; -				Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina						
	Phyllanthaceae	<i>Hieronyma oblonga</i> (Tul.)	-; LC; -; -				Espírito Santo, Minas Gerais, Rio						

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
		Mull.Arg. (1, 2)					de Janeiro, Alagoas, Bahia, Pernambuco						
	Elaeocarpaceae	<i>Sloanea sinemariensis</i> Aubl. (1)	-; -;-; -				Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais						
Vinhático	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Chloroleucon dumosum</i> (Benth.) G.P.Lewis (2)	-; LC; -; -	1186,49	330 tábuas	Uso Múltiplo	Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro	Bahia	Bahia	Nova Colônia do Sacramento	Barco S. Gonçalo	1720	AHU_AC L_CU_005, Cx. 105\Doc. 20434 (1)
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Peltogyne discolor</i> Vogel (2)	-; LC; -; -		165,5 coussoeiras		Rio de Janeiro	Pernambuco	Ilhéus	Bahia e Recôncavos	Charrua S. João Magnânimo	1776	AHU_AC L_CU_003, Cx. 42\Doc. 3381 (1)

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Dalbergia cearensis</i> Ducke (2)	-; NT; -; -		200 cintas		Caatinga		Pernambuco	Lisboa	Curveta S. Sr ^a da Ajuda e Santo Antônio da Estrela	1777	BNP - COD. 10522
	Leguminosae - Mimosoideae	<i>Enterolobium gummiferum</i> (Mart.) J.F.Macbr. (2)	-; LC; -; -		55 curvas		Amazônia, Cerrado		Portos do Norte do Rio de Janeiro		Curveta N. Sra de Oliveira e Sta. Anna	1784	AHU_AC L_CU_003, Cx. 25\Doc. 2156 (1)
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Machaerium scleroxylon</i> Tul. (2)	-; LC; -; -		200 dúzias		Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Paraná	Rio de Janeiro			N. S. do Rosário e São Francisco	1799	AHU_AC L_CU_017, Cx. 102\Doc. 8722 (1)
	Leguminosae - Papilionoidae	<i>Plathymenia reticulata</i> Benth. (2, 6)	-; LC; -; LC		2250 dúzias de taboado		Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná		Rio de Janeiro	Porto	Curveta N. Sra do Rozário e Sto. Antônio	1815	ANTT - PT/TT/C SRN/A/1/00448
	Leguminosae -	<i>Senna pallida</i> (Vahl)	-; LC; -; -		200 latas		Amazônia				Navio Sta. Roza e	1776-1777	AHU_AC L_CU_017, Cx.

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
	Caesalpinioideae	H.S.Irwin & Barneby var. <i>pallida</i> (1)									Senhor do Bonfim		11\Doc. 1220
	Leguminosae - Caesalpinioideae	<i>Cassia</i> spp. (1)	-		1106 paus 8 pranchas		-						
	Leguminosae - Papilionoideae	<i>Platycyamus regnellii</i> Benth. (2)	-; LC; -; -		19321 taboados 8 talhões de quilha 210 vaus 140 vigas		Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Paraná						AHU_AC L_CU_017, Cx. 273\Doc. 18905 (1)
Castanha*	Lecythidaceae	<i>Corythophora alta</i> R.Knuth (12)	-; LC; -; -	140,68	6 vergas 19 mastros	Construção Naval	Amazônia	Pará	Pará	Lisboa	Charrua Príncipe da Beira Charrua Nossa Senhora da Purificação	1778 - 1779	BNRJ [Mnsc] I-47,30,006
Cravo fino*	Myrtaceae	<i>Myrcia glomerata</i> (Cambess.) G.P.Burton & E.Lucas (1)	-; LC; -; LC		22047,5 kg	Indefinido	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio	Pará	Pará	Lisboa	Santa Ana	1776 1771	BNP - COD. 10522 AHU_AC L_CU_08

Nome popular	Famílias Possíveis	Espécies Possíveis	Status de Conservação (Reflora; IUCN; MMA; CNCFlora)	Volume (m ³)	Quantidade	Categoria de Uso	Estados de ocorrência (Reflora)	Estado de Origem	Porto de Origem	Porto de Destino	Navio	Ano	Doc de Origem
							Grande do Sul, Santa Catarina (Mata Atlântica)						4, Cx. 1\Doc. 1
Cravo Grosso*	Myrtaceae	<i>Myrcia glomerata</i> (Cambess.) G.P.Burton & E.Lucas (1)	-; LC; -; LC		14.835 kg	Indefinido	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (Mata Atlântica)	Pará	Pará	Lisboa		1771	AHU_AC L_CU_08 4, Cx. 1\Doc. 1
												1776	BNP - COD. 10522

Legenda: Células em roxo – informações referentes a outros biomas que não Mata Atlântica; * - informações referentes a estados do Norte; Célula em azul – espécie não arbórea (bambu); (1) – CORRÊA (1941); (2) – MAIOLI (2014); (3) – HUTTER (1986); (4) – CARVALHO (2003); (5) CARVALHO (2006); (6) – CARVALHO (2008); (7) – CARVALHO (2010); (8) – CARVALHO (2014); (9) – SILVA *et al.* (2022); (10) – SILVA *et al.* (2020); (11) – FLORA E FUNGA DO BRASIL (2023); (12) – FONSECA *et al.* (2005).